

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE
DEPARTAMENTO DE MESTRADO EM PATRIMÔNIO SOCIEDADE E CULTURA

PATRIMÔNIO AMBIENTAL: UM DIÁLOGO COM OS SAMBAQUIS EM JOINVILLE

CLEUSA MARGARETI RIBEIRO
PROFESSORA DRA. MARILUCI NEIS CARELLI
PROFESSORA DRA. DIONE DA ROCHA BANDEIRA
Mestrado em Patrimônio Sociedade e Cultura

Joinville – SC

2013

CLEUSA MARGARETI RIBEIRO

PATRIMÔNIO AMBIENTAL: UM DIÁLOGO COM OS SAMBAQUIS EM JOINVILLE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE ao curso de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade como parte do requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dra. Mariluci Neis Carelli

Co-Orientadora: Prof.^a Dra. Dione da Rocha Bandeira

Joinville

2013

Catálogo na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

Ribeiro, Cleusa Margareti

R484pPatrimônio ambiental: um diálogo com os sambaquis em Joinville / Diana Riechel ; orientadora Dra. MariluciNeis Carelli, co-orientadora Dra. Dione da Rocha Bandeira – Joinville: UNIVILLE, 2014.

141f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado Patrimônio Cultural e Sociedade – Universidade da Região de Joinville)

1. Sambaquis - Joinville. 2. Patrimônio ambiental. 3. Patrimônio arqueológico. 4. Desenvolvimento sustentável. I. Carelli, MariluciNeis. (orient.) II. Bandeira, Dione da Rocha. (co-orient.). III. Título.

CDD 930.1

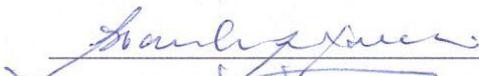
Termo de Aprovação

“Patrimônio Ambiental: um diálogo com os sambaquis em Joinville”,

por

Cleusa Margareti Ribeiro

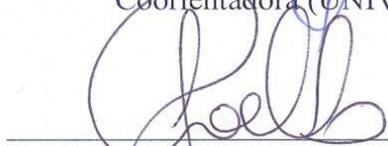
Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, área de concentração Patrimônio Cultural, Identidade e Cidadania e aprovada em sua forma final pelo Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade.



Profª Dra. Mariluci Neis Carelli
Orientadora (UNIVILLE)



Profa. Dra. Dione da Rocha Bandeira
Coorientadora (UNIVILLE)

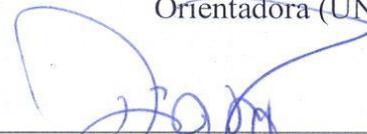


Profa. Dra. Ilanil Coelho
Coordenadora do Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade

Banca Examinadora:



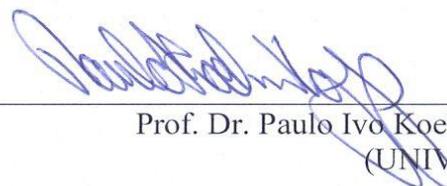
Profª Dra. Mariluci Neis Carelli
Orientadora (UNIVILLE)



Profa. Dra. Dione da Rocha Bandeira
Coorientadora (UNIVILLE)



Prof. Dr. Laércio Loiola Brochier
(UFPR)



Prof. Dr. Paulo Ivo Koehntopp
(UNIVILLE)

Joinville, 19 de setembro de 2013.

À minha amada e querida filha Carolina, pela sua existência, pelo carinho, pelo afeto irrestrito e pelo companheirismo que sempre me concede. Aos meus pais Heitor e Osnita, pelo incentivo, pelo apoio, pela coragem, pela sabedoria em formar o caráter de seus filhos, ensinando o valor do conhecimento para a vida.

AGRADECIMENTO

A Deus que com sua energia, transformada em força impulsionou cada passo desta jornada.

Aos professores do programa de Pós-Graduação da UNIVILLE no curso de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, de forma muito especial a professora orientadora Dra. Mariluci Neis Carelli e a professora co-orientadora Dra. Dione da Rocha Bandeira, as quais agradeço profundamente pela paciência, incentivo, empenho, competência e dedicação, disponibilizando seus conhecimentos para guiar incessantemente e repetidamente os caminhos para a construção desta dissertação, sempre de forma respeitosa, Íntegra, amigável, sem nunca demonstrar qualquer tipo de aborrecimento em voltar a dizer a mesma coisa de forma diferente, a fim de se fazerem entender, com um único objetivo contribuir na construção do conhecimento. Tenho certeza hoje de que não teria conseguido sem as suas preciosas orientações.

Aos meus colegas de curso do mestrado, pelo carinho e amizade, principalmente pela diversidade do olhar sobre o mesmo tema, ultrapassando fronteiras e proporcionando uma nova descoberta a cada aula.

Aos meus queridos e amados irmãos e irmãs e suas famílias, que acolheram a mim e minha filha em dias de muita dor, demonstrando de forma muito simples que o amor e a alegria são ingredientes transformadores da vida.

À dois amigos que entraram em minha vida com um único objetivo, o de serem anjos da guarda, Cacau e Denis obrigada pelo apoio e incentivo, tenho certeza de que o mundo é melhor por existirem pessoas como vocês.

Ao meu querido cunhado Dorival, um paulistano de despendeu horas em prol da construção dessa dissertação, fotografando e se encantando com as áreas verdes dos sambaquis Rua Guaíra, Rio Comprido e Espinheiros II.

Às novas e antigas amigadas, pessoas queridas, que incentivaram e apoiaram esta jornada, agradeço a energia positiva que desprenderam as palavras de incentivo, assim como a compreensão da minha constante ausência.

À todos que de forma direta ou indireta colaboraram na realização desta dissertação.

RESUMO

As questões ambientais na contemporaneidade são percebidas como temas de grande relevância, pois os diversos problemas ambientais tendem a se agravar dia a dia. Dentre os diversos fatores que contribuem para a degradação ambiental, pode-se destacar o contexto social, com grande relevância para a urbanização, assim como para fatores econômicos. Neste sentido, esta dissertação apresenta uma reflexão sobre o patrimônio ambiental associado aos sambaquis Rua Guáira, Rio Comprido e Espinheiros II situados nos bairros Aventureiro, Comasa e Comasa/Vila Paranaense, respectivamente, na cidade de Joinville. Através de imagens e dados bibliográficos e orais realiza-se a contextualização destes bairros e dos principais problemas vivenciados pelos sujeitos moradores com relação às áreas verdes com sítios arqueológicos situadas em meio à urbanização denominadas aqui de patrimônios ambientais/arqueológicos. Na fundamentação teórica são apresentados conceitos sobre patrimônio ambiental e arqueológico. A metodologia de pesquisa adotada é qualiquantitativa em função da aplicação de um questionário, pelo qual as experiências vividas e relatadas pelos sujeitos entrevistados deixam clara a falta de identificação com os patrimônios em questão. Em uma sociedade que necessita implementar políticas de desenvolvimento sustentável propomos a percepção dos patrimônios ambientais/arqueológicos nos bairros Aventureiro, Comasa e Comasa/Vila Paranaense como áreas sustentáveis, por serem áreas verdes em meio à urbanização da grande cidade de Joinville.

Palavras chaves: Patrimônio Ambiental, Sambaqui, Sustentabilidade.

ABSTRACT

Environmental issues from nowadays are a major priority, since the situation tends to become worse every day. Among all the facts that are contributing to the environmental degradation, it's possible to aim to the social reality, specially the urbanization of some areas, as to economic facts as well. With reference to that, this essay brings a reflection over the environmental patrimony associated with the sambaquis from Guaira Street, Rio Comprido and Espinheiros II at the neighborhoods Aventureiro, Comasa and Vila Paranaense, in the city of Joinville. Through images and bibliographic data we realized the contextualization of those neighborhoods and the main problems faced by the inhabitants related to the green fields and the archeological sites on the surrounds. The methodology adopted is based on quantity, applied by a survey, which clearly stated that the inhabitants have no experience related to the sites addressed. In a society that needs sustainability, we proposed the perception of Aventureiro, Comasa and Vila Paranaense neighborhoods patrimonies as sustainable areas among the urbanized region of the city of Joinville.

Key words : Environmental Heritage , Shell mound , Sustainability

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapas de localização do Estado de SC e do município de Joinville.	38
Figura 2: Evolução urbana de Joinville.....	40
Figura 3: Parque Natural Municipal Caieira.....	42
Figura 4: Mapa de Joinville Bairros Aventureiro e Comasa.....	44
Figura 5: Zoólito em forma de peixe.....	50
Figura 6: Localização dos sítios arqueológicos da Baía Babitonga.....	53
Figura 7: Imagem dos patrimônios ambientais/arqueológico.	56
Figura 8: Casas na Rua Nelson Brandão Aventureiro (1980).	577
Figura 9: Casas da Rua Nelson Brandão Aventureiro (2012).	588
Figura 10: Rua Nelson Brandão Aventureiro (1980-1990 e 2012), Jlle/SC	60
Figura 11: Vista aérea do bairro Aventureiro/Jlle.	63
Figura12: Demonstração gráfica da faixa etária da população do bairro Aventureiro.	63
Figura13: Demonstração da renda <i>per capita</i> por habitante do bairro Aventureiro. ...	64
Figura 14: Vista aérea do sambaqui Rua Guaíra Aventureiro.....	67
Figura 15: Entorno do sambaqui Rua Guaíra Aventureiro.	68
Figura 16: O lixo abandonado na área do Sambaqui Rua Guaíra.....	69
Figura 17: Animal pastando na área do sambaqui Rua Guaíra: Aventureiro.	70
Figura 18: Picadas de acesso ao interior do bosque do sambaqui Rua Guaíra.....	71
Figura 19: Vista aérea do bairro Comasa e Espinheiros/Jlle.....	73
Figura 20: Fundação Tupy Bairro Boa Vista/Joinville (1954).....	74
Figura 21: Vista aérea da Fundação Tupy/Joinville (2012).	74
Figura 22: Construção do Loteamento Comasa em 1969.....	75
Figura 23: Demonstração gráfica da faixa etária da população do bairro Comasa. ...	76
Figura 24: Gráfica da renda <i>per capita</i> por habitantes do bairro Comasa.....	77
Figura 25: Sambaqui Rio Comprido Comasa (1970).....	81
Figura 26: Vista aérea do Sambaqui Rio Comprido: Comasa.....	82
Figura 27: Bosque do sambaqui Rio Comprido Bairro Comasa.	83
Figura 28: Praça David da Graça/Sambaqui Rio Comprido Comasa.....	84
Figura 29: Entorno do sambaqui Rio Comprido Comasa.	85
Figura 30: Picada principal do Sambaqui Rio Comprido Comasa.....	86

Figura 31: Vista interna da picada principal do Sambaqui Rio Comprido.....	87
Figura 32: Encontro de três picadas no alto da elevação do Sambaqui Rio Comprido.	88
Figura 33: Canal artificial de contenção de invasão do mangue. Comasa/Vila Paranaense.....	91
Figura 34: Projeto Mangue visa à preservação do meio ambiente (1990).	92
Figura 35: Casas sobre o Sambaqui Espinheiros II. Comasa/Vila Paranaense 1980.	95
Figura 36: Alunos assistem a pesquisa. Comasa/Vila Paranaense (1991).	96
Figura 37: Vista aérea do sambaqui Espinheiros II. Comasa/Vila Paranaense.	99
Figura 38: Entorno do sambaqui Espinheiros II. Comasa/Vila Paranaense.	100
Figura 39: A Vila Paranaense vista do alto da elevação do sambaqui Espinheiros II.	101
Figura 40: O lixo abandonado no sambaqui Espinheiros II. Comasa/Vila Paranaense.	102
Figura 41: Animal preso sob a sombra de uma árvore no alto da elevação do Sambaqui Espinheiros II. Comasa/Vila Paranaense.....	103
Figura 42: Banco improvisado sob a sombra do patrimônio ambiental associado ao sambaqui Espinheiros II. Comasa/Vila Paranaense.....	103
Figura 43: Escolaridade dos sujeitos entrevistados.	107
Figura 44: Se o líder já ouviu falar do patrimônio ambiental	108
Figura 45: A utilização da área verde do sambaqui como depósito de lixo.....	110
Figura 46: Utilização da área verde do sambaqui como lugar de prostituição.	111
Figura 47: A utilização da área verde do sambaqui para uso de drogas.....	112
Figura 48: A preservação do patrimônio ambiental/arqueológico.....	113
Figura 49: Limpeza realizada pela comunidade no Sambaqui Rio Comprido.	115
Figura 50: O Sambaqui Rio Comprido depois da limpeza.....	116
Figura 51: Árvores cortadas no Sambaqui Rio Comprido.	117

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Crescimento Populacional em Joinville: 1950/2010.	46
Tabela 2: Unidades de Conservação no Município de Joinville	48

LISTA DE ABREVIATURAS

AP	Antes do Presente.....
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano.....
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.....
IBGE	Instituto de Geografia e Estatística.....
IPHAN	<i>Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.....</i>
IPPUJ	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville.....
MAE	Museu de Arqueologia e Etnologia.....
MASJ	Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville.....
MMA	Ministério do Meio Ambiente.....
ONU	Organização das Nações Unidas.....
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente.....
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente.....
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente.....
SUDHEVEA	Superintendência da Borracha.....
SUDEPE	Superintendência da Pesca.....
TAC	Termo de Ajuste de Conduta.....

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 PATRIMÔNIO AMBIENTAL E CULTURAL	19
1.1 CONCEPÇÃO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL E CULTURAL.....	19
1.2 PATRIMÔNIO AMBIENTAL NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	24
1.3 PATRIMÔNIO AMBIENTAL E O MEIO AMBIENTE NO BRASIL.....	31
1.4 ASPECTOS AMBIENTAIS DE JOINVILLE	37
1.5 PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO: OS SAMBAQUIS.....	47
1.5.1 Os Sambaquis.....	48
1.5.2 Os Sambaquis em Joinville	51
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS BAIROS AVENTUREIRO/COMASA E SEUS PATRIMÔNIOS AMBIENTAIS/ARQUEOLÓGICOS	55
2.1 O DESENVOLVIMENTO DE UM BAIRRO OPERÁRIO.....	56
2.2 BAIRRO AVENTUREIRO.....	61
2.2.1. Sambaqui Rua Guáira.....	66
2.3 BAIRRO COMASA.....	72
2.3.1 Sambaqui Rio Comprido	78
2.4 BAIRRO COMASA/VILA PARANAENSE. SAMBAQUI ESPINHEIROS II.....	89
2.4.1 Projeto Reurbanização e Preservação do Sambaqui Espinheiros II	94
2.4.2 Sambaqui Espinheiros II.....	98
3. A VOZ DA COMUNIDADE	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
APÊNDICES	134
APÊNDICE 1: TERMO DE CONSENTIMENTO.....	134
APÊNDICE 2: FORMULÁRIO DA PESQUISA DE CAMPO	136

INTRODUÇÃO

Em Joinville o crescimento da malha urbana veio principalmente com o impulso industrial da década de 70, que conseqüentemente inferiu alterações no meio ambiente da cidade. Observa-se o aumento na poluição do ar, sonora, hídrica, assim como o aumento da população e a diminuição de áreas verdes.

A região onde se localiza o município de Joinville é um espaço, que no passado remoto foi habitado pelo homem pré-colombiano. Segundo Bandeira (2009), há registros de mais de 150 sambaquis na região. O que em função da urbanização criou condições ambientais peculiares, em que alguns sítios arqueológicos do tipo sambaqui se transformaram em “ilhas” de preservação do patrimônio ambiental e arqueológico, enquanto que em seu entorno há a presença máxima da malha urbana. Salienta-se que os sambaquis são espaços protegidos por lei federal, a qual assegura a estas áreas a prerrogativa de preservação e proteção, como patrimônio.

Esta dissertação irá discorrer sobre a percepção de lideranças comunitárias em relação às áreas verdes associadas a três sambaquis na cidade de Joinville, localizados nos bairros Aventureiro, Comasa e Comasa/Vila Paranaense, na região leste da cidade, denominados sambaquis: Rua Guáira, Rio Comprido e Espinheiros II respectivamente, conforme figura 10, da página 56 desta dissertação. Os objetivos específicos que se propõem são: a) Apresentar o desenvolvimento urbano dos bairros: Aventureiro e Comasa, na cidade de Joinville, a partir dos patrimônios arqueológicos os sambaquis Rua Guáira, Rio Comprido e Espinheiros II respectivamente; b) Apontar a relevância dos sambaquis para estes bairros como áreas de preservação do patrimônio ambiental isoladas em meio à densidade demográfica, condição gerada pelo desenvolvimento urbano destes bairros; c) Aplicar o questionário junto às lideranças representativas das comunidades deste bairros, inquirindo-as sobre as suas percepções com relação às áreas que representam patrimônios ambientais/arqueológicos em seus respectivos bairros.

Importante se faz destacar que o patrimônio ambiental da cidade de Joinville está muitas vezes associado ao patrimônio arqueológico. A cidade dispõe de áreas

ambientais que se assemelham a pequenas “ilhas” verdes, em meio à urbanização. Como nos casos aqui estudados.

A escolha destas áreas verdes como objeto de estudo parte das condições estruturais apresentadas, como a localização urbana dos sítios, ambos situados na região leste da cidade. Também o fato de que o desenvolvimento urbano dos bairros onde se localizam os sambaquis ocorreu na década de 70, período de expansão industrial de Joinville, formando por assim dizer os bairros operários.

A partir da observação da apropriação realizada por parte dos sujeitos moradores dos bairros Aventureiro, Comasa e Comasa/VilaParanaense, foi elaborado um questionário dirigido aos líderes comunitários com o objetivo de verificar a percepção destes em relação a estas áreas.

A metodologia desta dissertação se compõe de três etapas.

A primeira compreende um estudo bibliográfico na construção de uma reflexão sobre os conceitos de patrimônio ambiental, sua relação com o desenvolvimento sustentável, o conceito de patrimônio arqueológico e os sambaquis. O referencial teórico foi construído a partir de autores que discutem a temática como: Bandeira (2010), Candau (2011), Carelli (2010), Delphim (2009), Funari (2009), Gaspar (2000), Lef (2006), Nora (1981), Pesavento (2007), Roncaglio (2009), Sachs (2002), entre outros.

A segunda trata da contextualização dos espaços geográficos dos bairros Aventureiro e Comasa e seus patrimônios ambientais/arqueológicos: os sambaquis Rua Guáira, Rio Comprido e Espinheiros II. Intercalando-se a esta apresentação, discute-se a construção cultural e social de identidade, identificação, memória e lugares de memória. Conforme Nora (1981, p.13) "os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações [...]".

A terceira etapa desta dissertação é composta por uma abordagem de campo qualiquantitativa devido à dimensão populacional da cidade de Joinville, de mais de 500 mil habitantes. Os sujeitos da pesquisa de campo serão lideranças representativas das comunidades relacionadas.

Um dos critérios para definir líder comunitário parte da organização da própria comunidade, através das Associações de Moradores, Conselhos Municipais,

Representantes no Legislativo (Vereadores), Líderes Religiosos, entre outras entidades ou sujeitos que possam ser considerados representativos em suas comunidades, indicados por elas mesmas.

Acredita-se que a percepção das lideranças comunitárias em relação ao patrimônio ambiental/arqueológico nos bairros estudados está diretamente relacionada ao seu grau de identidade ou identificação com a comunidade e tudo o que a compõe.

Desta forma o perfil dos sujeitos escolhidos para a realização desta pesquisa de campo parte dos seguintes critérios: lideranças comunitárias de ambos os sexos, residentes há mais de 30 anos nos bairros Aventureiro, Comasa e Comasa/Vila Paranaense.

Esta dissertação está composta em três capítulos, a partir da temática do patrimônio ambiental/arqueológico.

O capítulo 1 traz a concepção do patrimônio ambiental e cultural, uma reflexão sobre a construção do conceito de patrimônio ambiental e sua relação de indivisibilidade com a cultura. As transformações culturais em diferentes momentos da história, a construção da visão cultural utilitarista que o homem contemporâneo estabelece com a natureza.

O patrimônio ambiental na perspectiva do desenvolvimento sustentável, algumas considerações com relação às questões colocadas sobre o patrimônio ambiental e a condição social de sustentabilidade.

Apresenta algumas abordagens que surgiram no processo de construção do conceito de desenvolvimento sustentável, que na sua trajetória modifica-se e adapta-se à realidade social. A abordagem que tem maior identificação com o objetivo desta dissertação é a descrita por Sachs (2002).

A mudança de paradigma social alicerçada no fomento dos movimentos sociais, expressão viva da necessidade de mudança, marca o desenvolvimento sócio cultural da contemporaneidade. Sob este prisma, inclui-se ainda uma breve descrição da trajetória destes movimentos sociais com foco nas questões ambientais, que culminou na realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, denominada de Rio + 20, na cidade do Rio de Janeiro em 2012.

Descreve-se, de forma sucinta, a trajetória histórica da construção do conceito de patrimônio ambiental e o meio ambiente no Brasil, apoiada em instrumentos jurídicos, que contribuíram para a elaboração de políticas públicas ambientais que resultam, entre outras ações, na inclusão na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu capítulo VI, no artigo 225, o meio ambiente.

Artigo 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações.

Descrevem-se questões sobre o patrimônio ambiental e o meio ambiente na cidade de Joinville. O patrimônio arqueológico, seu conceito e a denominação do que são sítios arqueológicos designados sambaquis, com suas principais características. Aborda ainda o patrimônio arqueológico em Joinville, com recorte nos sambaquis, incluindo a demonstração cartográfica com a localização dos sítios arqueológicos da Baía Babitonga¹.

O segundo capítulo apresenta a contextualização dos bairros Aventureiro, Comasa e Comasa/Vila Paranaense em Joinville. Apresenta o desenvolvimento de um bairro operário como do desenvolvimento urbano dos bairros pesquisados. Partimos do entendimento que os bairros Aventureiro, Comasa e Comasa/Vila Paranaense têm seu desenvolvimento atrelado ao período de expansão industrial da cidade de Joinville na década de 70. A partir do crescimento social e econômico da Rua Nelson Brandão, localizada no bairro Aventureiro, com a apresentação de imagens que demonstram a aquisição da infraestrutura do local.

Um breve resgate histórico dos bairros Aventureiro, Comasa e Comasa/Vila Paranaense, a partir do desenvolvimento social e econômico desta região. Acrescida de uma descrição dos sambaquis Rua Guaíra, Rio Comprido e Espinheiros II. Destaca-se, através de imagens coletadas em campo, a apropriação feita pela comunidade da área verde dos sambaquis.

¹ É um dos mais belos, e pouco conhecidos ecossistemas do país, tem às suas margens, as cidades de Joinville e São Francisco do Sul. Com seus 130 quilômetros quadrados de área, cercada por manguezais e por grandes áreas de Mata Atlântica ainda intocada, ela é habitat de diversas espécies da fauna marinha e terrestre. (Guia de Santa Catarina, 2012).

O terceiro capítulo desta dissertação, denominado A Voz da Comunidade, apresenta o resultado da pesquisa de campo dirigida a lideranças das comunidades dos bairros Aventureiro e Comasa em Joinville. A compilação dos dados coletados será apresentada na forma de gráficos intercalados por relatos registrados durante as entrevistas, que a enriqueceram e possibilitaram a inserção do texto social nesta dissertação.

As questões que envolvem o patrimônio ambiental estão associadas a valores sociais, desde a própria definição da palavra patrimônio, que segundo Pelegrini (2009, p.99) "é o legado que recebemos do passado que vivemos no presente que transmitimos às gerações futuras".

Este conceito abarca a natureza e o meio ambiente modificado culturalmente pela ação do homem. A reflexão sobre o patrimônio ambiental necessita romper os muros das academias e adentrar às ruas das cidades, a fim de que as populações, que convivem lado a lado com tais patrimônios, possam olhar para eles com os olhos envoltos pela solidariedade.

Convive a sociedade contemporânea com diversos problemas ambientais, como poluição, aquecimento global e outras questões ambientais que exigem uma nova postura cultural do homem para com a natureza. Uma nova forma de se pensar o crescimento social e econômico da humanidade faz-se necessária para que seja propagada sustentabilidade social.

A palavra solidariedade expressa um sentimento que desperta a identificação com os problemas do outro. Com a solidariedade nascem, por assim dizer, a necessidade do cuidado e da responsabilidade, atitudes indispensáveis para viabilizar uma sociedade sustentável e fraterna.

1 PATRIMÔNIO AMBIENTAL E CULTURAL

1.1 CONCEPÇÃO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL E CULTURAL

O patrimônio ambiental se apresenta para a coletividade como um conjunto de bens materiais ou imateriais, um legado a ser transmitido a gerações futuras.

As paisagens são construções, são cultura, são artifício humano. Além disso as noções de cultura e patrimônio encontram-se associadas à memória social, uma das formas de transmissão cultural, e a identidade, inerente a identificação. O patrimônio, a memória, a cultura e a identidade sempre remetem a um coletivo todos os termos envolvem o problema do “nosso”, a nossa história, a nossa memória, a nossa identidade, o nosso patrimônio (ARRUDA, 2009, p.190).

É importante discorrer sobre os conceitos de patrimônio natural e ambiental, pois o objeto de preservação é o mesmo: a natureza. Segundo Ribeiro *et al* (2009, p.220) “O patrimônio natural tem sido entendido como as formas físicas, biológicas e geológicas excepcionais, *habitats* de espécies animais e vegetais ameaçadas e zonas que tenham valor científico, de conservação ou estético”.

No entanto, o patrimônio natural passa a agregar um novo conceito, o de patrimônio ambiental, percebido a partir da necessidade de incluir ao patrimônio natural a relação do homem e toda a sua complexidade cultural. Segundo Delphim (2009, p.216), “o meio ambiente é patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo”.

Segundo Carvalho (2009), em Estocolmo, no ano de 1972, na Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente Humano, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), pela primeira vez em âmbito mundial as questões ambientais foram pautadas com foco no crescimento econômico exagerado de algumas nações, o qual resultaria necessariamente na escassez de recursos naturais, de forma a criar uma insustentabilidade do planeta. A natureza é discutida a partir da intervenção cultural do homem.

Homem e ambiente formavam duas esferas diferenciadas que se relacionavam de forma hierárquica: a humanidade poderia ter o controle sobre o meio ambiente [...] O ambiente construído seria composto pelos espaços ocupados e transformados pelos homens. Abarcaria, também, as relações sociais tecidas nesses espaços, o resultado da 'interação do homem com o Meio Ambiente Natural' (CARVALHO, 2009, p.207).

Há um elemento comum na sociedade contemporânea. O olhar despercebido, vestido pela correria do cotidiano e pela fluidez dos tempos atuais, que acaba por alterar a própria concepção de tempo, no tocante ao passado e presente.

Neste contexto, o patrimônio ambiental coexiste com espaços onde caprichosamente a natureza faz morada, em algumas situações chega a se constituir como pequenos refúgios, acomodados em meio urbano.

A conservação do patrimônio e aqui em especial o patrimônio ambiental sofre . os desgastes exercidos por intempéries da natureza, como chuvas fortes, ventos e a intervenção humana, entre outros, afetam fortemente o patrimônio ambiental

O conceito de patrimônio ambiental adquire dimensões sociais, cujo significado aponta a materialização dos sentidos atribuídos no decorrer do processo histórico e lhe imprime uma perspectiva dinâmica, uma conotação que fomenta a consciência do uso comum do meio e, principalmente, a responsabilidade coletiva pelo espaço (PELEGRINI, 2006, p.05).

Pode-se dizer que o homem e a natureza estabelecem uma relação de longa data. Desde o início da civilização humana, na pré-história, segundo Moreno (2010, p. 31) "é possível imaginar o homem pré-histórico como uma criatura situada entre a natureza e a cultura. Quanto mais se recua no tempo, mais se pode ver o homem na dependência direta do meio ambiente".

Em uma análise historiográfica, por exemplo, é possível verificar que no decorrer de toda a antiguidade e no período medieval onde as relações produtivas estiveram centradas em uma economia agrícola, o homem estabeleceu uma relação de respeito com a natureza.

Nestas sociedades economicamente agrárias a terra era vista como uma mãe, detentora da fertilidade e capaz de produzir o indispensável alimento, garantindo o imprescindível para a continuidade da vida.

A analogia da mãe nutriente para descrever a Terra serviu como restrição cultural, limitando as ações agressivas dos seres humanos contra o meio ambiente. A partir dessas representações, não se mata facilmente uma mãe, perfurando suas entranhas em busca de ouro ou mutilando seu corpo para tirar os segredos guardados no “útero” da Terra. Enquanto a Terra era considerada viva e sensível, qualquer ingerência brutal seria considerada uma agressão do comportamento humano contra a fonte primordial de vida, que era a Terra (WESTPHAL, 2009, p.47).

Com a Revolução Industrial e o advento das máquinas, dá-se início a era histórica denominada de sociedade contemporânea, que desenvolve necessidades e conceitos sociais embasados em prioridades econômicas diferentes das centradas na agricultura.

A indústria produz em grande escala, estimula um consumo para além das necessidades de sobrevivência, fortalece o sistema capitalista, altera conceitos culturais. Fomenta aglomerados humanos, com uma urbanização desorganizada das cidades, necessita de uma grande quantidade de braços para suprir a demanda sempre crescente da produção.

Muitas fábricas foram instaladas nas cidades porque era ali que se encontrava um bom mercado consumidor, com muita gente morando próximo. [...] Acontece que não há capital sem trabalho. Para que existisse uma fábrica, é óbvio, deveria haver mão de obra disponível. Ora de onde viria à mão de obra da cidade? Uns já viviam lá mesmo. Muitos outros viriam do campo (SCHMIDT, 2007, p.308).

A contemporaneidade, em uma perspectiva filosófica iluminista, está a serviço da cultura dominante, de um progresso predatório onde a natureza representa uma fonte inesgotável de matéria prima. A sociedade contemporânea pode ser vista como o marco em forma de abismo, entre os conceitos de respeito para com a natureza e o conceito de utilitarismo da natureza. Conforme Pelegrini (2006, p.02):

As filosofias humanistas tenderam a proclamar a “superioridade” do homem em relação ao “reino da natureza”, na Modernidade essa interpretação adquiriu maior complexidade, à medida que a condição biológica humana foi sendo admitida e que a própria natureza passou a ser concebida como um fenômeno em permanente transformação.

O pensamento iluminista elege a “razão” como instrumento de reflexão, a resposta para as problemáticas humanas está no próprio homem e não em Deus.

Nesta linha filosófica, o homem passa a ser o centro do universo, este status filosófico é a alavanca que impulsiona o desenvolvimento científico.

A razão iluminista se tornou uma força intelectual capaz de revelar uma verdade independente da religião tradicional. Do racionalismo deriva um espírito crítico que podia abalar as antigas formas de saber assentadas na tradição e na revelação (MORENO, 2010, p.192).

A sociedade contemporânea desponta e a ciência passa a ser um importante alicerce social. Com avanços em diversas áreas do conhecimento, a relação do homem com a natureza é transformada. Cria-se a possibilidade inesgotável de experimentos capazes de exercer o controle de praticamente tudo, inclusive sob a natureza. Segundo Westphal (2009, p.46).

Para Bacon a natureza deveria ser vista como prostituta de todos, e o ser humano deveria domesticar e configurar essa prostituta para se tornar o soberano senhor sobre o mundo físico. [...] A natureza tinha que ser “acossada em seus caminhos”. Ela era obrigada a “servir” e deveria ser submetida a “escravidão”. A ciência deveria submeter à natureza à tortura com o objetivo de extrair dela todos os seus segredos.

A cultura do consumo adentra a contemporaneidade que passa a vivenciar um aprofundamento dos princípios iluministas. Transforma o homem em seus aspectos mais diversos; a cultura contemporânea privilegia a alienação coletiva, o homem isola-se em suas necessidades de consumo de caráter imediato. A faculdade de perceber o coletivo passa a ser algo sem sentido, o valor das coisas está diretamente relacionado aos valores individuais.

A sociedade pós-moderna radicalizou a máxima do Iluminismo, que dizia que o ser humano é a medida de todas as coisas. Ao mesmo tempo, aprofundou a alienação – “*Entfremdung*”, - do ser humano para consigo mesmo, para com os seus semelhantes e com a Natureza (WESTPHAL, 2011, p.01).

O resultado desta postura utilitarista chega à atualidade com um significativo aumento da miséria em todo o mundo. A desigualdade social expressa a exclusão de grande parcela da sociedade. Segundo Magnoli (2010, p. 41) “o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) espaço da ONU oferece um espelho desse

contraste. Mas suas raízes encontram-se nas desigualdades de acesso ao capital, às tecnologias e a educação".

Neste contexto o próprio referencial de crescimento para alguns ganha novas perspectivas, segundo Sachs (2002, p. 66), "o crescimento econômico não é mais tido como a procura cega de crescimento por si mesmo, mas como uma expansão das forças produtivas da sociedade com o objetivo de alçar os direitos plenos de cidadania para toda a população".

O homem contemporâneo não mais teme a natureza como na antiguidade, quando era movido pelo medo do desconhecido; assim como não pode mais relacionar-se com o meio ambiente pautado unicamente na exploração dos recursos naturais, a partir da percepção que estes seriam infinitos, como na modernidade.

A contemporaneidade do século XXI exige do homem uma relação de integração com o meio ambiente na construção de um equilíbrio entre o homem e a sua dependência dos recursos naturais.

O conforto tecnológico produzido pela ciência não foi capaz de substituir recursos ambientais indispensáveis para sobrevivência do homem e do próprio planeta. O afastamento da natureza estabelecido pela urbanização das cidades criou uma cultura urbana, que, entre outras características, tem muita dificuldade em perceber a interdependência entre homem e natureza.

O discurso da sustentabilidade tende a atribuir à cultura – e às culturas – uma vontade e uma capacidade intrínseca de preservação do meio ambiente em que habitam como uma experiência vivida de conservação cultural, como uma faculdade e um mecanismo adquirido no processo de evolução eco-cultural. E, no entanto, a cultura funciona como uma 'superestrutura' da base orgânica da vida que assegura sua reprodução através de processos de adaptação e transformação, onde as leis de conservação e evolução se refletem nas cosmovisões e práticas culturais do uso da natureza (LEFF, 2006, p.435).

Recai sobre a sociedade contemporânea a responsabilidade de gerir uma condição de sustentabilidade, alinhar propostas de um desenvolvimento sustentável, as quais pressupõem uma mudança cultural, um repensar sobre a relação entre homem e natureza.

Segundo Sachs (2002), a história nos demonstrou, de forma irrefutável, que o desenvolvimento sustentável é naturalmente incompatível com o jogo do mercado, sem restrições das forças.

À ética imperativa da solidariedade sincrônica com a geração atual somou-se a solidariedade diacrônica com as gerações futuras e, para alguns, o postulado ético de responsabilidade para com o futuro de todas as espécies vivas na Terra (SACHS 2002, p.55).

1.2 PATRIMÔNIO AMBIENTAL NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Entende-se que a busca de alternativas ambientais sustentáveis requer que a sociedade redefina os modelos econômicos existentes, que estabeleça critérios que incluam interesses e formas de sobrevivência que respeitem paradigmas de valores sustentáveis. Na construção de uma racionalidade ambiental descrita por Leff (2006, p.408):

A construção de uma racionalidade ambiental encontra, assim, suas raízes mais profundas na cultura, entendida como a ordem que entretence o real e o simbólico, o material e o ideal, nas diferentes formas de organização social dos grupos humanos em comunidades e nações, nas formas diversas em que suas linguagens e suas falas dão significado aos territórios que habitam e à natureza com a qual convivem e coevoluem.

Neste sentido, pensar a cidade pressupõe olhar criticamente o passado, observar o presente e planejar o futuro. Entender o conceito de desenvolvimento sustentável passa a ser uma necessidade social desde a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em 1972.

Há de se destacar que até a realização da Conferência, o desenvolvimento humano esteve calcado na crença única do progresso técnico. Segundo Sachs (2002, p.51) “[...] soluções técnicas sempre poderiam ser concebidas para garantir a continuidade do progresso material das sociedades humanas.”

Na Conferência modifica conceitos, amplia o horizonte social, quebra paradigmas, por exemplo, o de que tudo tem um preço, consolida uma nova concepção mundialmente. Segundo Sachs (2002, p.52) “O crescimento econômico ainda se fazia necessário. Mas ele deveria ser socialmente receptivo e implementado por métodos favoráveis ao meio ambiente [...]”. Importante destacar ainda que a forma sustentável de conceber o desenvolvimento consiste em:

[...] estabelecimento de um aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza em benefício das populações locais, levando-as a incorporar a preocupação com a conservação da biodiversidade aos seus próprios interesses, como um componente de estratégia de desenvolvimento (SACHS, 2002, p.53).

Epistemologicamente, o desenvolvimento sustentável se constitui de diversos conceitos, segundo Jatobá *et al* (2009, p.67) “é polissêmico e apresenta abordagens diferenciadas, desde a biologia até a economia”.

Esta diversidade conceitual reflete olhares múltiplos, a partir de diversos pontos de observação. O desenvolvimento sustentável é por excelência uma forma de inclusão socioambiental, com princípios sociais, ambientais e econômicos norteadores na implantação de políticas e projetos sustentáveis em todo o mundo.

Como princípios para melhor entender o desenvolvimento sustentável, Sachs (2002, p. 85) define oito critérios: “Social; Cultural; Ecológica; Ambiental; Territorial; Econômico; Política Nacional e Política Internacional”.

Segundo este mesmo autor (2002), a definição destes critérios é o princípio para estabelecer uma discussão ou a elaboração de propostas que contemplem o desenvolvimento sustentável.

O critério “Social” trata da distribuição de renda e emprego que garante uma melhor qualidade de vida, em uma condição de igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais. “Cultural” preconiza o respeito à tradição e à inovação, a autonomia para elaboração de projetos nacionais, com a valorização e o respeito à diversidade cultural, ou seja, uma dose de autoconfiança combinada com a abertura para o mundo.

O critério “Ecológica” chama a atenção para a necessidade de limitar o uso de recursos não renováveis e considerar o potencial da natureza na produção de recursos renováveis.

A sociedade baseada na produção de bens, produtos e serviços, desenvolveu uma postura com relação à natureza a partir da premissa de que seus bens eram inesgotáveis e assim os percebiam. Na atualidade, é de domínio público que os recursos naturais são finitos, por conseguinte há a necessidade de aproveitar melhor estes recursos, por exemplo, na produção de energia limpa², indispensável para o desenvolvimento da racionalidade ambiental.

No critério “Ambiental” o autor trata da natureza, dos ecossistemas naturais e da capacidade de recuperação natural do meio ambiente. A sociedade contemporânea necessita reaprender a olhar para estes espaços com respeito, imbuída de um sentimento de solidariedade preservacionista, a fim de auxiliar a natureza neste processo de auto-reabilitação e de proporcionar ao meio ambiente o tempo e o espaço necessário para consolidar sua recuperação.

O critério “Territorial” traz a reflexão das configurações urbanas e rurais, a necessidade de se constituir um balanceamento entre tais espaços, com a melhoria do ambiente urbano, a diminuição das disparidades inter-regionais, com investimentos públicos, como estratégia de desenvolvimento ambiental seguro para áreas consideradas ecologicamente frágeis, na perspectiva da conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável.

Quanto ao critério “Econômico”, o autor reafirma a necessidade de o desenvolvimento econômico caminhar lado a lado com o desenvolvimento sustentável, de forma intersectorial equilibrado, na busca de soluções sociais primordiais como a de gerir a segurança alimentar com a modernização contínua dos instrumentos de produção e a garantia de um razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica.

No critério “Política Nacional” surge um novo entendimento social, que tem como princípio modelador do Estado a democracia, exercida como base na

² Energia, limpa e renovável, que não liberem - ou liberem o mínimo possível - Gases do Efeito Estufa (GEE's), segundo Instituto Brasileiro de Florestas (2011, *web*)

apropriação universal dos direitos humanos, assim como o desenvolvimento da capacidade governamental para implantar projetos nacionais, aberto às parcerias com diversos empreendedores, na construção de um nível razoável de coesão social. No critério “Política Internacional” Sachs reforça a importância de discutir propostas que vejam a realidade contemporânea com a globalização ou uma eficiência do sistema de prevenção de guerras da ONU, instituição criada após a Segunda Guerra Mundial com o propósito de garantir a paz mundial através do bom relacionamento entre os países. Assim como um pacote Norte-Sul³ de codesenvolvimento, com base no princípio de igualdade, que consiste no compartilhamento da responsabilidade incluindo o favorecimento do parceiro mais fraco, ou seja, do Norte (países desenvolvidos) com os do Sul (países subdesenvolvidos).

Cabe ainda à Política Internacional desenvolver um controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios, com a aplicação do princípio da precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; incluir a prevenção das mudanças globais negativas, a proteção da diversidade biológica e cultural.

Compete à Política Internacional a gestão do patrimônio global, com a implantação de um sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional com a eliminação parcial do caráter de *commodity* da ciência e da tecnologia, tornando-as uma propriedade da herança comum da humanidade.

Estes critérios se constituem em indicadores para a construção do desenvolvimento sustentável, que visa, como descreveu Leff (2006), a responsabilidade e participação na gestão ambiental, de forma democrática, que envolve a participação de diversos segmentos e extratos sociais a fim de gerir uma maior efetividade nas ações, com a valorização de soluções caseiras e mais eficazes.

³ Segundo Sachs (2002, p. 58), O desenvolvimento sustentável é um desafio planetário. Ele requer estratégias complementares entre o Norte e o Sul. Evidentemente, os padrões de consumo do Norte abastado são insustentáveis. No Sul, a reprodução dos padrões de consumo do Norte resultou em uma apartação social. Na perspectiva de democratização do desenvolvimento, o paradigma necessita ser completamente mudado.

Calcadas no “localismo”, onde os processos econômicos se baseiam em critérios que migram do local para o global, sentido este inverso ao atual modelo, cuja direção vem do global para o local.

Assim, como se torna indispensável a percepção de que um dos princípios fundamentais da sustentabilidade é a solidariedade, a responsabilidade com o outro. É pertinente ao desenvolvimento social atender às necessidades do presente sem comprometer as demandas das gerações futuras.

A estruturação do pensamento de sustentabilidade, a mudança de paradigma social desponta com o fomento dos movimentos sociais, expressão viva da necessidade de mudança social. Uma consciência que se aglutina em torno de questões relevantes para a coletividade, o meio ambiente passa a compor a pauta de discussões sociais a partir da década de 70, como descrito anteriormente, a estruturação de organizações não governamentais – ONGs e movimentos ambientalistas, por exemplo, são as alavancas sociais desta mudança (CARELLI e MENEGASSO, 2010, p.144).

Importante destacar que a partir da Conferência de Estocolmo, o foco do movimento ambientalista agrega elementos novos e essenciais para a reflexão sobre o desenvolvimento sustentável, ao considerar como parte deste processo questões sociais e econômicas, que aponta como indicativo social a construção de políticas públicas que visem uma efetiva inclusão social, com base nos direitos humanos. Direitos estes há muito tempo propagados pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, criada em 1793 durante a Revolução Francesa, e que em muitos momentos foram esquecidos pela sociedade. Segundo Sachs (2002, p.47):

Desenvolvimento e direitos humanos alcançaram proeminência na metade do século, como duas ideias-forças destinadas a exorcizar as lembranças da Grande Depressão e dos horrores da Segunda Guerra Mundial, fornecer os fundamentos para o sistema das Nações Unidas e impulsionar os processos de descolonização.

Ainda conforme Sachs (2002), após a Conferência os organizadores aprovam o encontro de *Founex*, que, pela primeira vez, discute a dependência existente entre o desenvolvimento e o meio ambiente. Este encontro foi seguido por diversos outros encontros e relatórios internacionais, como o relatório Lazlo, de 1983, que aponta aspectos a serem considerados em um processo de desenvolvimento sustentável. Segundo Carelli e Menegasso (2010, p.145):

O documento propõe um modelo de desenvolvimento com os seguintes aspectos: recuperação do meio ambiente degradado; crescimento econômico e social que leve em consideração a preservação e recuperação ambiental; justiça social (como se produz a riqueza); paz e desarmamento (fins pacíficos para a humanidade); e democracia política. É a partir deste momento que a ecologia adquire maior sentido político.

Depois de trinta anos da primeira Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente, em 1992, são organizados o Encontro da Terra na cidade do Rio de Janeiro, no Brasil, e a II Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, ou a ECO 92 como ficou conhecida. Segundo informações do *site* do governo brasileiro (2012), "o objetivo da Conferência foi a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável", para restabelecer este compromisso precede uma avaliação dos progressos e dos recuos nas decisões encaminhadas, para apontar novos temas e demandas a serem incorporados pela sociedade.

A Conferência foi pautada em dois temas principais: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável. Na construção de uma condição de sustentabilidade discutida sob a ótica da não fragmentação, a ECO 92 foi norteada por três eixos principais.

Segundo o IBAMA (2012, *web*): O primeiro eixo procura identificar estratégias regionais e globais, para construir ações ambientais. O segundo eixo propõe uma avaliação da situação ambiental do mundo e os avanços ocorridos depois da Conferência de Estocolmo. O terceiro eixo busca elencar estratégias de promoção de desenvolvimento sustentável e de eliminação da pobreza em países em desenvolvimento.

Os encaminhamentos desta Conferência apontam para a inclusão de temas centrais como a liberdade, a democracia, e a inclusão social todos de forma integrada. Conforme Sachs (2002, p. 65) "[...] como resultado da ECO 92, cabe destacar a Agenda 21, documento importante que irá nortear o modelo de desenvolvimento sustentável para o século XXI".

A Agenda 21 é um instrumental orientador do planejamento de uma sociedade sustentável em diferentes bases governamentais que descreve métodos de proteção ambiental, de justiça social e de eficiência econômica. O documento

possibilitou firmar acordos em âmbitos globais, entre os países participantes da Conferência. Cada país se compromete a implementar no seu território as deliberações, acolhendo a diversidade e especificidades de cada local, como aponta Carelli e Menegasso (2010, p. 149).

Há que se destacar que mesmo diante de tantos esforços empreendidos em torno da sustentabilidade, com reconhecíveis avanços o caminho para a efetivação de um desenvolvimento sustentável, a princípio configura-se muito mais em documentos e teorias do que efetivamente na prática, salvo algumas políticas públicas pontuais e iniciativas sociais.

Conforme Sachs (2002), o mundo atual defronta-se com uma situação nova, em que todo o esforço histórico pelo desenvolvimento e geração de riquezas se vê impotente para seguir em frente, os modelos econômicos, culturais e sociais não conseguem dar conta da sustentabilidade ambiental.

Neste sentido, há que se destacar que a sociedade contemporânea está estruturada no consumismo, um imperativo de adquirir produtos que são necessários à sua subsistência assim como outros que não o são, denominados de supérfluos. Segundo Ribeiro (2013, *web*), “nas últimas décadas houve um aumento significativo do consumo em todo mundo, provocado pelo crescimento populacional e, principalmente, pela acumulação de capital das empresas”.

Vive-se em uma sociedade hedonista, em que as desigualdades sociais e o consumismo são agentes de degradação do meio ambiente, pois esta percepção social fomenta a relação utilitarista que o homem exerce durante séculos com a natureza.

Neste contexto social a sustentabilidade adquire grande importância, no entanto, compreende-se que o desenvolvimento sustentável apresenta-se como uma luz no fim do túnel na construção de propostas multidisciplinares que contemplem a emergência de uma cultura ecológica, capaz de agregar a diversidade cultural.

Entende-se que a preservação do patrimônio ambiental está diretamente relacionada às mudanças culturais, segundo Sachs (2002, p.70) “[...] O conceito de recursos naturais é cultural e histórico. É o conhecimento, pela sociedade, do potencial do seu meio ambiente. O que hoje é recurso, ontem não o era. [...]”. Esta

concepção tem por base o desenvolvimento sustentável, um crescimento que busca equacionar a economia e o meio ambiente através da preservação do patrimônio ambiental.

Com esta percepção sobre patrimônio ambiental compreende-se então a importância deste na construção de políticas públicas que agreguem o desenvolvimento sustentável.

A partir do entendimento que, no geral, as cidades mais desenvolvidas economicamente têm por base uma economia industrial e a fim de melhor descrever o fato do crescimento urbano, faz-se necessário contextualizar brevemente a construção social do patrimônio ambiental e o meio ambiente no Brasil.

1.3 PATRIMÔNIO AMBIENTAL E O MEIO AMBIENTE NO BRASIL

A relevância do meio ambiente no Brasil pode ser verificada através de um dos primeiros documentos oficiais, quando da chegada dos portugueses, a carta datada de 1º de maio de 1500, endereçada ao Rei de Portugal e escrita por Pero Vaz de Caminha, retrata uma euforia em relação às belezas naturais, e ao "patrimônio ambiental" encontrado no Brasil.

Ao ler o documento historiográfico na contemporaneidade, fica evidente que esta seria a grande marca deste gigante tropical dono de uma natureza exuberante, chamado Brasil. Segue trecho da carta segundo Roncaglio (2009, p.112):

[...] Esta terra, Senhor, parece-me que, da ponta que mais contra o sul vimos, até à outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto houvermos vista, será tamanha nela bem mais vinte ou vinte e cinco léguas. [...] Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou coisa de metal, ou ferro, nem lha vimos. [...] Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem⁴.

4 Carta de Pero Vaz de Caminha, segundo Schilling, (2013, *web*)

O trecho da carta de Pero Vaz de Caminha retrata uma percepção característica do período mercantilista, das possibilidades de exploração da terra, que se afirmou como uma das principais marcas de todo o período colonial, e posterior a ele em prol de um dito “desenvolvimento nacional”.

Estas palavras carregadas de um demasiado entusiasmo atravessaram o oceano Atlântico e, assim como o imaginário do povo brasileiro, centenas de anos depois a cultura parece transportar através do tempo a mesma percepção de Pero Vaz de Caminha.

Na escola, todos nós aprendemos [...] que o Brasil é um 'gigante pela própria natureza', que nosso céu tem mais estrelas, nossos bosques têm mais flores e nossos mares são mais verdes. Aprendemos que por nossa terra passa o maior rio do mundo e existe a maior floresta do planeta, que somos um país continental cortado pela linha do Equador e pelo trópico de Capricórnio. [...] 'um dom de Deus e da Natureza' (CHAUI, 2000, p. 5).

A trajetória histórica ambiental do Brasil é marcada pela relação de exploração da natureza, segundo Schmidt (2007, p.180), “a devastação do meio ambiente é tão antiga quanto à colonização do Brasil”.

Desde o início da colonização, a economia esteve pautada em ciclos de exploração, pelo próprio tipo de colônia que se instalou no Brasil, segundo Chauí (2000, p.33) tratava-se de um “[...] país historicamente articulado ao sistema colonial do capitalismo mercantil e determinado pelo modo de produção capitalista a ser uma colônia de exploração [...]”.

O Brasil foi por muito tempo um país de economia agrária onde o processo de industrialização inicia-se a partir da segunda metade do século XX. Segundo Moreno, (2010, p. 211) “a Grande Guerra, na Europa ajudou a acelerar o processo industrial brasileiro”.

Assim como a Revolução Industrial pode ser vista como um marco para a modernidade em todo o mundo, no Brasil, mesmo que muito tempo depois, a indústria também muda valores econômicos, sociais e culturais. Inaugura-se uma nova era, a do “progresso”, que chega às terras brasileiras. Segundo Freitas (2011, *web*):

Vários foram os fatores que contribuíram para a intensificação da indústria brasileira, dentre os principais: crescimento acelerado dos grandes centros

urbanos derivado do fenômeno do êxodo rural, promovido pela queda do café. A partir dessa migração houve um grande aumento de consumidores e a necessidade de produzir bens de consumo para a população.

É importante destacar o processo de industrialização no Brasil, pois ele modificou a economia, criou novas demandas sociais, como por exemplo, o êxodo rural, a urbanização e o surgimento de grandes cidades. Segundo Moreno (2010, p.231) houve "o processo de urbanização, com intensa migração, das décadas de 30 e 40. A agitação das grandes cidades cresceu e, agora, havia muitos carros e ônibus nas ruas".

A industrialização insere, por assim dizer, o país na globalização. A partir do entendimento de Hall (2007, p. 68) "[...] a globalização não é um fenômeno recente: O capitalismo foi desde o início um elemento da economia mundial e não dos estados-nação". Pode-se dizer que as portas se abrem para um mundo sem fronteiras próprio da modernidade, proposições globais como, por exemplo, as questões relacionadas ao meio ambiente, passam a configurar na política nacional.

Assim como em diversas áreas, a gestão ambiental também se institui como uma atividade muito recente, segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Até há pouco tempo, os recursos ambientais eram tratados de forma isolada no Brasil, razão pela qual os instrumentos e os mecanismos necessários à gestão do meio ambiente ainda não estavam desenvolvidos e aperfeiçoados em sua plenitude. Por outro lado, as estruturas de Governo que foram sendo desenvolvidas ao longo do tempo para atender às demandas da sociedade, no que se refere à conservação e a preservação dos recursos naturais, estavam mais voltadas para o incentivo do desenvolvimento econômico, no qual a exploração desses recursos era apenas mais um elemento (IBAMA, 2012, *web*).

O Código de Águas, criado com o Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, segundo Silvestre (2008), era composto de três livros e bastante abrangente, ao se considerar a dimensão territorial do país. Normatizava de forma geral as águas doces e marinhas, as águas superficiais e subterrâneas, as águas pluviais, a contaminação e poluição hídrica, as margens e dos leitos, a navegação e hidroeletricidade.

Há que se destacar que este código representou um marco histórico na legislação brasileira no que se refere às normas ambientais no Brasil. No que diz respeito à conservação e preservação do patrimônio ambiental no Brasil, algumas ações remontam o período da industrialização. As mais significativas, segundo o IBAMA (2012, *web*), são:

A criação de parques nacionais e de florestas protegidas nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste; o estabelecimento de normas de proteção dos animais; a promulgação dos códigos de floresta, de águas e de minas; a organização do patrimônio histórico e artístico; a disposição sobre a proteção de depósitos fossilíferos, e a criação, em 1948, da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza.

Com as questões ambientais em pauta em todo o mundo, o Brasil se inclui neste movimento e o governo brasileiro passa a assumir compromissos que refletem a responsabilidade com a conservação e a preservação do meio ambiente.

Por exemplo, sobre a participação em convenções e reuniões internacionais, segundo o IBAMA (2012, *web*), “o Brasil como membro das Nações Unidas, também assinou acordos, pactos e termos de responsabilidade entre países, no âmbito da Declaração de Soberania dos Recursos Naturais”.

Pode-se citar ainda a participação do Brasil na Conferência das Nações Unidas para o Ambiente Humano, em 1972. Segundo IBAMA (2012, *web*), a delegação brasileira passou a liderar o bloco dos países em desenvolvimento, chamados de terceiro mundo ou subdesenvolvidos.

Estes países podem ser assim denominados por reunirem algumas características específicas como concentrarem a maior parte da população do planeta, apresentar a maior taxa de natalidade e baixo desenvolvimento econômico.

Faz-se importante destacar os encaminhamentos realizados pelos brasileiros nesta Conferência, segundo Letra (2011, *web*):

Na ocasião, apesar de reconhecerem a ameaça da poluição ambiental, os delegados brasileiros sugeriram que os países mais desenvolvidos é que deveriam arcar com o ônus dessa purificação, e deixaram bem clara a posição do Brasil, que preferia promover o crescimento econômico a qualquer custo em detrimento a qualquer política ambiental.

Entende-se que a movimentação em torno das questões ambientais, assim como a própria Conferência das Nações Unidas para o Ambiente Humano, são ferramentas utilizadas para a organização das lutas sociais em prol de conquistas políticas, sociais e ambientais.

Várias medidas legais foram tomadas posteriormente com o objetivo de preservar e conservar os recursos ambientais e de controlar as diversas formas de poluição. A SEMA dedicou-se a defender dois grandes objetivos: estar atenta à poluição, principalmente a de caráter industrial mais visíveis, e proteger a natureza (IBAMA, 2012, *web*).

Em 1981, a Lei 6.938/81 estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Segundo Séguin (2006, p.19), "O Direito Ambiental é entendido como um conjunto de regras, princípios e políticas que busca a harmonização do homem com o meio ambiente". Esta legislação foi construída em acordo com as proposições da ONU em 1972, a qual aborda o meio ambiente a partir de três perspectivas: os aspectos naturais, artificiais e do trabalho. A legislação ambiental brasileira é influenciada por esta abordagem.

Tendo como pressuposto que as representações sobre o ambiente servem como referencial cultural para que indivíduos encontrem respostas para questões como 'quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser?' [...] A abertura das representações sobre o ambiente, portanto, poderá resultar em novas relações entre Ambientes Naturais e os Ambientes Humanos, gerando possíveis soluções para as nossas atuais 'crises ambientais' (CARVALHO, 2009, p.208).

Segundo Moreno (2010, p.327), "No enfrentamento dos problemas sociais, outras formas de organização não ligadas ao Estado se expandiram". No Brasil, ainda na década de 70, foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) pelo Decreto 73.030 de 30 de outubro de 1973.

Em relação ao direito ambiental brasileiro, é interessante atentar que a legislação está fundada em um direito-dever e suas obrigações não dizem respeito somente às obrigações do Estado. Destaca-se ainda nesta norma o fato de que ela nasce a partir da valorização do ser humano, que, no final do século XX, representa a valorização dos direitos humanos na forma de uma ampliação da proteção à vida.

Segundo o IBAMA (2012, web), em fevereiro de 1989 o Brasil consolida sua política ambiental com a Lei nº 7.735/89, através da fusão de quatro entidades brasileiras: a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA); Superintendência da Borracha (SUDHEVEA); Superintendência da Pesca (SUDEPE) e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

Juntas estas entidades dão origem ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), com o objetivo de melhorar a gestão ambiental no território brasileiro. Desta forma o IBAMA passa a ser o principal órgão gerenciador das questões ambientais no país.

O objetivo central deste instrumento de gestão pública do meio ambiente é, segundo o IBAMA (2012, web), “[...] formular, coordenar, executar e fazer executar a Política Nacional do Meio Ambiente e da preservação, conservação e o uso racional, dos recursos naturais renováveis”.

A realização da Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento do ano de 1992, realizada no Brasil, denominada de Rio-92, deliberou ações relacionadas diretamente com a gestão da política ambiental nacional, como por exemplo, a criação do Ministério do Meio Ambiente (MMA), órgão na estrutura governamental de hierarquia superior, representando mais um avanço à consolidação de uma conquista em defesa do meio ambiente no Brasil.

Ainda no contexto nacional, no ano de 2012, o Brasil foi novamente sede do evento de âmbito internacional. A Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, ocorreu de 13 a 22 de junho e marcou os vinte anos da realização da Rio 92. Sem adentrar nos propósitos da Conferência, a Rio +20 reflete o envolvimento do Brasil nas discussões ambientais globais, bem como um avanço na cultura nacional com relação ao conceito e a gestão do meio ambiente.

As mudanças na política nacional ambiental são vivenciadas nos municípios, tendo em vista que algumas cidades agregam em suas políticas públicas ações ambientais antes do que outros. Cada qual com suas especificidades locais, aos poucos buscam se alinhar às propostas da política nacional.

Segundo a Constituição Federal de 1998, Capítulo IV Dos Municípios, Artigo 29 p. 21, “O Município reger-se-á por lei orgânica [...], que a promulgará atendido os

princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado". Este princípio constitucional reforça a integração nacional que agrega a diversidade cultural, social e ambiental do Brasil, mesmo que não o faça em sua totalidade na prática, em princípio, é o que se propõe em lei.

Entende-se que para as questões ambientais são de grande relevância as questões locais ou municipais, desta forma necessitam estar alinhadas às questões nacionais. Caminham, por assim dizer, em conjunto, conforme Leff (2006), uma racionalidade ambiental pautada na cultura.

Segundo Leff (2006, p.408), "nas diferentes formas de organização social dos grupos humanos em comunidades e nações, nas formas diversas em que suas linguagens e suas falas dão significado aos territórios que habitam e à natureza com a qual convivem", da mesma forma as mudanças culturais, que interferem no meio ambiente, partem do menor, do local, do municipal, para o maior, o estadual, nacional e o global.

Saliente-se que a cultura em uma das suas múltiplas definições pode ser percebida como um processo de construção social de um grupo, de um povo, de uma nação ou de uma comunidade, que deriva de suas tradições e seus valores na apropriação da natureza, de forma que a cultura também reflete a percepção dos sujeitos com relação ao patrimônio ambiental.

Os sujeitos em sua maioria recebem um legado cultural, histórico ou arqueológico em forma de patrimônio, no caso da cidade de Joinville, os Sambaquis.

1.4 ASPECTOS AMBIENTAIS DE JOINVILLE

Joinville está localizada na região norte do Estado de Santa Catarina e é a maior cidade do Estado com mais de 500 mil habitantes. Segundo dados do Instituto de Geografia e Estatística (2010, *web*) o município ocupa uma área de 1.146,873 km² com uma densidade demográfica de 449,30 hab/km².

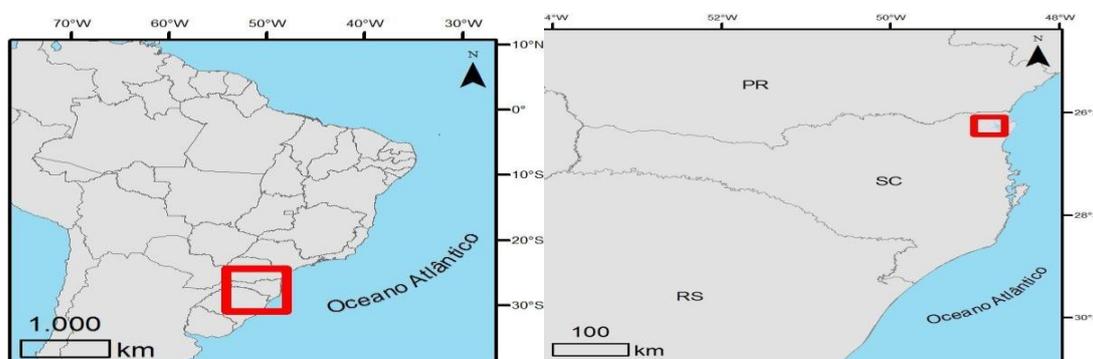
Os municípios limítrofes de Joinville, segundo Agenda 21 Municipal (1998, p.13), são: "ao norte os municípios de Garuva e Campo Alegre, Guaramirim e

Schroeder; a oeste o município de Jaraguá do Sul; e a leste o município de São Francisco do Sul".

Constitui-se no maior pólo industrial do Estado, sendo importante ressaltar que a partir da década de 70 a industrialização se desenvolve em grandes proporções no município, com destaque principalmente para o ramo metalúrgico.

A figura 1, composta por duas imagens, apresenta os mapas do Brasil, com destaque para o Estado de Santa Catarina e Joinville.

Figura 1: Mapas de localização do Estado de SC e Joinville.



Fonte: LIMA (2012).

Conforme descrito na Agenda 21 Municipal (1998), o patrimônio ambiental da cidade de Joinville apresenta uma forte característica tropical; dentre os ecossistemas da região destacam-se a Floresta Atlântica e os Manguezais.

A relevância para o município destes biomas pode ser verificada pela área de cobertura do território; segundo a Agenda 21 Municipal (1998, p.14) “o município de Joinville possui mais de 640 Km² cobertos pela Floresta Atlântica e 40 Km² cobertos por manguezais”. Sobre a vegetação do município, a Agenda 21 Municipal (1998) apresenta um dado histórico relevante para a compreensão da constituição vegetal da região.

Nos primórdios da colonização da região, a extração seletiva de madeira de qualidade foi intensa e as florestas foram derrubadas para dar lugar a áreas de cultivo e de pastagens, principalmente na planície costeira e, posteriormente no planalto. Por condições de relevo muito íngreme, a cobertura florestal das encostas da serra ainda esta preservada. No que se referem aos manguezais, algumas áreas próximas a zona urbana de Joinville foram suprimidas pelos processos de urbanização. Atualmente, as

áreas remanescentes encontram-se protegidas por canais que as separam das áreas ocupadas (AGENDA 21 MUNICIPAL, 1998, p.14)

Em relação aos ecossistemas de Joinville destaca-se a Baía Babitonga, pois além da sua importância ambiental, concentra um grande número de sítios arqueológicos. Segundo Bandeira (2010), até o presente são conhecidos cerca de 150 sítios arqueológicos do tipo sambaqui. Este fato torna a Baía Babitonga uma importante área de patrimônio ambiental/arqueológico.

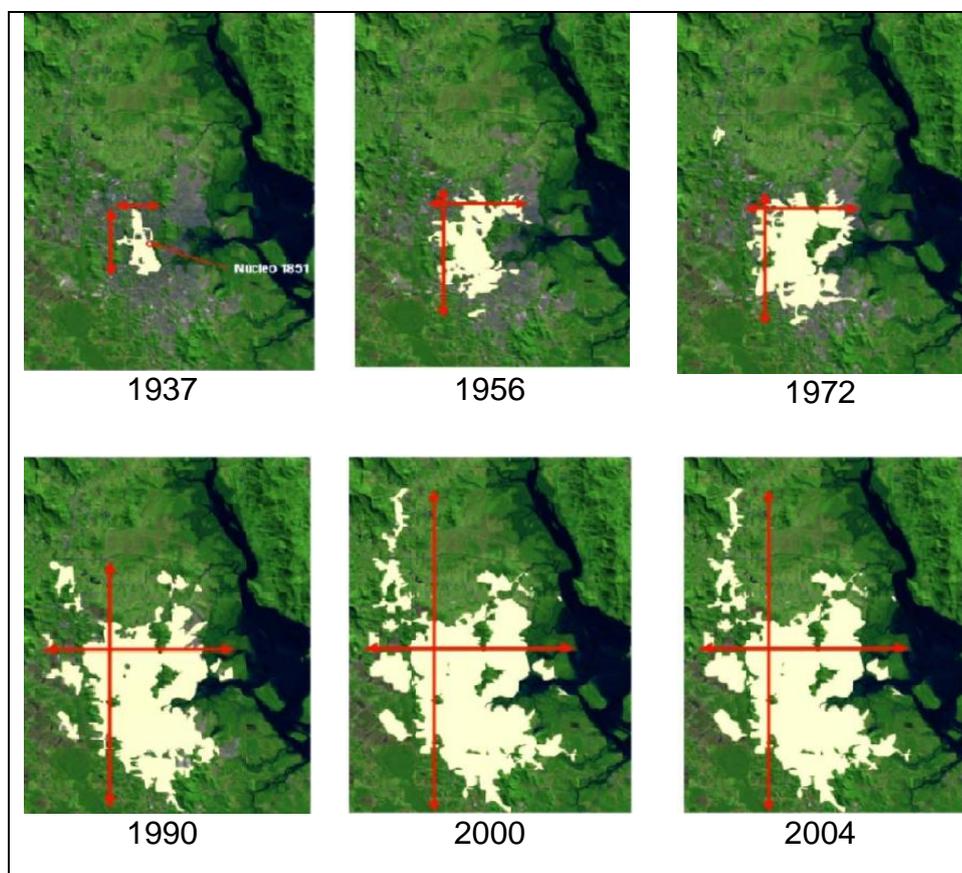
Apesar do fato da cidade de Joinville, dentre seus muitos adjetivos, ser conhecida como a Manchester Catarinense, cidade dos Príncipes, entre outros, não é conhecida como uma cidade litorânea, ou uma cidade dos sambaquis.

No entanto, segundo a Agenda 21 Municipal (1998, p.27) “a falta de praias com areias brancas não elimina, contudo, as influências marinhas que se manifestam pelo menos duas vezes ao dia: o efeito das marés atuando sobre o sistema hídrico do rio Cachoeira”.

Para contribuir na contextualização do meio ambiente do município de Joinville, há que se observar a urbanização da cidade, verificar o crescimento da malha urbana e conseqüentemente populacional da cidade que é um dos aspectos relevantes para esta dissertação.

A figura 2 é uma representação do crescimento da malha urbana da cidade, em termos espaciais. Compreende os períodos de 1937 a 2004.

Figura 2: Evolução urbana de Joinville.



Fonte: IPPUJ (2011, p.43).

Pode-se observar pela figura 4 a proximidade do município com a Baía Babitonga, região escura que aparece na imagem, cercada por manguezais, um importante ecossistema do município. O crescimento da malha urbana representado pela cor branca pode ser observado claramente, com destaque para o período de 1972 a 1990, coincidente à expansão industrial da cidade de Joinville.

Interessante também se faz a demonstração do crescimento populacional tabulado quantitativamente por décadas, com início na década de 60 e término na década de 2010, conforme a tabela 01.

Tabela 1: Crescimento Populacional em Joinville: 1950/2010.

Anos	Taxa Média %	Início da Década	Final da Década
1950 a 1960	6,07	43.334	69.677
1960 a 1970	6,04	69.677	126.095
1970 a 1980	6,45	126.095	235.812
1980 a 1991	3,54	235.812	347.151
1991 a 2000	2,21	347.151	429.604
2000 a 2010	1,69	429.604	515.250

Fonte: IPPUJ (2011, p. 47).

Como pode ser observado na tabela 1, o crescimento populacional da cidade de Joinville entre a década de 70 a 80, por exemplo, foi de 6,45% (taxa média) a maior taxa num período de 60 anos, que corresponde a um aumento de 109.717 habitantes na cidade no final desta década.

É preciso lembrar que o crescimento econômico e populacional da cidade de Joinville não estagnou, a população cresce dia a dia, em proporções menores ou dentro do previsto estatisticamente. O impacto do crescimento populacional da cidade pode ser verificado por vários indicadores e para este trabalho escolheu-se o recorte do meio ambiente versus desenvolvimento urbano, sob a perspectiva do patrimônio ambiental/arqueológico.

Segundo o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville IPPUJ (2011, *web*), o Código Municipal do Meio Ambiente, aprovado em 14 de junho de 1996 através da Lei Complementar nº 29, é o marco institucional ambiental da cidade de Joinville.

O código normatiza os direitos e obrigações relativos à proteção, controle, conservação e recuperação do meio ambiente no âmbito da cidade de Joinville, em anuência ao Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).

O município de Joinville dispõe de uma expressiva quantidade de áreas protegidas, denominadas de Unidades de Conservação Municipais, segundo o IPPUJ (2011, p.36): “Parque Ecológico Prefeito Rolf Colin, Parque Municipal da Ilha

do Morro do Amaral, Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro do Boa Vista, Área de Proteção Ambiental da Serra Dona Francisca, Parque Municipal do Morro do Finder e Parque Natural Municipal Caieira”.

A Figura 3 mostra a trilha principal do Parque Natural Municipal Caieira.

Figura 3: Parque Natural Municipal Caieira.



Fonte: IPPUJ (2011, p.36).

O Parque Natural Municipal da Caieira representa uma importante área de preservação ambiental/arqueológica de Joinville, criado pelo decreto municipal nº 11.734, em março de 2004, sendo que seu tombamento é do mesmo ano, sob o registro nº 11.760. Sua localização está fora do perímetro urbano da cidade, à margem da Lagoa do Saguçu. A criação da Unidade de Conservação da Natureza é o resultado de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) entre o Ministério Público Federal, a Prefeitura Municipal de Joinville e a empresa Tupy.

O quadro 01 a seguir, relaciona as Unidades de Conservação no Município de Joinville.

Tabela 2: Unidades de Conservação no Município de Joinville

Unidade de Conservação	Decreto de Criação	Área	Importância	Categoria de Manejo
Parque Ecológico Prefeito Rolf Colin	Decreto Municipal nº 6.959/92	16,30 km ²	Preservação da Floresta Atlântica e da fauna. Beleza paisagística.	PI (Proteção Integral)
Parque Municipal da Ilha do Morro do Amaral	Decreto Municipal nº 6.182/89	2,70 km ²	Turística, histórica. Proteção do manguezal e dos sítios arqueológicos.	PI (Proteção Integral)
Estação Ecológica do Bracinho	Decreto Estadual nº 22.768/84	46,10 km ²	Proteção à fauna e flora. Manutenção do regime Hidrológico para garantir o abastecimento público de água.	PI (Proteção Integral)
Área de Proteção Ambiental da Serra Dona Francisca	Decreto Municipal nº 8.055/97	408,42 km ²	Preservação dos recursos Hídricos de forma a garantir o abastecimento público de água potável. Turismo rural.	US (Uso Sustentável)
Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro do Boa Vista	Decreto Municipal nº 11.005/03	3,90 km ²	Lazer e Educação Ambiental. Valorização da Mata Atlântica e da sua fauna.	US (Uso Sustentável)
Reserva Particular do Patrimônio Natural do Caetezal - RPPN	Portaria do IBAMA nº 168/01	46,13 km ²	Preservação dos recursos hídricos e proteção da fauna e flora.	US (Uso Sustentável)
Parque Municipal do Morro do Finder	Decreto Municipal nº 7.056/93	0,50 km ²	Preservação e conservação dos recursos naturais.	PI (Proteção Integral)
Parque Natural Municipal da Caieira	Decreto Municipal nº 11.734/04	1,27 km ²	Preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica, beleza paisagística. Possibilitar pesquisa científica e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental.	PI (Proteção Integral)

Fonte: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville- IPPUJ (2011, p. 36).

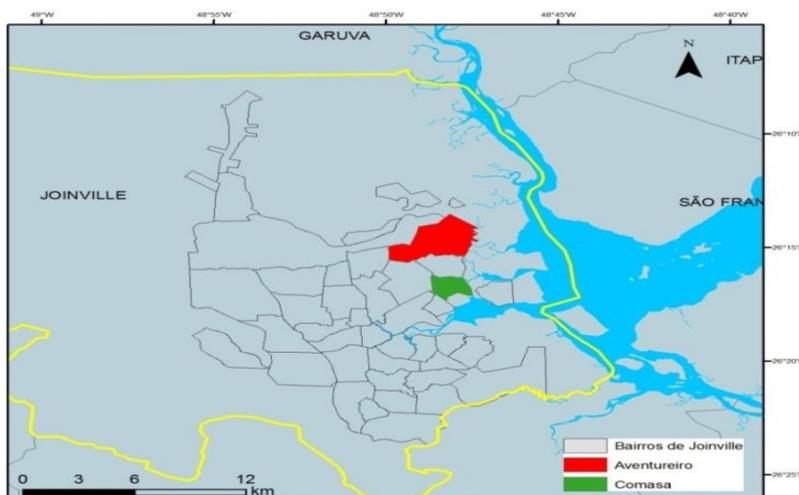
Faz-se necessário neste panorama ambiental da cidade de Joinville destacar suas principais Unidades de Conservação, não só pelo significado ambiental que possuem, mas também pela representação política, pois estas áreas, guardadas as proporções, representam uma disposição do município em desenvolver uma política de sustentabilidade ambiental.

Estas unidades de conservação estão em consonância com a política ambiental nacional, elaborada nas Conferências Internacionais, como a Eco 92, a qual produziu o documento base para as políticas nacionais e municipais, a Agenda 21.

Ao analisar o conceito de meio ambiente percebe-se que, de forma geral ou empírica, o sinônimo de natureza é percebido como um local a ser apreciado, respeitado e preservado. Para muitos a natureza representa um reencontro com as origens, um sentimento de pertencimento a um lugar no tempo e no espaço.

As largas, movimentadas e planas ruas da cidade de Joinville, se constituem em uma característica urbana da cidade, circunscrita em um meio ambiente diversificado. O patrimônio ambiental/arqueológico se constituiu objeto dessa dissertação, com o recorte estabelecido em dois bairros de Joinville: Aventureiro e Comasa, os quais abrigam os sambaquis Rua Guaíra, Rio Comprido e Espinheiros II. A figura 4 apresenta o mapa da cidade de Joinville, com destaque para o traçado dos bairros Aventureiro (vermelho) e o bairro Comasa (verde).

Figura 4: Mapa de Joinville: Bairros Aventureiro e Comasa.



Fonte: Lima (2012).

Por serem áreas de preservação arqueológica os sambaquis foram, preservados a partir de 1961 quando passaram a ser protegidos por Lei Federal, enquanto que o seu entorno se alterou com a urbanização. O desenvolvimento

populacional dos bairros Aventureiro e Comasa gerou uma condição peculiar e os sambaquis encontram-se dentro do perímetro urbano destes bairros.

Neste sentido, a reflexão sobre questões sociais relevantes, que contribuem na formação da percepção dos sujeitos que residem lado a lado com os sambaquis, tem grande relevância para esta dissertação.

Partimos do entendimento de que a sociedade contemporânea acalenta a cultura da memória, de tudo guardar como uma forma de resgatar sua existência, ou apenas como uma forma de pertencer a este ou aquele lugar. Para Huyssen (2000), este fato pode ser verificado como sendo um dos mais surpreendentes fenômenos culturais e políticos da contemporaneidade, a emergência da memória como uma das questões centrais da cultura ocidental.

[...] uma volta ao passado que contrasta totalmente com o privilégio dado ao futuro [...] a cultura modernista foi energizada por aquilo que poderia ser chamado de “futuros presentes”. No entanto, a partir da década de 1980 o foco parece ter se deslocado dos futuros presentes para os passados presentes [...] (HUYSSSEN, 2000, p.9).

Os passados presentes de Huyssen (2000) materializam-se, nesta dissertação através dos patrimônios ambientais/arqueológico aqui relacionados, os sambaquis, que representam um elo entre as gerações do passado com o presente, preservados para as gerações futuras.

Entende-se ainda que os vestígios deixados pelos sambaquianos permitem interpretar a história de seu povo, que faz parte de uma memória coletiva que atravessou o seu tempo e chega à contemporaneidade a partir da percepção de que a memória é carregada por grupos vivos. Segundo Nora (1981), “A memória é um fenômeno sempre atual, vivo, dinâmico, uma forma de elo com o passado, vivido no eterno presente”.

Memória é a vida sempre carregada por grupos vivos e nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os esquecimentos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1981, p.9).

Esta dissertação parte da percepção de Nora (1981), de que a memória é carregada por grupos vivos, através dela os sujeitos buscam a identificação com algo ou lugares denominados pelo autor como “lugares de memória”, que são partes da história e possuem restos de memória.

Denominar os sambaquis como “lugares de memória” significa resgatar a história do povo sambaquiano, através da arqueologia, assim como a história do tempo presente, através dos sujeitos que na contemporaneidade convivem com estes “lugares de memória”. Propõe-se ressignificar estes espaços, considerando também o patrimônio ambiental associado aos sambaquis. Segundo Lima (2010, *web*):

É possível afirmar, portanto, que um local é fruto de (re) significações diversas e, assim, pode ser considerado um “lugar de memória”. Na verdade, para além de um “lugar de memória”, pode pensá-lo como vários “lugares de memória”, tendo em vista que ele comporta diferentes espaços, com significados e identificação com grupos diversos.

A construção de ressignificações está relacionada ao grau de identificação dos sujeitos para com os patrimônios ambientais/arqueológicos, que por sua vez influenciará no grau de dificuldade ou facilidade em exercer o movimento entre passado e presente, movimento este que parte de memórias individuais e formam uma memória coletiva. Segundo Halbwakcs (2006, p. 30), “Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se tratem de eventos em que somente nós estivermos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós.”

A partir deste entendimento o local do qual falamos representa a memória coletiva de uma rua, que pode ser descrita como uma parte da história do bairro Aventureiro, pois se multiplica por diversas ruas do bairro e segue por toda a região leste da cidade, especificamente nos bairros Aventureiro, Comasa e Comasa/Vila Paranaense, pois estes bairros de Joinville possuem em comum, na sua história, a marca da migração realizada no período de expansão industrial da década de 70.

1.5 PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO: OS SAMBAQUIS

Segundo dados do IPHAN (2012, *web*), a Carta de Lausanne, define em seu artigo 1º, patrimônio arqueológico:

O patrimônio arqueológico compreende a porção do patrimônio material para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos primários, Inclui todos os vestígios da existência humana bem como todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas; estruturas e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados (IPHAN, 2012, *web*).

No entanto, o Brasil já tem desde 26 de julho de 1961, a Lei 3.924 que regulamenta a proteção do patrimônio arqueológico no Brasil. Segundo Santos (2005), esta lei reflete a influência do contexto em que foram construídas as cartas patrimoniais europeias.

No Brasil, segundo Oosterbeek (2009, p.118), "o patrimônio cultural arqueológico tem a sua tutela sob a responsabilidade da União Federal, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)". O patrimônio arqueológico, compõe também, a pauta da Constituição Federal de 1988, regulamentado no artigo 216, inciso V.

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tombados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico, e artigo 20 inciso X: São bens da União, as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos (OOSTERBEEK, 2009, p.118).

Conforme a Carta de Lausanne, o patrimônio arqueológico pode ser entendido como aquilo que os métodos da Arqueologia fornecem os conhecimentos primários pois a pesquisa arqueológica possibilita reinterpretar aspectos importantes da pré-história e da história a partir de reflexão sobre a cultura material gerada nas

escavações de sítios arqueológicos. Esta cultura material torna-se testemunho de ocupações humanas passadas.

Conforme Cordeiro (2006), a ciência denominada Arqueologia possibilita o estudo do passado por meio de vestígios materiais. Através da identificação e análise de objetos é possível obter informações sobre a cultura e o modo de vida de civilizações antigas.

Segundo Cordeiro (2006, p.23) “Arqueologia (do grego *arkháios*, “velho” ou “antigo” e logos “ciência”), literalmente, é a ciência que estuda as antigas culturas da humanidade.

Conforme Gaspar (2000), no Brasil em especial, a Arqueologia inclui, também, entre os seus temas de interesse aspectos do modo de vida da corte portuguesa no Rio de Janeiro, assim como a vida nos quilombos e nas aldeias indígenas.

Agrega desde informações decorrentes de documentos escritos e da tradição oral até dados derivados da cultura material de forma inovadora e criativa, embora seja importante ressaltar que o investimento maior dos pesquisadores brasileiros tem sido no estudo de culturas pré-históricas.

A ocupação do território brasileiro é tema de diversas pesquisas arqueológicas e causa de um vigoroso debate entre os pesquisadores desta área. Gaspar (2000) descreve que alguns pesquisadores propõem que a ocupação do território brasileiro data de mais de 40 mil anos. Porém, cientificamente, apenas datas mais recente são amplamente aceitas; a referência cronológica estabelecida para o início da ocupação das terras brasileiras é de 12 mil anos.

1.5.1 Os Sambaquis

Gaspar (2000) acrescenta que dentre as linhas de pesquisa da Arqueologia Brasileira, há uma com grande interesse na ocupação da costa brasileira, por populações de pescadores, coletores, pescadores, por volta de 6.500 anos AP.

Uma elevação de forma arredondada que, em algumas regiões do Brasil, chega a ter mais de 30m de altura. São constituídos basicamente com restos faunísticos como conchas, ossos de peixe e mamíferos. Ocorrem também frutos e sementes, sendo que determinada áreas dos sítios foram espaços dedicados ao ritual funerário e lá foram sepultados homens, mulheres e crianças de diferentes idades (GASPAR, 2000, p. 9).

Lima (2000) acrescenta que os sambaquis podem ser encontrados tanto em planícies quanto em encostas, em terrenos arenosos ou rochosos. Os sítios arqueológicos do tipo sambaqui ocorrem no Brasil em praticamente toda a costa litorânea, do Rio Grande do Sul até a Baía de Todos os Santos. Segundo esta autora (2000, p.272), "as baías, estuários e lagunas dessa porção do litoral apresentam normalmente grandes concentrações desses sítios arqueológicos".

A percepção histórica com relação à construção dos sambaquis se transformou com o decorrer das pesquisas. Como descreve Gaspar (2000), em um primeiro momento os sambaquis foram avaliados como um fenômeno natural, um resultado do efeito da própria natureza. Em seguida como um lugar de descarte e de restos de alimentos, em alusão à sociedade contemporânea poderia ser chamado de um aterro sanitário da pré-história.

Gaspar (2000) salienta que estas teorias foram superadas e a percepção com relação a esta extinta civilização, deixou de ser apreendida somente como um bando de coletores de moluscos nômades em busca de alimentos.

As pesquisas arqueológicas modernas, segundo Gaspar (2000), apontam para a existência de uma complexidade social que inclui hierarquia (chefes), bem como elaborados rituais funerários e especialistas dedicados à confecção de esculturas nomeadas de zoólitos. A figura 5 apresenta um zoólito em forma de peixe.

Figura 5: Zoólito em forma de peixe.



Fonte: CNPq (2008, *web*).

Segundo Bandeira (2005), estas esculturas produzidas pelo povo sambaquiano são geralmente feitas de rochas em forma de animais e tem grande apelo estético.

Estas, em geral, são peças grandes e pesadas feitas através de um demorado trabalho de picoteamento e polimento. Sua função precisa é ainda desconhecida, mas por suas características deveriam ser utilizadas em contextos ritualísticos envolvendo grande simbolismo (BANDEIRA, 2005, p. 8).

Conforme artigo publicado na sala de imprensa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (2008), zoólitos são encontrados com mais frequência nos sambaquis de Santa Catarina. Sua distribuição sugere a existência de um centro de produção, no norte e no sul do estado, com destaque para a região de Joinville e Laguna. Estas regiões também se destacam pela alta concentração de sambaquis, onde estão situados os de maior porte.

Com relação à elevação dos sambaquis, Bandeira (2005) faz algumas observações relativas à energia empreendida para sua edificação, bem como o seu posicionamento, que levam a concluir que se tratavam de construções intencionais de povos que pretendiam aumentar sua visibilidade e diminuir a umidade do assentamento. Além de serem vistos de longas distâncias, eram também marcos territoriais ou indenitários. “A disposição e a proximidade de sambaquis e a diferença

de tamanhos entre si, parecem indicar relacionamento entre eles e hierarquia, do tipo centro/periferia e chefia” (BANDEIRA, 2005, p.8).

De acordo com Bandeira (2005), a escolha do local para edificação dos sambaquis não tinha maiores restrições; o único quesito era estar próximo a bancos de moluscos. Há sambaquis em ilhas, fundos de baías, canais, manguezais, mar grosso, restingas e sobre elevações.

Já o destino destes grupos é completamente desconhecido. O que se pressupõe, tendo por base as datações disponíveis até o momento, é que, em torno de 1000 anos atrás, a maioria dos sambaquianos desaparece, restando a ocupações somente nuns poucos sambaquis em que a cerâmica está presente. O que teria acontecido, se os sambaquianos foram embora, se disputaram, mantiveram ou perderam seu território, ou se passaram a partilhá-lo, não sabemos (BANDEIRA, 2005, p. 9).

Na contemporaneidade, o local de assentamento e os vestígios ali deixados (os sambaquis) representam um legado a ser preservado ponto O sítio arqueológico é nesta análise interdisciplinar da gestão do patrimônio ambiental/arqueológico concebido como um espaço que deve ser pensado a partir da sustentabilidade.

Há que se destacar, no entanto, que os conceitos de sustentabilidade e de patrimônio (cultural, histórico, arqueológico e ambiental) se constituem em fatos recentes na história da humanidade.

A partir deste contexto, a gestão pública com foco na sustentabilidade representa ações pontuais, fato que não justifica, mas explica parte das dificuldades e resistências na implementação e execução de políticas públicas voltadas à gestão patrimonial.

1.5.2 Os Sambaquis em Joinville

O patrimônio arqueológico de Joinville e a Baía Babitonga estabelecem uma relação intrínseca, segundo Bandeira (2005, p.4), "até o momento são conhecidos cerca de 150 sítios deste tipo, entretanto, há que se considerar que extensas áreas

não foram, ainda, pesquisadas, havendo grande probabilidade de se encontrar nelas, novos sambaquis".

Há um predomínio destes sítios em relação aos outros relacionados a povos pré-coloniais diferentes, como os das Tradições Itararé⁵ e Tupiguarani⁶, que ocuparam o litoral posteriormente. Isto tem levado a pensar na possibilidade de uma permanência mais intensa e duradoura dos construtores de sambaquis na região, impedindo a ocupação por outras sociedades (BANDEIRA, 2010, p. 17).

Destaca-se que a data mais antiga é do Sambaqui Palmital de 5.420 anos AP, localizado na cidade de Garuva. Até a década de 60, muitos sambaquis foram destruídos, pois suas conchas serviam de matéria prima para a produção da cal, bem como para a pavimentação de estradas (JOINVILLE, 2010).

Remanescentes da utilização dos sambaquis para a produção da cal são preservados em Joinville no Parque Natural Municipal da Caieira. O Parque possui, o sambaqui Lagoa do Saguçu, duas oficinas líticas⁷ e dois fornos da antiga caieira.

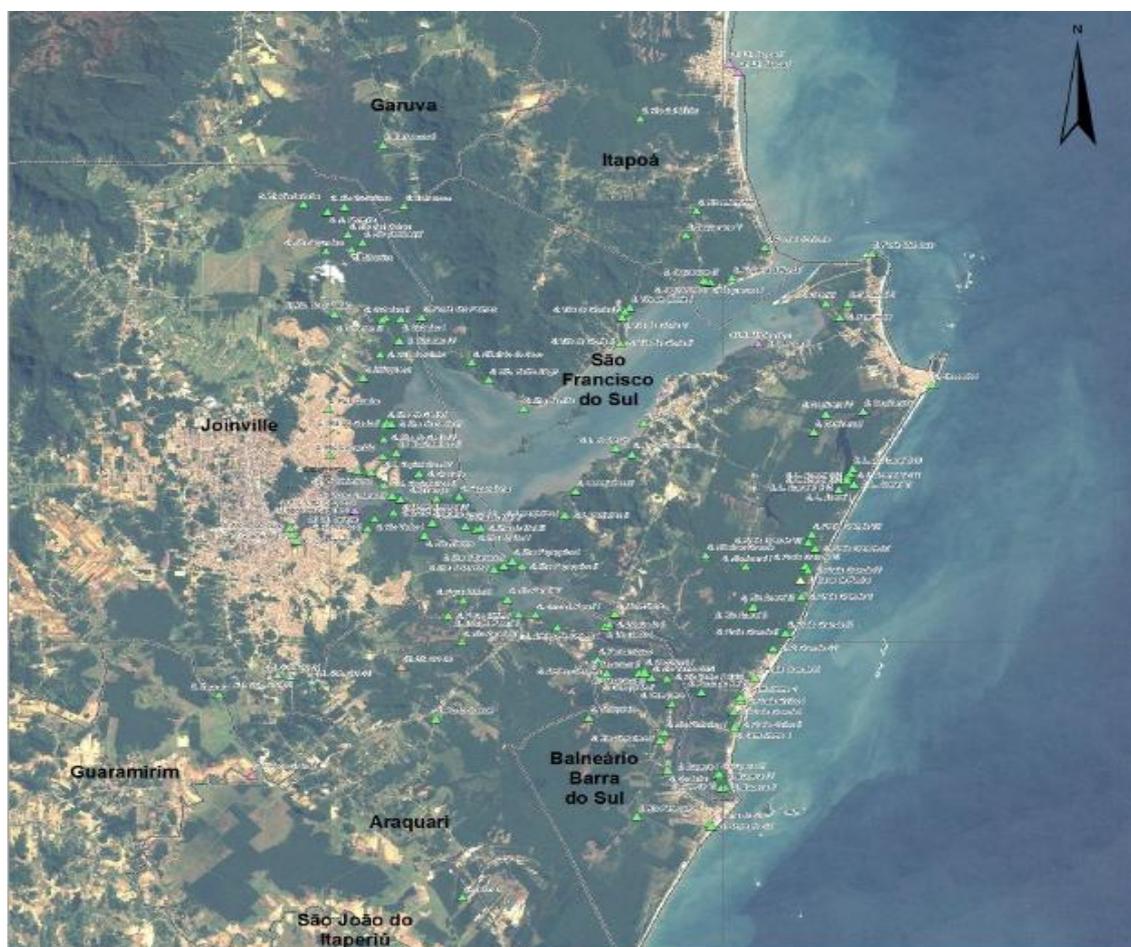
A figura 6 apresenta a localização dos sítios arqueológicos de Joinville e Região. A imagem possibilita a visualização da quantidade de sambaquis na região da Baía Babitonga.

⁵ Tradição Itararé refere-se a sítios e coleções arqueológicas de grupos pré-coloniais produtores de cerâmica que viviam em várias regiões de Santa Catarina. São considerados povos ancestrais dos Gê de Santa Catarina (Xokleng e Kaingang) (BANDEIRA, 2004, p. 45).

⁶ Tupi-guarani com hífen refere-se à família lingüística e Tupiguarani sem hífen, à Tradição Arqueológica (JOINVILLE, 2010, p. 18).

⁷ Segundo Amaral, (1995), São locais onde os grupos pré-coloniais poliam instrumentos de pedra.

Figura 6: Localização dos sítios arqueológicos da Baía Babitonga.



Fonte: < <http://www.museusambaqui.blogspot.com.br/>>, 2013.

Importante destacar que os sambaquis são um legado natural que a cidade de Joinville recebeu de uma civilização extinta, há que se destacar que dos 150 sítios conhecidos, conforme Bandeira (2005,), somente 16 sítios foram pesquisados, o que significa dizer que pesquisas futuras podem alterar significativamente o cenário que hoje se apresenta em relação aos sambaquis na cidade de Joinville.

A observação, registros e coleta de dados, é a principal fonte de informação sobre os sambaquis, neste sentido há que se destacar, segundo Bandeira (2005, p. 5), "Guilherme Tiburtius, colecionador e arqueólogo amador alemão, cuja coleção comprada pela Prefeitura Municipal de Joinville desencadeou o processo de criação do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville em 1969".

Pesquisas demonstram que no geral os sambaquis formam construídos próximos ao mar, como no caso a Baía Babitonga, no entanto há registros de sítios

próximos aos rios, conforme Bandeira (2005), a principal características dos sambaquis localizados próximo aos rios, são sua conchas encontradas as quais não são de moluscos marinhos e sim de moluscos de rios ou terra, denomina-se estes sítios de "sambaquis fluviais".

Segundo Bandeira (2005, p. 7), "em Joinville, as margens do rio Piraí, a cerca de 30 km do oceano, há um sambaqui (Itacoara) deste tipo constituído de conchas e ossos de peixes de água doce".

A autora destaca que mesmo com estas variações, todos sambaquis tem como principal característica as camadas sobrepostas de conchas e areia entre as quais encontram-se vestígios da cultura material desta civilização. A partir destes remanescentes sabe-se que os sambaquis forma locais de moradia, assim como uma aldeia.

Os três sambaquis estudados nesta dissertação mesmo que na atualidade encontram-se em meio urbano, não são do tipo fluvial, o que indica que as áreas hoje residenciais já foram a tempos atrás áreas de manguezais.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS BAIROS AVENTUREIRO/COMASA E SEUS PATRIMÔNIOS AMBIENTAIS/ARQUEOLÓGICO

Neste capítulo serão apresentadas as principais características dos bairros Aventureiro, Comasa e Comasa/Vila Paranaense no que se refere a extensão territorial e aos dados sócios econômicos da população, assim como os remanescentes florestais (áreas verdes) associados aos sambaquis Rua Guáira, Rio Comprido e Espinheiros II, preservados em meio à urbanização destes bairros. Apresenta-se informações sobre o patrimônio arqueológico (os sambaquis), com destaque para o patrimônio ambiental e a relação de parte da comunidade com estas áreas através de imagens realizadas em campo no decorrer da pesquisa desta dissertação.

Discorrer sobre a contextualização do entorno dos patrimônios ambientais/arqueológicos compõe uma fase importante desta dissertação, pois busca levar ao leitor dados históricos e populacionais importantes destes bairros, informações que contribuem com o objetivo geral desta dissertação

A figura 7 apresenta um mapa urbano das regiões pesquisadas nesta dissertação, destacado em círculos vermelhos os três patrimônios ambientais/arqueológicos: o quadrado maior no alto da figura, o Sambaqui Rua Guáira no bairro Aventureiro, seguido pelo Sambaqui Rio Comprido no bairro Comasa no centro da figura, o círculo bem próximo à área de preservação do manguezal e o Sambaqui Espinheiros II no bairro Comasa/Vila Paranaense na parte de baixo da figura.

Figura 7: Imagem dos patrimônios ambientais/arqueológico.



Fonte: Google mapas (2013, *web*).

2.1 O DESENVOLVIMENTO DE UM BAIRRO OPERÁRIO

O recorte geográfico, assim como os patrimônios ambientais/arqueológicos, sambaquis Rua Guaíba, Rio Comprido e Espinheiro II, utilizados nesta dissertação, foram influenciados pelo período de desenvolvimento industrial de Joinville durante a década de 70.

Os migrantes deste período traziam para Joinville, além da sua prole, uma grande vontade de trabalhar e vencer na "cidade grande". Porém, nenhum dinheiro que lhe assegurasse o mínimo de estrutura na nova vida.

Uma condição econômica muito comum na época, que delimitava entre outras coisas, a escolha do local de suas moradias, nas periferias da cidade, o que originou os conhecidos "bairros operários" em Joinville.

Devido à frágil condição econômica vivenciada pela maioria das famílias migrantes, suas residências se constituíam, em geral, em casas improvisadas de madeira, em cima de terrenos comprados em longas e suaves prestações, como relata o senhor Heitor Ribeiro, aposentado, 77 anos de idade, morador há 34 anos da Rua Nelson Brandão, número 88, no bairro Aventureiro em Joinville.

Por intermédio de um conhecido, chamado Paulico, soube que no bairro Aventureiro, havia um loteamento novo, com terrenos que podiam ser pagos em suaves prestações, da imobiliária Visão. O bairro não era muito bom, era perigoso, mas mesmo assim resolvi ver o terreno. Escolhi um terreno que ficasse mais em baixo, por causa do ônibus, pois naquela época dependia do ônibus para trabalhar. Não tinha luz nem água, mas naquele tempo o que mais contava era ter onde morar, o resto ia se ajeitando com o tempo.

As moradias seguiam um padrão, por assim dizer, de pequenas casas construídas de madeira, material mais acessível para a construção na época. O objetivo era morar de forma provisória dentro do seu próprio terreno, a fim de fugir do aluguel. A figura 8 apresenta as casas da Rua Nelson Brandão, no bairro Aventureiro no início da década de 80.

Figura 8: Casas na Rua Nelson Brandão Aventureiro (1980).



Fonte: Cedida por Medeiros (1980)⁸.

A imagem da figura 8 mostra as residências de operários, as casas de madeiras, sem nenhuma delimitação entre o início e o fim de cada propriedade ou "terreno".

Destaca-se ainda que a segunda casa da figura 8, com uma roda de carroça pintada de branco, acompanhada por de um banco branco na frente, corresponde à antiga casa da minha família, onde residiu por aproximadamente 35 anos.

⁸ Cedida por Marli Medeiros, residente da Rua Nelson Brandão.

Aos poucos, com muita economia, as famílias se organizavam para adquirir o material de construção para uma nova casa, construída em geral com as próprias mãos, nos períodos de folga (sábado e domingo). Esta nova casa, normalmente de alvenaria ou como se diz popularmente “de material”, era melhor estruturada e adequada às necessidades de moradia da família.

A figura 9 mostra as mesmas casas retratadas na figura 8, na atualidade, ou seja, transcorridos em média 30 anos.

Figura 9: Casas da Rua Nelson Brandão Aventureiro (2012).



Fonte: Cedida por Roscito, ano 2012.

Na figura 9, é possível observar o desenvolvimento estrutural das casas, que entre outros fatores, reflete certo aumento no poder aquisitivo de seus proprietários. Destaca-se na imagem acima a infraestrutura dos muros e das calçadas em frente às casas.

O contexto histórico das famílias migrantes é o mesmo em quase toda a cidade de Joinville, como se a história fosse apenas uma repetição, com pequenas alterações, como por exemplo, os nomes dos personagens, sua procedência e a quantidade de filhos. A história do desenvolvimento do período de expansão industrial de Joinville, guardadas as proporções, pode ser descrita a partir das memórias de uma família, que carrega as memórias de uma rua e de um bairro.

Assim como as residências, a infraestrutura dos bairros "operários" também era precária neste período. Utiliza-se como exemplo o loteamento Pedra Branca no

bairro Aventureiro, a partir da Rua Nelson Brandão, que tem como ponto de referência a metalúrgica Duque. Na década de 80, a localização da fábrica era ponto de referência para o fim do bairro.

O loteamento Pedra Branca no bairro Aventureiro, serve como referencial para este estudo. O local não dispunha de água tratada, ou "água encanada" como diziam os moradores que chegaram um ano depois da abertura do loteamento, em 1979. A energia elétrica foi instalada 2 anos mais tarde, no final do ano de 1980.

As valas de esgoto corriam a céu aberto, cada morador, conforme suas condições financeiras, comprava os tubos e os instalavam nas valas em frente ao seu terreno. Somente no ano de 2000, quando da instalação da pavimentação da rua, "o calçamento", é que toda a tubulação da rua foi trocada, padronizada, formando-se a rede de esgoto do loteamento.

Estas condições de infraestrutura se multiplicavam por diversas ruas do bairro Aventureiro e Comasa. É importante destacar que a ocupação do mangue na localidade Vila Paranaense data deste mesmo período no bairro Comasa. Porém, a infraestrutura do bairro Comasa, por se tratar de um conjunto habitacional, uma obra pública, dispunha de infraestrutura mínima água tratada, energia elétrica e rede de esgoto.

A figura 10, composta de três imagens, ilustra o desenvolvimento da Rua Nelson Brandão, principal rua do loteamento Pedra Branca no bairro Aventureiro. A sequência cronológica apresenta, na primeira imagem datada da década de 80, aspectos importantes com relação à infraestrutura da Rua Nelson Brandão. A segunda imagem apresenta a mesma rua na década de 90, e as mudanças estruturais ocorridas em uma década. Finaliza-se este quadro comparativo com uma imagem atual, datada de 2012, que mostra o desenvolvimento estrutural do local.

Figura 10: Rua Nelson Brandão Aventureiro (1980-1990 e 2012), Jlle/SC



Fonte: Cedida por Hilda Ramos, anos 1980.



Fonte: Cedida por Marli Medeiros, anos 1993.



Fonte: Cedida por Dorival Roscito, ano 2012.

Destaca-se na imagem 01 da figura 10 a inexistência de postes de condução da rede elétrica, as valas de esgoto expostas a céu aberto, que denota a

inexistência de infraestrutura básica no loteamento. Depois, com o decorrer dos anos 1993-2012, a infraestrutura melhora.

Interessante observar o desenvolvimento da Rua Nelson Brandão, do loteamento Pedra Branca, no bairro Aventureiro, uma década mais tarde, em 1990, na segunda imagem da figura 10. A mudança, com relação à infraestrutura urbana implantada na rua torna-se visível, entre elas ressalta-se, por exemplo, a rede de energia elétrica, a estruturação das casas e a rede de esgoto que não corre mais a céu aberto.

A terceira imagem da figura 10 finaliza o comparativo do desenvolvimento da Rua Nelson Brandão do loteamento Pedra Branca. A impressão que se tem ao analisar a primeira e a última imagem é de que trata-se de lugares diferentes. A última imagem retrata o desenvolvimento da infraestrutura urbana, o qual inclui a pavimentação da rua.

Nesta perspectiva, a contextualização do desenvolvimento dos bairros Aventureiro e Comasa, a partir de uma descrição histórica ambiental, propõe demonstrar o crescimento urbano de cada bairro.

Esta dissertação considera através de dados e imagens as questões ambientais associadas ao desenvolvimento econômico e social dos dois bairros de Joinville, destaca a importância que estas áreas verdes associadas aos sambaquis Rua Guaíra, Rio Comprido e Espinheiros II adquiriram com a urbanização.

2.2 BAIRRO AVENTUREIRO

Segundo Pesavento (2007), a concentração populacional encontrada nas cidades representa um pulsar de vida, que cumpre plenamente o sentido da ideia de “habitar”, reforçando a condição cultural das cidades e atribuindo a elas valores para aquilo que se convencionou chamar de urbano.

[...] o espaço se transforma em lugar, ou seja, portador de um significado e de uma memória; que passamos a considerar uma cidade como metrópole, realidade urbana que, desde o seu surgimento, causou uma revolução na

vida, no tempo e no espaço; que criamos as categorias de cidadão [...] que falamos de progresso ou de atraso, que distinguimos o velho do antigo; que construímos a noção de patrimônio e instauramos ações de preservação [...] (PESAVENTO, 2007, p. 15).

O pensamento de Pesavento (2007) se faz relevante para adentrar neste mundo urbano, neste mito de progresso ou atraso e nos remete aos bairros aqui estudados da “grande” Joinville. Com sua miscigenação própria dos sujeitos que em busca de uma vida melhor ocupam a cidade e modificam a cultura local, ressignificam suas memórias e constroem novos conceitos, ocupando o território e fazendo os bairros pulsarem.

A fim de contribuir na contextualização do bairro Aventureiro, fazem-se necessários alguns dados importantes com relação a sua infraestrutura:

Ocupa uma área de 9,29 km², com uma extensão total de 94.471m de ruas, sendo deste total 39.061m de ruas asfaltadas, 8.814m com calçamento e 46.596m com saibro. A população do bairro soma um total de 34.917 pessoas, representando uma densidade demográfica de 3.759 habitantes por quilometro quadrado (IPPUJ,2009, *web*).

A figura 11 mostra em uma imagem aérea o bairro Aventureiro, assim como parte do manguezal que compõe o meio ambiente da região leste da cidade. Este é um aspecto que merece destaque nesta dissertação uma vez que o manguezal é parte do meio ambiente em que vive a população, demonstra também os problemas de falta de preservação do ecossistema na região.

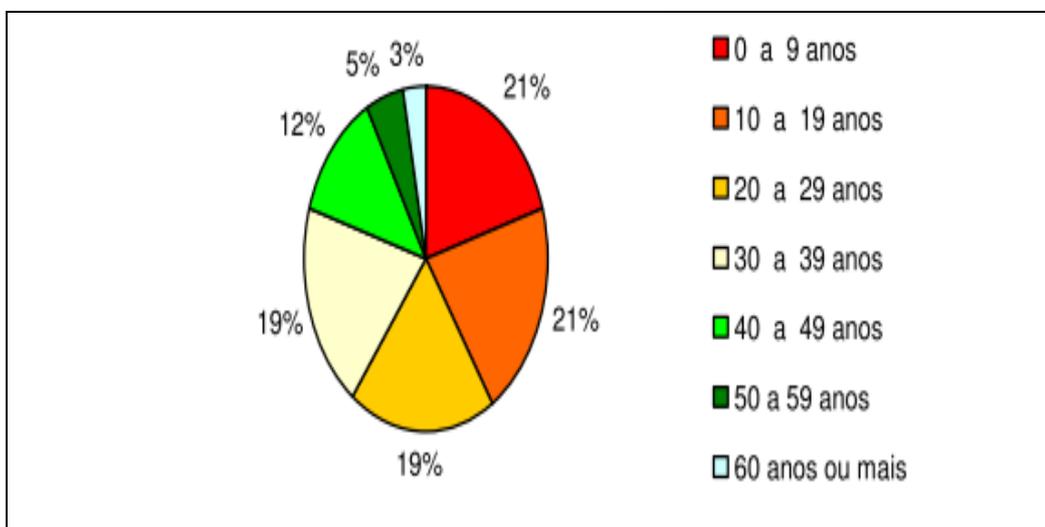
Figura 1: Vista aérea do bairro Aventureiro/Joinville.



Fonte: Alberto (2012, web)

Para contribuir na análise populacional do bairro Aventureiro, a figura 12 apresenta dados sobre a distribuição da população em faixas etárias.

Figura 2: Demonstração gráfica da faixa etária da população do bairro Aventureiro.



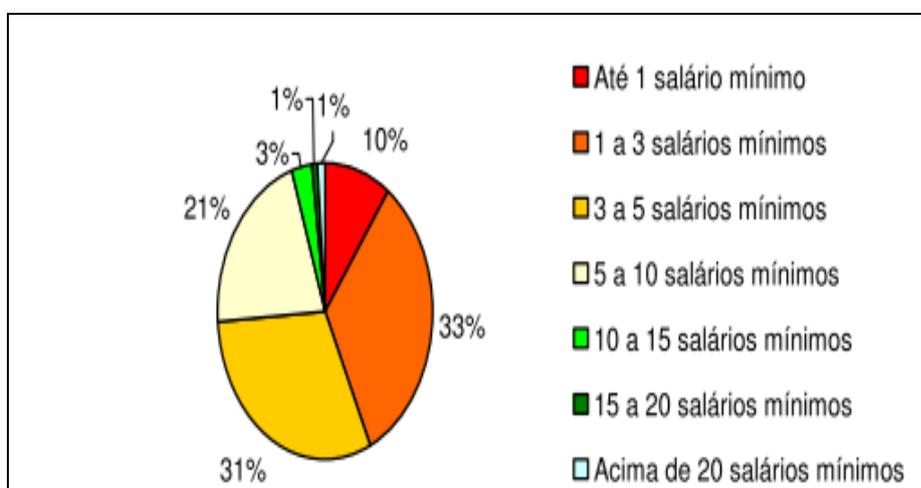
Fonte: IPPUJ (2009, web).

Os dados mostram que 92% da população possui entre 0 e 49 anos, indicadores que sinalizam como é recente o desenvolvimento do bairro. Sua população reside em média neste local há trinta anos, tempo que coincide com a fase de expansão industrial da cidade de Joinville, um dado importante para a

análise nesta dissertação, pois sugere que o bairro se desenvolveu a partir da migração da década de 70.

Outro dado importante para a apreciação do perfil da população do bairro Aventureiro é formado pela renda *per capita* de seus moradores. O poder aquisitivo das famílias se constitui em um elemento relevante, para entender-se os traços culturais predominantes no bairro. A figura 13 apresenta dados sobre a renda per capita dos moradores do bairro Aventureiro.

Figura 3: Demonstração da renda *per capita* por habitante do bairro Aventureiro.



Fonte: IPPUJ (2009, *web*).

Observa-se que 74% da população dispõem de uma renda *per capita* de 1 a 5 salários mínimos por mês, este dado revela que a maioria da população é considerada de baixa renda ou pobre financeiramente.

Na interpretação dos gráficos 12 e 13, sobre a população do bairro Aventureiro, destaca-se o quanto a população é jovem e economicamente pobre. Acredita-se que estas informações são significativas para o objetivo desta dissertação, que busca discutir a percepção de lideranças da comunidade com relação ao patrimônio ambiental associado aos sambaquis, localizados nos bairros Aventureiro, Comasa e Comasa/Vila Paranaense em Joinville.

A pouca idade representa neste estudo a falta de maturidade própria do desenvolvimento humano, assim como o tempo de moradia no bairro. Entende-se que as relações de identidade necessitam de um tempo de maturação, segundo

Bauman (2005, p. 17), “a questão de identidade só surge com a exposição à 'comunidade'.

Assim, o poder aquisitivo que, em determinadas situações pode influenciar na percepção de mundo de cada indivíduo, segundo Almeida e Rigolin (2008), entre os índices de aferição de pobreza encontra-se o grau de escolaridade que inclui a taxa de analfabetismo.

Segundo dados do IPPUJ (2009, *web*), a partir da década de 70, a infraestrutura do bairro Aventureiro foi ganhando qualidade com a ampliação e otimização na distribuição da água, energia, e obras de pavimentação das ruas.

Em relação à história do bairro, é importante relatar que, segundo o IPPUJ (2009, *web*), o mesmo recebeu este nome em função de um time de futebol, Aventureiro Futebol Clube. Na década de 50 esta instituição funcionava somente como time esportivo. Atualmente, o Clube Aventureiro possui atividades esportivas e dispõe de um salão para bailes.

O bairro Aventureiro é considerado o maior bairro de Joinville em população, possui cerca de 34.917 habitantes, segundo informação do IPPUJ (2009, *web*).

Destaca-se pelo grande número de organizações sociais do bairro, como a Associação de Moradores do Bairro Aventureiro, Associação de Moradores do Jardim Francine, Associação de Moradores do Parque Residencial Joinville, Associação de Moradores do Jardim Franciele, Associação de Moradores do Conjunto Castelo Branco e a Associação de Moradores do Parque Residencial Santa Bárbara. Ainda dispõe de diversos conselhos como Conselho Local de Saúde, Conselho Local de Segurança, entre outros.

No bairro Aventureiro, está localizado o conjunto habitacional denominado Castelo Branco, ou popularmente conhecido como COHAB do Aventureiro. A comunidade da COHAB do Aventureiro dispõe de uma organização denominada Associação de Moradores do Conjunto Castelo Branco, organização que desenvolve importante trabalho comunitário, com diversos projetos na comunidade, como por exemplo, o Projeto de musealização do Sambaqui Rua Guaíra⁹, que busca a

⁹ Projeto de Musealização Sambaqui Rua Guaíra – Aventureiro proteção do patrimônio histórico em Joinville – Santa Catarina- Brasil. Disponível em: < <http://sambaquiguaira.wordpress.com/objetivo-do-projeto/>>.

requalificação da área deste sambaqui. O projeto é de iniciativa da própria comunidade e tem como responsável o senhor Belmiro Thiesen.

Este projeto é bastante amplo e com diversos objetivos, muitos destes já concluídos, como por exemplo, palestras educativas em escolas, conselhos locais, associações de moradores e outros espaços comunitários, com a finalidade de sensibilizar a comunidade.

Outros objetivos ou fases que se encontram em execução: a) Identificação das áreas com sinais de presença dos sambaquianos, para futuros estudos e escavações, (Projeto arquitetônico orientado pelo MASJ e Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUNDEMA; b) Saneamento - Construção de calçadas com ciclovias; Iluminação; grades de proteção no contorno do perímetro; c) Permitir o acesso ao interior da área onde está o sambaqui, por trilhas iluminadas, onde painéis apresentam informações sobre hábitos e curiosidades dos povos que viveram na região; d) Construção de espaços planejados para atividades esportivas e sociais que permitam o desenvolvimento físico e intelectual da comunidade; e) Planejar os espaços dentro da área de acesso por trilhas, replicando o ambiente vivido pelos sambaquianos a 4.800 a.C., com réplicas de ferramentas e objetos utilizados.

O projeto demonstra a organização de parte da comunidade em torno do sambaqui Rua Guaíra, um patrimônio ambiental/arqueológico significativo para a comunidade do Aventureiro com sua densa urbanização.

2.2.1. Sambaqui Rua Guaíra

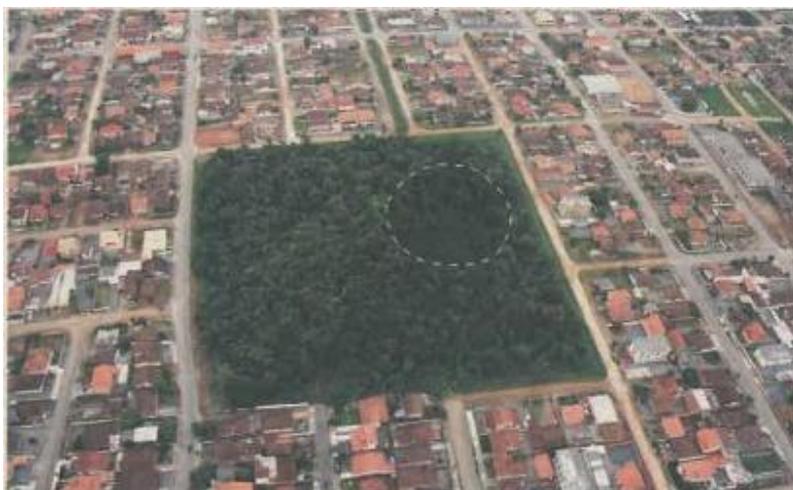
O sambaqui Rua Guaíra está localizado no bairro Aventureiro, mais precisamente no Conjunto Habitacional Castelo Branco, em uma região densamente povoada. Segundo Joinville (2010), está situado entre as ruas Peixes, Claudio Lopes, Paulo Deglmann e Alois Finder, em uma área de propriedade da Prefeitura Municipal de Joinville.

Segundo Prefeitura Municipal de Joinville (2010), suas dimensões são de 40 m por 30 m e sua área total é de 1050 m² (UTM 718.880 E, 7.094.577N). Datações do topo indicam que esse sambaqui foi ocupado há 5.200 anos AP¹⁰.

Segundo Gaspar (2000), estas elevações compõem uma das principais características dos sambaquis que são formadas basicamente de conchas, motivo pelo qual estes tipos de sítios são denominados popularmente na região de Joinville, de "casqueiros".

Não há registros de pesquisas arqueológicas realizadas neste sítio, porém há apontamentos da destruição conforme Joinville (2010, p.120). O sambaqui foi parcialmente destruído pela retirada de material arqueológico para aterro de terrenos vizinhos e há registros do uso de suas vertentes como escorregadores. A figura 14 apresenta o Sambaqui Rua Guáira, a área do sítio arqueológico está pontilhada em branco.

Figura 4: Vista aérea do sambaqui Rua Guáira no Aventureiro.



Fonte: Prefeitura Municipal de Joinville (2010, p.120)

Os limites da área onde está localizado o sambaqui Rua Guáira são estabelecidos pelas ruas que o circundam e por placas de identificação. Como pode ser observado na imagem 8, o patrimônio ocupa uma quadra "verde" isolada em meio à urbanização.

¹⁰AP significa "antes do presente", que, por convenção, é 1950. Trata-se de uma menção à descoberta da técnica de datação através de Carbono 14, que se deu em 1952. (GASPAR, 2000, p.8).

Os moradores da localidade definem o sambaqui como "um grande capão de mato". Não existe no local nenhum tipo de infraestrutura que oportunize a apropriação da comunidade com relação a esta área.

Na figura 15, composta de duas imagens, é possível verificar o quanto o limite da área verde do sambaqui Rua Guáira está próximo às residências.

Figura 5: Entorno do sambaqui Rua Guáira no Aventureiro.



Fonte: Cedida por Dorival Roscito, ano 2012.

É interessante observar o uso que parte da população faz da área verde do Sambaqui Rua Guáira. Durante o processo de construção desta dissertação, na fase da coleta das imagens, foi possível notar a apropriação realizada por parte da comunidade destes espaços, através dos vestígios deixados pela população ora como amontoados de lixo abandonados dentro da área do sítio ora como picadas

abertas de forma irregular, que servem de acesso às partes mais isoladas, dentro do bosque.

A figura 16 mostra uma das formas de apropriação por parte da população, o abandono de lixo dentro da área do patrimônio ambiental/arqueológico.

Figura 6: O lixo abandonado na área do Sambaqui Rua Guáira.



Fonte: Cedida por Roscito, ano 2012.

Destacam-se a partir da figura 16 dois pontos relevantes, primeiro é o fato de o lixo ter sido abandonado embaixo da placa de identificação da área, a qual informa que aquele espaço é um sambaqui, ou seja, um patrimônio arqueológico.

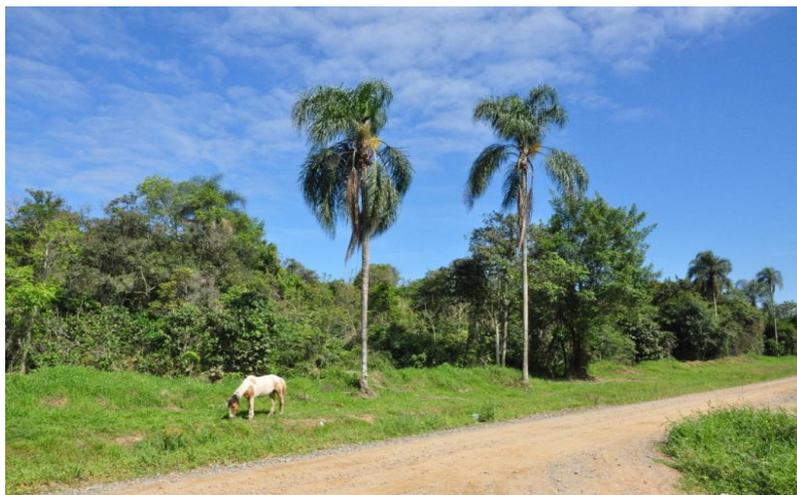
O segundo ponto refere-se ao tipo de lixo, composto basicamente por restos de construção civil: telhas, tijolos com cimento e madeira de construção. Além de galhos de árvores e grandes sacos de lixo bem fechados.

A figura 16 revela que há necessidade de educação patrimonial e ambiental. A partir desta imagem surge o questionamento sobre o significado de pertença. O lixo abandonado no sambaqui revela o significado atribuído ao patrimônio? Pode representar a falta de identificação com aquele espaço?

A *priori* são apenas constatações, pois, tanto a identificação como o sentimento de pertença são elementos subjetivos, no entanto, há que se destacar que normalmente as pessoas procuram jogar o lixo longe de seus lugares de identificação pois, ninguém quer lixo dentro de sua casa.

Na figura 17, outra forma de apropriação deste espaço por parte da comunidade, a utilização da área do patrimônio ambiental/arqueológico como fonte de pastagem para animais.

Figura 7: Animal pastando na área do sambaqui Rua Guaíra no Aventureiro.



Fonte: Cedida Roscito, ano 2012.

O animal é colocado para pastar, às margens do bosque que compõe o patrimônio ambiental/arqueológico. Importante destacar que este tipo de animal de tração é bastante comum na comunidade que circunda o sambaqui Rua Guaíra. A utilização da área verde do sambaqui como fonte de alimento para o animal é bem diferente do que jogar lixo (conforme se observa na figura 16).

A vida no entorno da Rua Guaíra é intensa quanto à população residente. Importante destacar que a aproximadamente 300 metros da área do sambaqui encontra-se a comunidade Rio do Ferro, caracterizada por um representativo número de sujeitos que trabalham como recicladores, ou como são conhecidos popularmente "catadores", os quais utilizam estes animais como tração de suas carrocinhas de reciclagem.

A região do Rio do Ferro, e sua população de recicladores, já foi tema de documentário, segundo Souza (2007), "Uma égua chamada Burguesa é o meio de transporte que levará o espectador para o imaginário e universo social dos trabalhadores de material reciclável do Rio do Ferro, em Joinville, Santa Catarina".

A figura 18 apresenta uma das muitas picadas abertas de forma irregular por parte da população. A picada dá acesso ao interior do bosque do Sambaqui Rua Guáira.

Figura 8: Picadas de acesso ao interior do bosque do sambaqui Rua Guáira



Fonte: Cedida por Dorival Roscito, ano 2012.

A figura 18 mostra uma das diversas picadas, existentes ao redor de praticamente toda a área do sambaqui Rua Guáira. Foi possível registrar o lixo abandonado no espaço, composto basicamente de sacos vazios de alimentos, como por exemplo, saco de pipoca.

Entre o lixo deixado nas picadas são observadas muitas peças de vestuários, como roupas e sapatos. A averiguação do motivo do descarte é de difícil análise, porém, pela forma que se encontram dispostos, assim como a quantidade, sugere a algumas hipóteses, como a utilização de parte deste vestuário ali mesmo na picada por algumas pessoas que usam a área como moradia, conhecidas popularmente como moradores de rua, outra possibilidade, é a de se tratar de um simples descarte.

Chama a atenção a grande quantidade de papel e papelão abandonados por todos os acessos possíveis ao sítio. Neste sentido, cabe observar que o bairro Aventureiro possui um sistema de coleta seletiva regular, além dos catadores de lixo reciclável, que costumam transitar com suas carrocinhas cotidianamente por estas imediações.

O uso que parte da população faz da área do patrimônio ambiental/arqueológico sambaqui Rua Guaíra reflete a percepção de alguns sujeitos que compõem a comunidade do bairro Aventureiro.

Neste momento, a análise da percepção da comunidade está baseada nas imagens coletas, assim como, em falas isoladas de alguns sujeitos da comunidade, em conversas informais durante a realização do trabalho de campo desta dissertação. Muitas falas se entrecruzam com relação ao sambaqui, com por exemplo as que se referem à área como o “mato da rola” termo que tem a conotação pejorativa que relaciona o espaço com um lugar para prática de sexo.

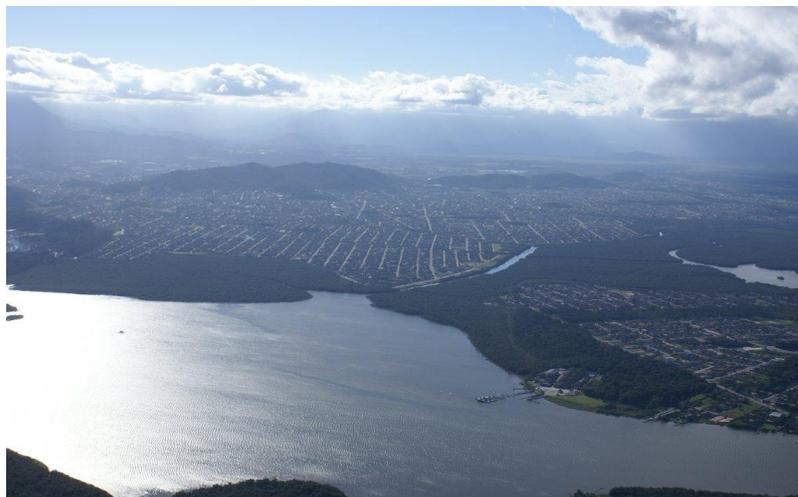
2.3 BAIRRO COMASA

Em 1970 foi inaugurado o conjunto habitacional Comasa. No ano de 1997 a Lei Complementar nº 54 institui a criação do bairro com o mesmo nome, desmembrando-o do bairro Boa Vista, segundo dados do IPPUJ (2009, *web*).

O bairro Comasa compreende uma área de 3,09 Km², com uma extensão total de ruas de 42.375m. Sendo que deste total 19.312m são de asfalto, 205m de calçamento e 20.859 m de saibro. Sua população é de 20.777 pessoas, com uma densidade demográfica de 6.724 habitantes por quilometro quadrado.

A figura 19 é uma imagem aérea que mostra, da esquerda para a direita o bairro Comasa e o bairro Espinheiros. Nela é possível verificar a densidade demográfica desta região.

Figura 9: Vista aérea do bairro Comasa e Espinheiros/Joinville.



Fonte: Alberto (2012, *web*)

O desenvolvimento do bairro Comasa ganha impulso com a mudança da fábrica da Fundação Tupy, em 1954 para as imediações do bairro. A indústria trouxe consigo o “progresso econômico”, a criação de novos postos de trabalho, que atraíram para a região muitos trabalhadores.

Segundo Moreno (2010, p. 23) "as novas “aldeias industriais” foram descritas por observadores como ambientes onde o frio, a umidade, a imundice e a degradação moral preponderavam [...]”, esse modelo, guardadas as proporções, se reproduziu em Joinville na década de 70.

A história do bairro Comasa em Joinville tem relação com a história da empresa Fundação Tupy e sua mudança do centro da cidade para o bairro Boa Vista. Conforme informação no *site* da empresa Tupy (2012, *web*), no ícone história, “enquanto as conexões ganhavam mercado em todo o país e se tornavam líderes em vendas, Albano Schmidt planejava a construção do que viria a ser o parque industrial do bairro Boa Vista”. A figura 20 apresenta a Fundação Tupy naquele período.

Figura 10: Fundação Tupy Bairro Boa Vista - Joinville (1954).



Fonte: Tupy SA (2013, *web*)

Interessante é a verificação do crescimento do parque fabril da empresa Tupy, bem como o desenvolvimento populacional no seu entorno. A figura 21 mostra a Fundação Tupy em primeiro plano, ao fundo parte dos bairros Comasa e Espinheiros na década de 2010.

Figura 11: Vista aérea da Fundação Tupy – Joinville (2012).

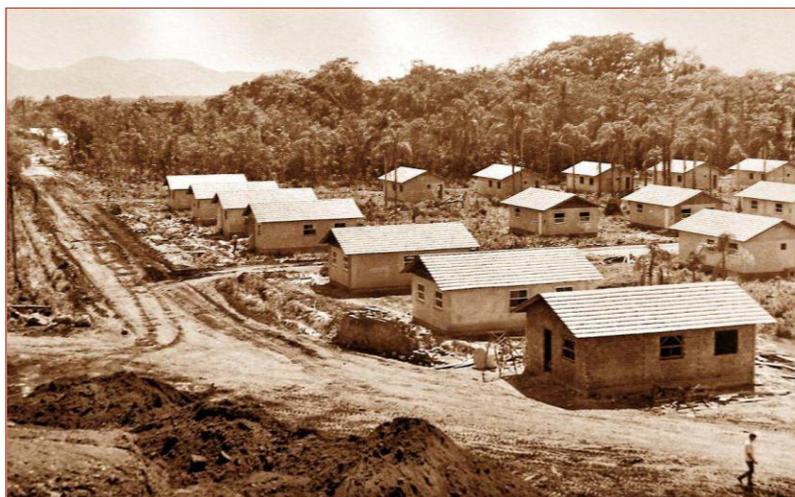


Fonte: Alberto (2012, *web*)

Na imagem da figura 21, destaca-se o crescimento da malha urbana, com o desenvolvimento dos bairros Comasa e Espinheiros. O bairro Comasa surge a partir da construção de uma vila residencial, designada a atender a necessidade de

moradia de alguns funcionários da Tupy. A figura 22 mostra a construção da vila residencial, em 1954.

Figura 12: Construção do Loteamento Comasa em 1969.



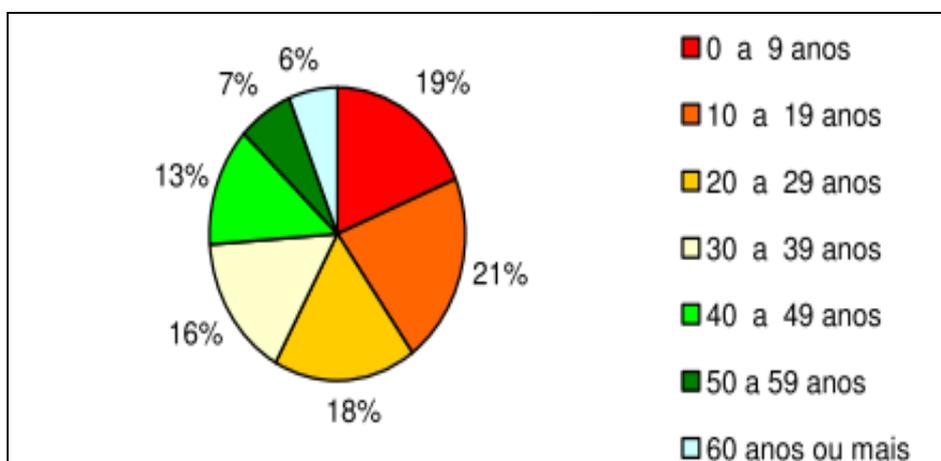
Fonte: Tupy SA

Neste mesmo local, em 1970 foi inaugurado o conjunto habitacional conhecido popularmente como Comasa. Segundo dados IPPUJ (2009, *web*), em 1997 a Lei Complementar nº 54 institui a criação do bairro Comasa, desmembrando a região do bairro Boa Vista.

O bairro Comasa compreende uma área de 3,09 Km², com uma extensão total de ruas de 42.375m. Sendo que deste total 19.312m são de asfalto, 2.205m de calçamento e 20.859 m de saibro. Sua população é de 20.777 pessoas, com uma densidade demográfica de 6.724 habitantes por quilometro quadrado (IPPUJ, 2009, *web*).

Para complementar as informações com relação ao bairro Comasa em Joinville, apresenta-se alguns dados sobre a sua população. O gráfico da figura 23 possibilita a visualização dos dados sobre a faixa etária.

Figura 13: Demonstração gráfica da faixa etária da população do bairro Comasa.



Fonte: IPPUJ (2009, *web*).

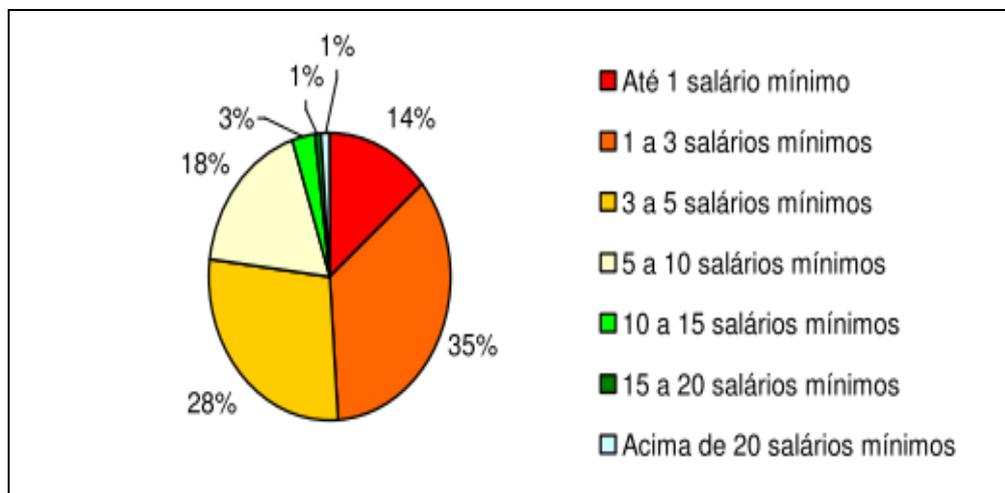
Na figura 23, destaca-se a pouca idade de um grande número da população do bairro Comasa, foi possível aferir que 87% dos moradores possuem entre 0 e 49 anos, observa-se que estatisticamente essa população reside em média nesta localidade há quarenta anos.

Se comparados os dados do bairro Comasa aos dados do bairro Aventureiro, em que a faixa etária da população com o mesmo referencial de idade é de 92%, verifica-se que o desenvolvimento populacional dos dois bairros Aventureiro e Comasa são contemporâneos.

Por analogia, é possível acrescentar a esta informação estatística, que os períodos de maior crescimento urbano dos bairros em questão, coincidem com o período de expansão industrial da cidade de Joinville, a década de 70, período em que muitas famílias imigrantes chegaram à cidade em busca de trabalho.

Outro elemento importante com relação à população do bairro Comasa é a sua condição socioeconômica. Observa-se na figura 24 a renda *per capita* dos moradores calculada em salários mínimos.

Figura 14: Gráfica da renda *per capita* por habitantes do bairro Comasa.



Fonte: IPPUJ (2009, *web*).

A constatação de que 77% da população do bairro Comasa dispõe de uma renda *per capita* de 1 a 5 salários mínimos por mês reflete os salários de operários com baixa qualificação profissional, chamados de “mão de obra barata” ou como se diz em Joinville “chão de fábrica”. O bairro Comasa é um bairro pobre do ponto de vista econômico, esta condição econômica reflete em sua estrutura social.

Uma análise comparativa dos dados apresentados nos dois gráficos dos bairros Aventureiro e Comasa, neste mesmo aspecto sobre renda *per capita*, constata-se uma proximidade econômica entre a população.

Pelos dados apresentados pode-se dizer que a diferença percentual entre a população dos dois bairros é de apenas 3 pontos, Ou seja, a renda *per capita* mensal de 77% dos moradores do bairro Aventureiro é de 1 a 5 salários. Enquanto que no bairro Comasa, o mesmo índice é de 74%.

Por semelhança outra constatação entre os bairros pode ser feita. Se estes salários estão relacionados à indústria, aos salários dos operários com baixa qualificação profissional, ambos os bairros são locais de moradia dos trabalhadores, caracterizados como bairros operários.

Segundo IPPUJ (2009), a comunidade do bairro Comasa dispõe em sua organização social de duas Associações de Moradores, a Associação de Moradores do Bairro Comasa, cuja sede está localizada na propriedade do patrimônio

ambiental/arqueológico, sambaqui Rio Comprido e a Associação de Moradores da Vila Novos Horizontes (a qual não faz parte deste estudo).

Em relação ao meio ambiente, os dados do IPPUJ (2009) informam que na região do bairro Comasa existem remanescentes de manguezais localizados no entorno da ilha dos Espinheiros, foz do rio Fortuna/Guaxanduva, na margem esquerda do canal de contenção de invasão de mangues¹¹, no limite deste bairro com a Lagoa do Saguçu. A Região também possui sítios arqueológicos pré-coloniais: Sambaqui Rio Comprido, Sambaqui Espinheiros I, sambaqui Espinheiros II.

Na contextualização do bairro Comasa de Joinville, entende-se que a sua urbanização ocorreu em um curto período de tempo, fato que pode ser observado na constituição do meio ambiente. Lugares onde antes se observava uma densa vegetação, hoje se verifica uma área fortemente urbanizada.

Há que se destacar que, em média, são 40 anos de estruturação do bairro, um período de tempo curto quando comparado ao processo de consolidação da natureza e seus ciclos reprodutivos. A relação desenvolvimento urbano e meio ambiente é uma equação de difícil solução, que demanda um esforço político e social.

2.3.1 Sambaqui Rio Comprido

O sambaqui Rio Comprido, segundo dados do documento Joinville (2010), possui datações que indicam a ocupação desta área por volta de 645 anos, entre 4815 a 4170 anos AP. O sítio, bem como seus remanescentes florestais, são protegidos por lei. Ambos foram incorporados ao patrimônio do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ) através da Lei Municipal nº 1126 do ano de 1971. O Sambaqui Rio Comprido está localizado no bairro Comasa em Joinville, entre as

¹¹ Um canal de 10 quilômetros de extensão, 40 metros de largura e 5 metros de profundidade, localizados na região Leste da cidade compreende os bairros Boa Vista, Comasa, Espinheiros, Fátima, Jardim Iririú e Aventureiro. O Canal serve como barreira entre estes bairros e o mangue, foi construído pelo poder público no final da década de 80 para evitar a invasão da população nos manguezais.

ruas Ponte Serrada, Matos Costa, Witmarsun e Alfredo Schmidt, (UTM ¹² 718.970 E 7.091.875 N) em uma área pública.

Este sambaqui foi parcialmente destruído quando da abertura da Rua Ponte Serrada, a principal rua do bairro, para a construção do conjunto habitacional Comasa, o que gerou uma ação da Procuradoria da República, exigindo pesquisa arqueológica de salvamento na face sul do sítio" (JOINVILLE, 2010, p. 98).

Essa pesquisa¹³, realizada em 1970 gerou um acervo de 1146 artefatos (malacológicos¹⁴, esquelético humano, lítico¹⁵, ósseo e antracológico¹⁶) salvaguardado na reserva técnica do MASJ. Na ocasião foi encontrado também um adorno formado por 29 dentes de mamíferos. Foi encontrado neste sítio fragmentos de zoólito¹⁷ (JOINVILLE, 2010, p 98).

Em relação às pesquisas arqueológicas, destacam-se alguns procedimentos, principalmente os realizados em sítios do tipo sambaqui, que possuem algumas especificidades em sua estrutura, como por exemplo, o amontoado de conchas que acaba por "proteger" sepultamentos e outros artefatos arqueológicos.

Ressalta-se que os procedimentos adotados para a pesquisa arqueológica envolvem, em sua maioria, a escavação. Este procedimento acaba por alterar ou destruir, parte do patrimônio ambiental/arqueológico.

A escavação, mesmo quando feita com grande cuidado, é, por princípio uma atividade destrutiva; ao retirar as peças do solo, o arqueólogo está "apagando" os vestígios do nosso passado. Isto quer dizer que não é possível repetir uma escavação (CORDEIRO, 2005, p. 143).

¹² Conforme Perna (2012 web). Sistema UTM é dividido em 60 fusos de 6 graus de amplitude em longitude. Cada fuso também é chamado de Zona UTM que é numerada, iniciando em "1" da esquerda para a direita em relação à longitude 180 graus oeste. A unidade é o metro tendo como origem o Equador e o Meridiano Central.

¹³ A escavação esteve a cargo do Prof. Walter Fernando Piazza, com assessoramento do odontólogo Paulo Roland Unger na análise dentária, Afonso Imhof, no campo de laboratório e dos alunos do Curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Joinville, terceiranistas dos anos de 70 e 71.

¹⁴ Malacológicos: Que diz respeito a malacologia, parte da zoologia que estuda os moluscos. Segundo Garcia. Dicionário Aulete Digital (2012 web).

¹⁵ Lítico: Que contém fragmentos de rochas. Segundo Dicionário Aulete Digital (2012 web).

¹⁶ Antracológico: material vegetal carbonizada encontrado em sítios arqueológicos, Segundo Garcia Dicionário Aulete Digital (2012 web).

¹⁷ Zoólito: Animal ou parte de um animal petrificado ou fossilizado. Segundo Garcia Dicionário Aulete Digital (2012 web).

No sambaqui Rio Comprido foi realizada uma pesquisa de salvamento. Segundo Cordeiro (2005), este tipo de pesquisa aplica os mesmos procedimentos de uma pesquisa acadêmica. Seu objetivo como o próprio nome sugere, é o de "salvar" os remanescentes arqueológicos visando sua preservação, retirando-os do caminho do progresso.

No entanto, há que se destacar que o cronograma da pesquisa é estabelecido pela obra de infraestrutura, assim como os recortes geográficos, salvo exceções, é definido pelo tipo de empreendimento. Segundo Cordeiro (2005, p. 42):

Esse tipo de salvamento apesar de ser para a preservação do material arqueológico, não é, na maioria das vezes, suficientemente abrangente para a interpretação cultural do grupo que produziu, nem tampouco, a melhor solução para a manutenção do patrimônio histórico-arqueológico legado por nossos antepassados.

A pesquisa arqueológica de salvamento realizada no sambaqui Rio Comprido foi de suma importância científica, por exemplo, para conhecimento do próprio sambaqui. Também serviu para desenvolver junto à comunidade do entorno e da cidade de Joinville projetos de educação para o patrimônio.

Segundo Joinville (2010), o sambaqui Rio Comprido foi intensamente visitado e incluído como um dos pontos turísticos da cidade de Joinville no Guia Quatro Rodas. Certo que alguns fatores contribuíram para isso como, por exemplo, a sua localização urbana, de fácil acesso e relativamente próxima ao centro da cidade.

Há que se destacar ainda que diversas escolas do município de Joinville, após visitarem o MASJ, ofereciam continuidade aos trabalhos educativos neste sambaqui. Segundo Joinville (2010) diversos projetos educativos tiveram como objeto o Sambaqui Rio Comprido, o bosque e a Praça David da Graça.

A figura 25 mostra o sambaqui Rio Comprido, no ano de 1970, quando da realização da pesquisa arqueológica de salvamento.

Figura 155: Sambaqui Rio Comprido/Comasa (1970).



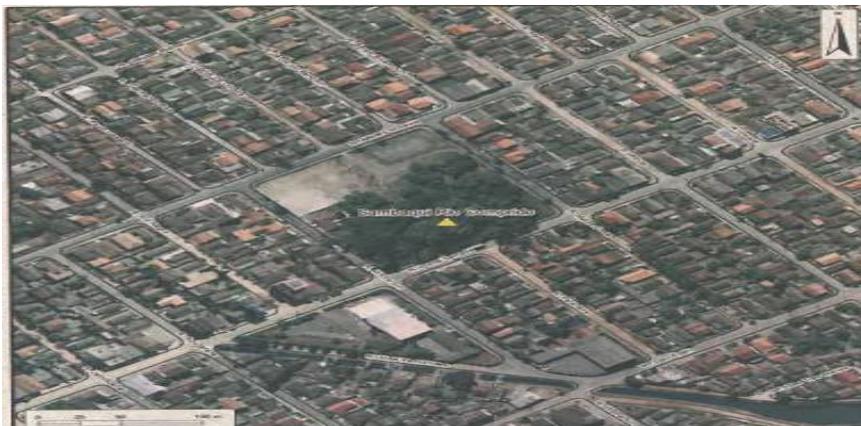
Fonte: Joinville (2010, p.100)

O MASJ, como uma estratégia educacional para melhor comunicar o patrimônio arqueológico, manteve exposta algumas trincheiras, perfis e planos de camadas que na atualidade não estão mais aparentes devido à cobertura vegetal que se desenvolveu na superfície do sambaqui Rio Comprido. (JOINVILLE, 2010),

Com relação ao patrimônio ambiental é possível observar na figura 28 que algumas árvores foram mantidas e compõem o remanescente florestal do sambaqui Rio Comprido até os dias atuais.

A figura 26 mostra através de uma imagem aérea o Sambaqui Rio Comprido na atualidade e pode-se verificar a urbanização no entorno do sítio, assim como o tamanho da área, bastante significativa.

Figura 166: Vista aérea do Sambaqui Rio Comprido/Comasa.



Fonte: Joinville (SC) (2010 p.101)

A importância do patrimônio ambiental que se estabelece a partir da conservação do patrimônio arqueológico fica evidenciada na figura 26. Imagens do sambaqui Rio Comprido, realizadas em campo recentemente, contextualizam a apropriação que parte da comunidade do bairro Comasa faz deste patrimônio ambiental/arqueológico: Um recanto ambiental privilegiado e único no bairro.

Mesmo com um grande crescimento urbano registrado, principalmente a partir da década de 70, o bairro Comasa em Joinville preserva um importante patrimônio ambiental/arqueológico denominado Sambaqui Rio Comprido, conforme Lei Ordinária 1126 de 02 de julho de 1970. Compõem o patrimônio a área de preservação arqueológica, o sambaqui, o bosque, a sede da Associação de Moradores do Bairro Comasa, e a Praça David da Graça, localizada no início do bairro.

A figura 27 apresenta três imagens do bosque que compõe o patrimônio ambiental/arqueológico sambaqui Rio Comprido.

Figura 177: Bosque do sambaqui Rio Comprido Comasa.



Fonte: Cedida por Roscito, ano 2012.

O bosque do sambaqui Rio Comprido possui características diferentes das encontradas no patrimônio ambiental/arqueológico sambaqui Rua Guáira no bairro Aventureiro em relação às condições de acessibilidade pela comunidade, tanto ao bosque como ao próprio sambaqui.

Na figura 28 a imagem da Praça David da Graça que compõe o patrimônio ambiental/arqueológico.

Figura 188: Praça David da Graça - Sambaqui Rio Comprido/Comasa.



Fonte: Cedida por Dorival Roscito, ano 2012.

Segundo dados descritos em uma placa instalada junto à praça em 2010, com verba do orçamento participativo, foram realizadas obras de reforma e a instalação de uma academia da terceira idade, com equipamentos de ginástica. A praça é bastante ampla possui, além da academia, um parquinho para as crianças, com balanços, escorrega e outros brinquedos, ao lado uma quadra de areia, utilizada por parte da comunidade como campo de futebol.

Tanto a área arqueológica do Sambaqui Rio Comprido, assim como o bosque, são delimitados por uma cerca de arame, exceto a área da praça. Esta cerca em alguns pontos está cortada e não é possível afirmar que a mesma foi danificada por pessoas da comunidade, no entanto há grande indício que possam ter sido feitas aberturas para facilitar a passagem. Muitas pessoas utilizam o bosque como passagem de um lado para outro, como dizem popularmente "encurtar caminho".

Toda a área que compõem o patrimônio ambiental/arqueológico Sambaqui Rio Comprido está delimitada por calçadas que separam área de preservação das ruas que o circundam.

A figura 29, composta de duas imagens, mostra a cerca de arame que delimita o sambaqui Rio Comprido e seu bosque, e a calçada que circunda toda a área do patrimônio ambiental/arqueológico.

Figura 199: Entorno do sambaqui Rio Comprido/Comasa.



Fonte: Cedida por Roscito, ano 2012.

O sambaqui Rio Comprido, ou como é conhecido popularmente “casqueiro da Comasa”, é uma área verde que se destaca no bairro, um espaço preservado em meio a densidade demográfica.

A comunidade também “apropriou-se” do que é seu e promoveu projetos relevantes e significativos para as pessoas que lá residem. Agentes culturais e comunitários desenvolveram a ideia de preservar, não destruir o que é seu e o que é seu é público e deve ser mantido como parte integrante da vida da comunidade. Assim, mantém-se e valoriza-se a memória cultural do Sambaqui bem como a natureza lá existente.

A apropriação da área verde se assemelha em muitos pontos com a encontrada no sambaqui Rua Guáira, por exemplo, a existência de picadas abertas de forma irregular, o lixo abandonado na área do patrimônio, entre outras.

É preciso dizer que existe uma diferença significativa entre os dois sambaquis com relação a facilidade de acesso à área arqueológica. No Sambaqui Rio Comprido a construção das picadas irregulares se inicia no bosque e segue até a elevação do sambaqui.

Estes “caminhos” ou picadas, mesmo que construídas a revelia sem orientação técnica de preservação e conservação do patrimônio arqueológico são utilizadas pela comunidade e por estudantes, bem como qualquer pessoas que se disponha a conhecer o sambaqui,

proporcionando a visualização da estrutura, do solo característico coberto de conchas de diversos tamanhos. Contexto muito rico para uma aula de campo, ou mesmo para o turismo, pois permite o "contato" visual com parte do que foi o lugar de moradia de uma civilização extinta.

Na figura 30, é possível observar a picada “principal” de acesso à elevação do sambaqui Rio Comprido.

Figura 20: Picada principal do Sambaqui Rio Comprido Comasa.



Fonte: Cedida por Roscito (2012).

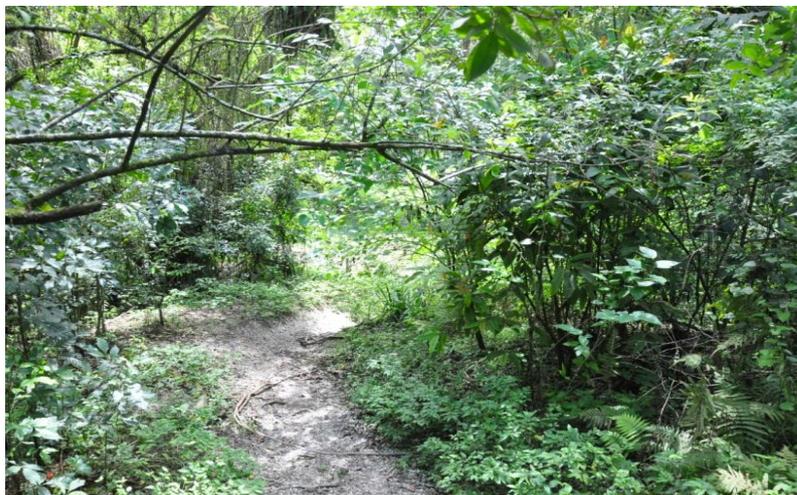
A picada "principal" do sambaqui Rio Comprido, demonstrada na figura 30, começa em meio ao bosque e termina no alto da elevação do sítio, o material esbranquiçado que se sobressai na imagem no solo, são conchas, elemento encontrado em grandes quantidades e característico deste tipo de sítio arqueológico.

Destaca-se ainda na imagem a beleza natural da área, composta por uma vegetação diversificada, que inclui árvores de grande porte. Diante deste patrimônio, outro fato que chama a atenção é o abandono, facilmente percebido através do lixo jogado no local, que infelizmente está presente por todo o patrimônio ambiental/arqueológico.

É preciso registrar que, segundo a legislação do patrimônio arqueológico cabe à União a preservação deste tipo de sítio, no entanto a Lei Orgânica do Município de Joinville em seu artigo 163 delega esta função ao município na pessoa do MASJ. Segundo Bandeira (2009, p. 01) “a conservação dos sítios arqueológicos tem sido um grande desafio que o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville assumiu mais efetivamente a partir de 1990, quando a Lei Orgânica do Município delegou a esta Instituição tal responsabilidade”.

A figura 31 mostra a mesma picada principal do sambaqui, só que observada de outro ângulo, do alto de sua elevação.

Figura 21: Vista interna da picada principal do Sambaqui Rio Comprido.



Fonte: Cedida por Roscito (2012).

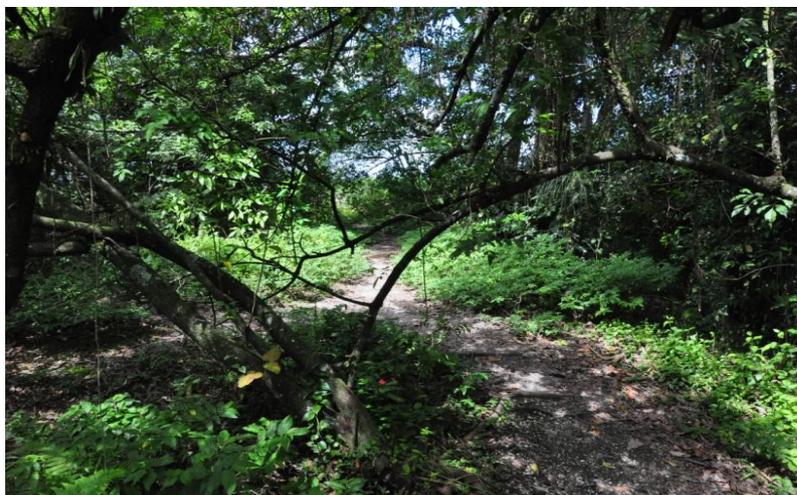
A seleção da imagem da figura 31 tem por objetivo chamar a atenção para a vegetação, no alto da elevação do sambaqui se apresenta de forma bastante densa e diversificada, servindo inclusive como forma de proteção para o patrimônio arqueológico.

É possível ainda perceber, através da imagem, que na construção de picada não foi utilizado nenhuma técnica de prevenção ou conservação com relação ao patrimônio arqueológico. No entanto, ela aparentemente é constantemente utilizada, fato demonstrado pela ausência de vegetação no local demarcado pela picada.

Esta picada foi denominada por nós de “principal”, pois ela inicia no bosque e termina na elevação do sambaqui. Entretanto, ao chegar ao topo da elevação, encontram-se outras picadas, denominadas de secundárias, que partem da picada principal, do alto da elevação para dentro do bosque. Aparentemente, estas picadas secundárias não têm saídas, levam as partes mais fechadas ou escondidas no interior do bosque.

A figura 32 mostra o encontro de duas picadas “secundárias” ou menores, com a picada principal no alto da elevação do sambaqui.

Figura 22: Encontro das três picadas no alto da elevação do Sambaqui Rio Comprido.



Fonte: Cedida por Dorival Roscito (2012).

A contextualização do bairro Comasa e seu patrimônio ambiental/arqueológico, sambaqui Rio Comprido não tem por objetivo depreciar este espaço. Ao contrário, objetiva abordar alguns dos problemas encontrados, com o entendimento que estes são fruto de um contexto social mais amplo, entre muitos fatores que contribuem para a apropriação deste espaço, por exemplo, o crescimento urbano em um curto período de tempo.

A urbanização do bairro Comasa em Joinville estende-se para além do perímetro do conjunto habitacional construído no período de expansão industrial do município, na década de 70. Em plena expansão industrial, na década de 80, surge no bairro Comasa uma ocupação na região do manguezal, localizado na região leste da cidade de Joinville nos limites do bairro Comasa com a Ilha dos Espinheiros.

Esta ocupação ficou conhecida como Vila Paranaense e nesta área está localizado o Sambaqui Espinheiros II.

2.4 BAIRRO COMASA/VILA PARANAENSE. SAMBAQUI ESPINHEIROS II

A localidade Vila Paranaense tem esse nome por abrigar uma população predominantemente do Estado do Paraná e até mesmo os paranaenses que nunca estiveram em Joinville sabem que na cidade existe uma vila onde moram muitos conterrâneos. A história da região tem uma relação direta com a implantação do Projeto Mangue: Preservação dos Manguezais e Zonas de Maré.

O crescimento da cidade de Joinville, em especial a região leste onde se localiza o bairro Comasa e dentro dele a Vila Paranaense, está associado ao período de expansão industrial do país. Segundo Ternes (2001), a cidade participou ativamente do chamado “Milagre Econômico Brasileiro” dos anos 70. O historiador ressalta ainda o crescimento de indústrias como a Tupy, Consul (atual Whirlpool Latin America) e Hansen (atual Tigre).

Com uma carência de mão de obra para suprir uma necessidade iminente da indústria, algumas empresas criaram formas de incentivo para atrair a Joinville famílias migrantes de trabalhadores.

Essa necessidade de mão-de-obra conduziu algumas indústrias a incentivar a vinda de trabalhadores de outros locais, principalmente no interior do estado do Paraná, através de incentivos que atraíam os migrantes. Havia uma divulgação em rádios de alguns municípios ofertando emprego em Joinville e transporte até o município. Ônibus contratados pelas indústrias transportavam os migrantes até Joinville (ROCHA, 1997, p. 93).

Esta demanda da indústria gerou uma dificuldade social na cidade com relação à habitação, pois, as indústrias proporcionavam o emprego, mas não a moradia e muito menos a infraestrutura básica de saúde e educação. Muitos destes trabalhadores ao chegarem à cidade no início da década de 80, acabaram por se instalar de forma improvisada no manguezal, invadindo uma área de preservação ambiental.

Em Joinville, dado as áreas de mangue estarem deslocadas do centro da cidade e, conseqüentemente, serem mais baratas, as famílias migrantes acabaram instalando-se nessas regiões, com a conivência dos poderes públicos locais (SOUZA, 2007, p.47)

Existem dificuldades sociais que podem ser percebidas como se fossem cicatrizes deixadas pelo período de grande desenvolvimento industrial na cidade de Joinville¹⁸. Segundo Souza (2007), para entender o processo de invasão é preciso retomar alguns conceitos culturais e sociais, como por exemplo, as divisões espaciais de ocupação nas cidades, que são em sua maioria de cunho social e podem ser estabelecidas segundo o critério de renda, religião, etnia, língua entre outras, completa a autora.

Nesse caso, além da condição social, a localização desse grupo na periferia da cidade deu-se, principalmente, por constituírem-se no forasteiro o “outro”, o paranaense ou catarinense que vem de fora para “tirar” o emprego do Joinvilense e para perturbar a ordem da “pacata e ordeira cidade dos príncipes”. Dentro dessa lógica, a concentração dessas famílias na periferia manteve a imagem de cidade idealmente bela e higiênica, mantendo “purificada” a paisagem da *urbs*, mas que esconde “a realidade caótica, inevitável do próprio ambiente urbano dos nossos dias.” (SOUZA, 2007, p. 48).

Por diversas razões, que não cabem aqui descrever, resolver este problema foi um dos alvos do “Projeto Mangue: preservação dos manguezais e zonas de maré”, durante a gestão do prefeito Tebaldi, o qual fez uma publicação sobre este projeto e descreve:

Emprego existia, mas as famílias não tinham economias para se estabelecerem na nova cidade. Para morar, a solução rápida e barata

¹⁸ A região da Vila Paranaense, já foi tema de pesquisa em outros trabalhos acadêmicos, como a pesquisa de Souza (2007) A preservação do patrimônio arqueológico em Joinville: desamontoando conchas e evidenciando memórias.

acabou sendo a invasão de larga faixa de mangue na região leste da cidade. Ali a habitação possível era em palafitas, pois nos dias de maré cheia a água dominava a paisagem (TEBALDI ,2008, p.15).

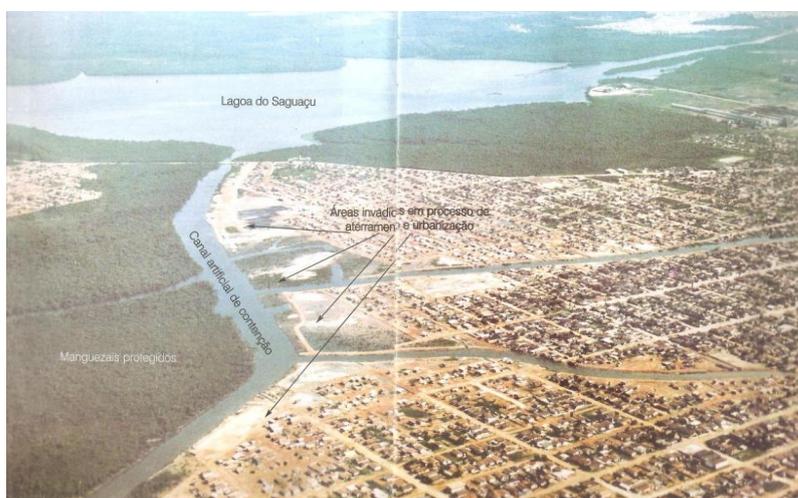
Diante de um quadro socioambiental complexo, a Prefeitura de Joinville propõe um projeto ousado e polêmico, inclusive com a escolha de ter que abrir mão definitivamente de parte do manguezal como alternativa para conter as invasões e assegurar a preservação da parte do mangue não ocupada.

Neste contexto, a reurbanização da Vila Paranaense pode ser percebida como uma das consequências da implantação do projeto da construção do Canal de Contenção de Invasão dos Mangues,

Com a construção do canal de 10 quilômetros de extensão, 40 metros de largura e 5 metros de profundidade as invasões foram totalmente contidas. [...] Ao mesmo tempo, isolando intactos 95% dos manguezais. [...] Com a areia resultante da dragagem do canal fez-se a base do aterro das áreas ocupadas, viabilizando o projeto de urbanização (TEBALDI (2008, p.19).

A figura 33 apresenta no alto da imagem a Lagoa do Saguçu e ligado a ela está o Canal Artificial de Contenção de Invasão do Mangue. As setas ao centro da imagem apontam para as áreas de invasão do manguezal.

Figura 23: Canal artificial de contenção de invasão do mangue. Comasa/Vila Paranaense.



Fonte: Tebaldi (2008, p.182)

Há de se fazer algumas ponderações com relação à implantação do projeto, no que diz respeito às questões ambientais. Entende-se que, desde a sua implantação, até os dias atuais o projeto foi e continua sendo polêmico: refere-se aqui à decisão de destruir parte do manguezal com inúmeras camadas de aterro, transformando a área de proteção ambiental em área de loteamento urbano, com a anuência dos órgãos ambientais e custeada com recursos públicos.

A figura 34 apresenta, um artigo publicado no jornal local A Notícia, no domingo, 7 de janeiro de 1990, de autoria do jornalista Herculano Vicenzi, que confirma a polêmica com relação ao projeto mangue.

Figura 24: Projeto Mangue visa à preservação do meio ambiente (1990).



Fonte: Vizenci (1990, p.5).

O jornalista aborda os problemas de moradia em Joinville com a ocupação ilegal dos mangues no ano de 1990 e associa a grande migração para a cidade com o crescimento industrial, denominando de “empurrãozinho político” o encaminhamento proposto como solução para as invasões dos mangues em Joinville.

Infelizmente, não foi realizado até o momento um estudo sobre o impacto ambiental, com dados que possibilitem aferir as consequências desta obra, bem como a efetivação do objetivo principal do projeto, que consistia na contenção das invasões e na proteção das áreas de manguezais.

De forma empírica, a partir da observação do crescimento urbano, é possível aventar hipóteses em relação à eficácia do projeto, que prevê o desenvolvimento dos bairros Comasa e Espinheiros, circunscritos na área da construção do canal, bem como toda a região leste da cidade, pois esta região abriga grande parte dos remanescentes de manguezais de Joinville, como pode se observar na figura 34.

Este fato por si só indica a contínua destruição ou “ocupação” dos manguezais. Talvez o diferencial esteja na forma, lenta e silenciosa, diferente das inúmeras palafitas construídas em cima do mangue na Vila Paranaense na década de 80.

A reflexão com relação à construção do Canal Artificial de Contenção de Invasão do Mangue, torna-se relevante neste estudo pois, a implantação do projeto modificou a geografia da localidade Vila Paranaense, no bairro Comasa, onde se situa o patrimônio ambiental/arqueológico sambaqui Espinheiros II.

O processo vivenciado por esta comunidade enfrentou as intempéries de viver em um mangue, local impróprio para seres humanos, um habitat excelente para algumas espécies, como o caranguejo, iguaria bastante apreciada na região. Ocorreu que homens, mulheres e crianças em busca de melhores condições de vida, se submeteram a condições subumanas de moradia e de saúde em total vulnerabilidade social.

Cabe ainda mostrar que o projeto de reurbanização teve um período longo de implantação, aproximadamente de dez anos. A Prefeitura de Joinville iniciou as obras no ano de 1986 e concluindo em 1996: Durante todo este período o envolvimento, a participação e organização da comunidade foram determinantes

para a implantação do projeto, afinal ele representava a melhoria nas condições de vida através de infraestrutura urbana e social, ou seja, o acesso a cidadania.

A reurbanização da Vila Paranaense alterou a vida dos moradores em diferentes aspectos, com obras de infraestrutura urbana. Estas mudanças físicas interferiram na relação dos moradores da Vila Paranaense com o patrimônio ambiental/arqueológico sambaqui Espinheiros II, pois, concomitantemente à implantação do projeto de reurbanização, o MASJ, no ano de 1991, desenvolveu na comunidade um projeto de educação para o patrimônio denominado “Reurbanização e Preservação do Sambaqui Espinheiros II de Joinville”.

2.4.1 Projeto Reurbanização e Preservação do Sambaqui Espinheiros II

Segundo Souza (2007), o objetivo do projeto “Reurbanização e Preservação do Sambaqui Espinheiros II de Joinville” era a conservação e preservação do sítio. Uma medida para evitar ou atenuar os mais variáveis tipos de agressões realizadas por parte da população ao sambaqui, como desenvolver uma pesquisa arqueológica de salvamento, a qual foi realizada em conjunto com o Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da USP, projeto Arquitetônico e de Urbanização e Musealização com o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Fundação Nacional Pró-Memória.

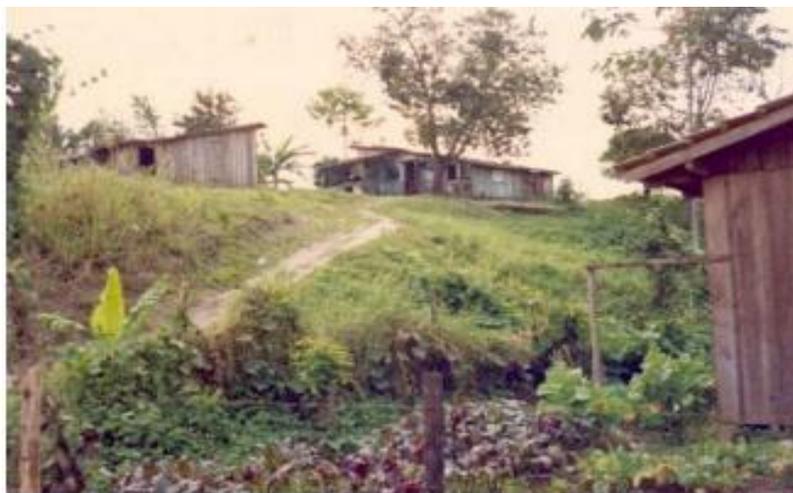
Importante ressaltar que anteriormente ao projeto de educação, outras intervenções do MASJ já haviam ocorrido na área do sítio arqueológico, todas com o objetivo de impedir ações de depredação do sambaqui, ocorridas com certa regularidade na Vila Paranaense, segundo Souza (2007). Ações como as de retirada de sedimento do sambaqui para servir como aterro; a utilização do sítio como depósito de lixo; o uso do sambaqui como área de pastagem para animais; campo de futebol; a plantação de hortaliças entre outras formas de utilização do sambaqui.

Foram realizadas conversas com a comunidade e a colocação de placas proibitivas. Essas ações, de acordo com Sandra Guedes, diretora do MASJ à época, “só serviram para aumentar o descontentamento da população com o sítio arqueológico: consideravam que o poder público dava muito

mais atenção para “aquele morro” do que a eles próprios” (SOUZA, 2007 p.50).

Outra forma de apropriação que já existia anteriormente por parte da comunidade da Vila Paranaense ao patrimônio ambiental/arqueológico sambaqui Espinheiros II quando da implantação do projeto pelo MASJ, ação esta que está ilustrada na figura 35, que mostra três das trinta e duas casas¹⁹ localizadas sobre área arqueológica do Sambaqui Espinheiros II no final da década de 1980.

Figura 25: Casas sobre o Sambaqui Espinheiros II. Comasa/Vila Paranaense 1980.



Fonte: Souza (2007, p.63).

O desenvolvimento de ações de educação para o patrimônio e pesquisa arqueológica concomitantemente apresentaram-se como um grande desafio para o próprio corpo técnico do MASJ, que, mesmo diante das dificuldades venceu o desafio proposto, segundo Souza (2007), com a realização de palestras, reuniões e visitas da comunidade ao próprio MASJ, bem como com ações na formação de auxiliares para os trabalhos de campo da pesquisa arqueológica entre outras atividades.

O público alvo das ações do projeto foram primeiramente as 32 famílias que habitavam a área do sítio, como terreno de acomodação de suas casas. Em seguida o projeto se estendeu à comunidade circunvizinha do sambaqui Espinheiros II. Na

¹⁹ Em Levantamento efetuado pelo arqueólogo Rossano Lopes Bastos, da SPHAN/SC em 1988, um total de 32 casas deveriam ser removidas e 3 recuadas (GUEDES, 1991, p. 7).

Vila Paranaense, por exemplo, os alunos e o corpo docente do ensino fundamental da Escola Municipal José Antonio Navarro Lins constituíram parte importante deste projeto.

Foi priorizado o treinamento de professores, a elaboração de materiais didáticos, o desenvolvimento de projetos educativos com os adultos da comunidade, aplicação de novos conteúdos programáticos nas salas de aula, a realização de pesquisa arqueológica de salvamento no Sambaqui Espinheiros II e a montagem de uma exposição itinerante sobre o tema (SOUZA, 2007, p. 51):

A figura 36 mostra os alunos da Escola Municipal José Navarro Lins, assistindo a uma escavação arqueológica, durante a implantação do projeto “Reurbanização e Preservação do Sambaqui Espinheiros II de Joinville” desenvolvido pelo MASJ no ano de 1991, na Vila Paranaense.

Figura 26: Alunos assistem a pesquisa: Comasa/Vila Paranaense (1991).



Fonte Souza (2007, p.72).

Entende-se que as percepções dos sujeitos que estiveram presentes durante a aplicação do projeto na década de 90 pelo MASJ, sejam diferentes das nossas, que foram construídas a partir de relatos descritos em trabalhos acadêmicos.

Neste sentido, um dos fatos que nos chamou a atenção na aplicação do projeto, Reurbanização e Preservação do Sambaqui Espinheiros II de Joinville, diz respeito à abordagem utilizada pelos técnicos para despertar nos moradores o interesse com relação à educação para o patrimônio.

Os sujeitos que habitavam o entorno do sambaqui Espinheiros II estavam inseridos em um contexto de grande vulnerabilidade social e o desafio consistia em estabelecer um diálogo sobre patrimônio com estes indivíduos. Qual a linguagem a ser trabalhada com uma população nitidamente em condições de fragilidade social exacerbada como a encontrada na Vila Paranaense?

Alguns questionamentos básicos ainda hoje podem ser relacionados, a exemplo, como poderiam tais pessoas diante das dificuldades do dia a dia se identificarem com aquele lugar de memória, o sambaqui Espinheiros II?

Afinal este patrimônio é de quem? E por que razão preservá-lo?

A solução foi simples, porém perspicaz. Encontrar uma relação entre o passado distante e o presente, um elo entre dois povos tão diferentes e identitários ao mesmo tempo. Segundo Souza (2007), a temática utilizada para aproximação ou sensibilização da população foi a migração.

Em uma analogia direta tanto os sambaquianos quanto os moradores da Vila Paranaense estabeleceram-se na região tendo como prioridade as condições básicas de subsistência. Desta forma, se tornava simples estabelecer uma relação entre o deslocamento de grupos humanos pré-colombianos com o deslocamento vivenciado por aquela população na contemporaneidade.

A necessidade de sobrevivência, em todos os tempos, é um diálogo simples e direto que ultrapassa gerações e no caso do projeto alcançou seu objetivo. A comunidade se envolveu na discussão, mudou sua percepção com relação ao patrimônio arqueológico, conforme descreve Souza (2007) em sua pesquisa sobre a aplicação do projeto, que inclui diversas entrevistas com moradores da Vila Paranaense que vivenciaram a implantação do projeto na época.

Os depoimentos de nossos entrevistados, principalmente os moradores mais antigos da localidade, estão marcados pela observação de que "o bairro melhorou muito nos últimos anos", com a ressalva do estado de conservação do casqueiro, que por conta do abandono agrega aos seus significados atributos de local de sujeira, doenças, tráfico de drogas e furto. Apesar de toda essa situação que desconfigura a função que o patrimônio deve ter para a sociedade, a população local não fala em destruí-lo ou eliminá-lo, mas antes em tratá-lo a fim de que as melhorias se revertam em qualidade de vida, principalmente para a população circunvizinha a ele (SOUZA, 2007, p. 99).

No entanto, é preciso lembrar que a educação para o patrimônio necessita ser uma educação continuada, ou seja, estar presente na comunidade e participar da sua dialética natural de transformação. Segundo Souza (2007), um dos objetivos centrais da educação para o patrimônio deve ser a promoção qualitativa e criativa dos bens patrimoniais. O bem cultural (sambaqui) propiciou um espaço verde preservado dentro da comunidade Vila Paranaense.

2.4.2 Sambaqui Espinheiros II

O sambaqui Espinheiros II está localizado na Vila Paranaense, no bairro Comasa, em Joinville, entre as ruas Noel Rosa, Antônio Mazzolli e Servidão Sambaqui, próximo ao Canal do Varador. Conforme dados publicados em Joinville (2010, p. 44):

Datação realizada indica que esse local foi ocupado entre 2970 e 1170 AP. Pesquisa arqueológica realizada entre 1991 e 1992 evidenciou sepultamentos, lâminas de machado de rocha, pontas de projétil ósseas, entre outros vestígios. Esta pesquisa inferiu que teria ocorrido um aterramento rápido do mangue na fase inicial da ocupação [...].

A figura 37 mostra o sambaqui Espinheiros II. A área verde, em meio à urbanização indica a localização do sítio.

Figura 27: Vista aérea do sambaqui Espinheiros II:



Fonte: Joinville (2010, p.45)

É necessário destacar que o sambaqui Espinheiros II está situado na área de aplicação do Projeto Mangue que reurbanizou a Vila Paranaense e esta ação alterou a área de demarcação do sítio, delimitando-o somente em sua elevação, segundo Joinville (2010, p.44):

Sondagens realizadas no de 2009, indicaram que o sambaqui se estende por baixo de ruas e casas vizinhas, porém a intensa transformação do local, como casas, ruas, e espessas camadas de aterro, impediram a identificação do limites da área arqueológica.

Assim, como no sambaqui Rua Guaíra, no bairro Aventureiro, o sítio arqueológico encontra-se separado das residências apenas pelas ruas que o circulam. Não existe cerca de proteção, apenas as placas de identificação do MASJ, que apresentam algum tipo de depredação.

Diferentemente do sambaqui Rio Comprido, onde o patrimônio é composto por uma praça, um bosque e o sítio arqueológico cercado e delimitado por uma calçada que o separa da rua, o sambaqui Espinheiros II é um patrimônio circunscrito apenas pelas ruas não pavimentadas que o circundam.

Na figura 38, uma imagem realizada em visita de campo, mostra o patrimônio ambiental/arqueológico sambaqui Espinheiros II, atualmente.

Figura 28: Entorno do sambaqui Espinheiros II Comasa/Vila Paranaense.



Fonte: Cedida por Roscito (2012).

A imagem da figura 38 é uma das primeiras visões que se tem do patrimônio ambiental/arqueológico sambaqui Espinheiros II ao chegar na região. Destaca-se nesta imagem a constituição da vegetação, em sua maioria gramínea de diversos tamanhos, com algumas árvores mais desenvolvidas.

O fato do patrimônio ambiental/arqueológico se restringir basicamente a elevação do sítio arqueológico, diferentemente do sambaqui Rua Guaíra e Rio Comprido, que dispõe de um bosque ao seu redor, esta condição.

A imagem 39, realizada do alto da elevação do sambaqui Espinheiros II apresenta um dado relevante para esta pesquisa, a demonstração da proximidade das casas com o limite do sítio.

Figura 29: A Vila Paranaense vista do alto da elevação do sambaqui Espinheiros II.



Fonte: Cedida por Roscito (2012).

Destaca-se ainda na figura 39, a área de manguezal composta pelas árvores em tom verde escuro, que aparecem ao fundo da imagem. Entre elas e as casas existe um antigo rio, que de fato era mais estreito e onde hoje é o Canal Artificial de Contenção de Invasão do Mangue, que separa o mangue da rua, esta por sua vez delimita a área de urbanização da Vila Paranaense construída na década de 80.

Contextualizar o uso que parte da comunidade faz da área do patrimônio ambiental/arqueológico, é importante. Transcorridos aproximadamente vinte anos da aplicação do Projeto de Reurbanização e Preservação do Sambaqui Espinheiros II, alguns problemas foram identificados no período de implantação do projeto, com relação à utilização da área do sambaqui e que persistem na atualidade.

A figura 40 apresenta uma das formas de apropriação, o lixo abandonado na área do patrimônio ambiental/arqueológico sambaqui Espinheiros II.

Figura 30: O lixo abandonado no sambaqui Espinheiros II Comasa/Vila Paranaense.



Fonte: Cedida por Roscito (2012).

A figura 40 mostra em uma das laterais do sítio, onde aparentemente ocorreu a retirada de parte do material arqueológico, formando uma espécie de recuo da elevação do sítio com relação ao limite estabelecido com a rua. Neste espaço, assim como no sambaqui Rua Guáira, o lixo é abandonado em baixo da placa do MASJ que identifica a área como sendo um sambaqui.

Em relação ao lixo, chama a atenção a sua composição tais como, resto de material de construção civil, telhas, tijolos, madeiras queimadas e parte do que tenha sido um eletro doméstico (televisão). Tudo indica que este tenha sido o local de uma fogueira realizada com o objetivo de se descartar o lixo.

No lado esquerdo da placa de identificação é possível observar, ainda na figura 40, uma clareira entre as árvores, a qual se constitui em espécie de escorregador que desce da elevação do sítio.

Ainda em relação à imagem, destaca-se ao fundo certa quantidade de árvores de médio porte, o que indica a regeneração do patrimônio ambiental daquela parte do sambaqui Espinheiros II.

Para contribuir na descrição das formas de apropriações realizadas por parte da comunidade da Vila Paranaense do patrimônio ambiental/arqueológico sambaqui Espinheiros II, a figura 41 apresenta a imagem de um animal amarrado sob a sombra de uma árvore, localizada no alto da elevação do sítio.

Figura 31: Animal preso sob a sombra de uma árvore no alto da elevação do Sambaqui Espinheiros II.



Fonte:Cedida por Roscito (2012).

Esta mesma prática foi observada no patrimônio ambiental/ arqueológico sambaqui Rua Guaíra, apresentando semelhanças com relação à população do seu entorno, por exemplo, fato que um número significativo dos moradores retirar o sustento da família através da reciclagem eles são recicladores ou “catadores”.

A figura 42 apresenta outra forma de apropriação do espaço do patrimônio ambiental/arqueológico sambaqui Espinheiro II, realizada por parte da comunidade.

Figura 42: Banco improvisado sob a sombra do patrimônio ambiental associado ao sambaqui Espinheiros II.



Fonte:Cedida por Roscito (2012).

Destacam-se na imagem da figura 43 primeiramente o tamanho das árvores, de médio a grande porte, encontradas em uma das laterais do sambaqui Espinheiros II, próximo à rua, mostrando que em alguns pontos do sambaqui a natureza se restabeleceu mais rapidamente, do que em outros.

Entende-se que o patrimônio ambiental associado aos sambaquis, entre outras funções, contribui para a própria proteção do sítio arqueológico. Assim como socialmente contribui na sustentabilidade destas comunidades, a partir do momento que se tornaram pequenas "ilhas" verdes em meio à urbanização.

Entretanto, não se pode deixar de observar na figura 43, a clareira ou como se diz na comunidade "o terreno limpo" à frente e ao redor das árvores, assim como o banco improvisado, acomodado de forma confortável. A sua instalação é passível de ser compreendida assim como sua utilização, principalmente se o patrimônio ambiental/arqueológico é visitado em um dia típico de verão da cidade de Joinville, com calor intenso.

Registra-se ainda que no momento da captura da imagem, realizado durante esta dissertação, um dia de primavera onde as temperaturas ainda podem ser consideradas amenas, mas de sol e céu azul, quando foi avistado o banco, houve necessidade de descanso. Neste contexto ele acaba por se tornar um espaço convidativo.

Interpreta-se o banco improvisado sob as árvores, dentro da área do sambaqui Espinheiros II, como um desejo coletivo, como uma das formas de apropriação sustentável do patrimônio ambiental/arqueológico, pela comunidade que o circunda, decorrente da aparente falta de políticas públicas que assegurem esta apropriação de forma a atender as necessidades da comunidade, bem como as normas técnicas de preservação e conservação do próprio patrimônio e também a falta de entendimento por parte dos sujeitos da comunidade, de um espaço patrimonial, um lugar de memória e que como tal necessita ser conservado e preservado.

3. A VOZ DA COMUNIDADE

Parte-se da percepção de que a estruturação de cada comunidade se reflete em sua capacidade de organização, de fomentar lideranças ativas em prol de melhorias em diversos campos sociais, as quais podem contribuir de forma significativa para a melhoria da qualidade de vida da comunidade na qual estão inseridas.

Para coletar informações sobre a percepção da comunidade em relação aos patrimônios ambiental/arqueológico, foi elaborado um instrumento de coleta de dados, conforme apêndice 2 da página 132. Os sujeitos pesquisados são de alguma forma lideranças das comunidades dos bairros Aventureiro, Comasa e Comasa/Vila Paranaense.

Desta forma, as lideranças são sujeitos que moram nos bairros, compartilham a realidade social, política e ambiental da comunidade. No entanto, há que se ter sempre em mente que toda liderança é um indivíduo, com seu olhar construído a partir do seu ponto de vista, da sua história, da sua percepção de mundo, entrecruzada pelo social e o político, segundo Boff (2009, p.15):

[...] Cada um lê com os olhos que tem. E interpreta a partir de onde os pés pisam. Todo ponto de vista é à vista de um ponto. Para entender como alguém lê, é necessário saber como são seus olhos e qual é a sua visão de mundo. Porque cada um lê com os olhos que tem. Porque compreende e interpreta a partir do mundo que habita.

É muito comum encontrar lideranças ou entidades sendo utilizadas por partidos políticos, como simples instrumentos de ramificação ideológica partidária, deturpando por assim dizer, o objetivo principal de uma liderança comunitária, que é o compromisso com o bem estar das comunidades que representam.

Na construção do novo Estado pós ditadura militar, muitos brasileiros ainda se encontram em uma fase de aprendizagem do exercício da democracia, devido ao seu curto espaço de tempo de existência e prática. Esta imaturidade democrática pode ser verificada junto às lideranças comunitárias.

Os sujeitos da pesquisa desta dissertação são os líderes comunitários, no entanto, ao adentrar em uma comunidade para coletar informações sobre o patrimônio ambiental/arqueológico, os sujeitos do entorno precisam ser considerados, suas falas e manifestações de forma informal constituem um importante registro, pois revelam o sentimento que aparece registrado em algumas imagens, sobre a apropriação de parte da comunidade dos seus patrimônios ambiental/arqueológico

[...] do ponto de vista qualitativo, a abordagem dialética atua em nível dos significados e das estruturas, entendendo estas últimas como ações humanas objetivadas e, logo, portadoras de significado. Ao mesmo tempo, tenta conceber todas as etapas da investigação e da análise como partes do processo social analisado e como sua consciência crítica possível. Assim, considera os instrumentos, os dados e a análise numa relação interior com o pesquisador, e as contradições como a própria essência dos problemas reais (MINAYO, 1982, p. 244).

A partir deste entendimento, descrevem-se as informações colhidas em campo com a aplicação do questionário, conforme apêndice 1 desta dissertação, destacando-se os dados relevantes, bem como a voz da comunidade expressa em falas informais ou em relatos que complementam as respostas do questionário anotadas e descritas a seguir.

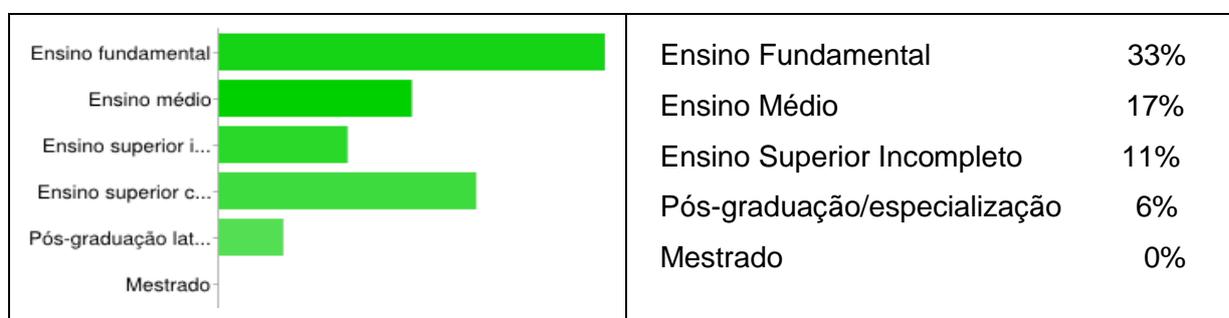
Na primeira parte do questionário as perguntas foram elaboradas com o objetivo de traçar um perfil das lideranças comunitárias entrevistadas, os dados sobre a faixa etária dos sujeitos entrevistados indicam que a maioria pertence a uma faixa etária que compreende 41 a 60 anos, o que sinaliza que as lideranças das comunidades são sujeitos adultos. Pessoas com experiência de vida, fato que lhes confere um olhar de mundo diferenciado dos jovens, por terem vivência em situações que somente a idade pode proporcionar, como vida em sociedade, no trabalho, no casamento, em família, etc.

As lideranças comunitárias dos bairros pesquisados, em relação a gênero, encontram-se distribuídas de forma aparentemente igualitária. O que representa um avanço do ponto de vista das lutas de gênero onde mulheres e homens ocupam espaços importantes nas comunidades.

Em relação à naturalidade, a maioria absoluta é constituída por sujeitos naturais de outras cidades, algumas delas inclusive de outros Estados do país. Quando questionados há quanto tempo residem em Joinville, os dados são distribuídos de forma paritária, entre 21 e 41 anos em média.

Já no que se refere ao grau de escolaridade das lideranças entrevistadas, como pode ser observado na figura 43, é bem diversificado.

Figura 323: Escolaridade dos sujeitos entrevistados.



Fonte: Questionário da Pesquisa Patrimônio Ambiental (2013).

É bastante significativo o número de lideranças com formação superior completa, entretanto a maioria, trinta e três por cento dos líderes possuem o grau de escolaridade no ensino fundamental.

Destaca-se a relevância deste dado a partir do entendimento da importância da educação para a vida social, assim como reafirma a origem operária dos moradores dos bairros Aventureiro, Comasa e Comasa/Vila Paranaense, de origem migrante, de trabalhadores de “chão de fábrica”. A pesquisa revela ainda que mais que o dobro dos entrevistados, são sujeitos casados ou que vivem em uma relação de conviventes.

Para iniciar a discussão sobre patrimônio com os entrevistados, uma pergunta aberta sobre patrimônio: O que você entende por patrimônio? Nas diversas respostas abertas, destacam-se que as lideranças, que associam o patrimônio como um bem que tem que ser preservado. Importante ressaltar que nenhuma das falas faz referência de como ou porque este bem necessita ser preservado.

As respostas em momento algum associam este bem (o patrimônio) com a comunidade; a pergunta parece ser muito difícil para a maioria dos entrevistados, embora alguns líderes comunitários tenham expressado em suas respostas um

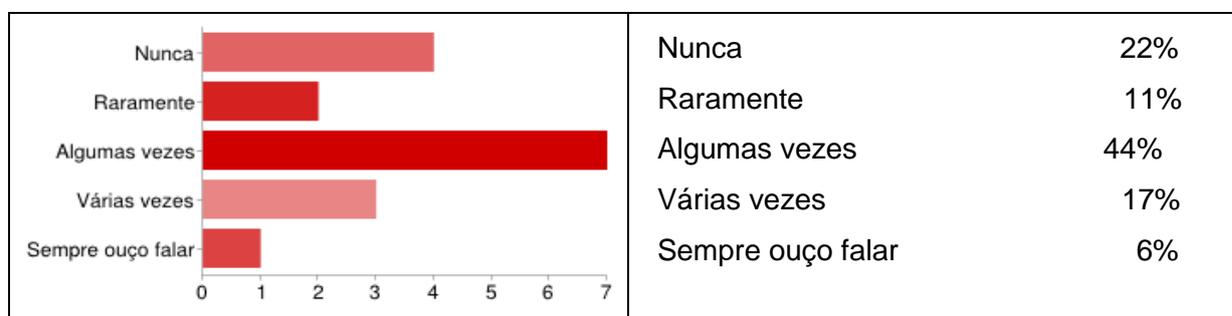
sentimento de cuidado ao afirmarem que é algo que precisa ser conservado, mantido, valorizado e respeitado.

As questões fechadas, que apresentam afirmações sobre o que constitui o patrimônio ambiental, e o que constitui o patrimônio arqueológico, nos três bairros pesquisados, receberam respostas que se apresentam de forma bastante similares.

Em relação ao patrimônio ambiental, é como se estivesse sendo apresentado algo novo, de difícil compreensão. Chamou atenção o fato de que em momento algum, nenhuma das lideranças entrevistadas relacionou de forma espontânea a área verde do sambaqui do bairro, com o patrimônio ambiental.

Ao serem questionados sobre o patrimônio ambiental, em uma perguntas fechadas as respostas são bastante diversificadas, com predominância para a respostas como: já ouvi falar algumas vezes, conforme pode ser observado na figura 44.

Figura 44: Se o líder já ouviu falar do patrimônio ambiental.



Fonte: Questionário da Pesquisa Patrimônio Ambiental (2013).

Em contrapartida, a afirmativa sobre o patrimônio arqueológico é diretamente relacionada com o sambaqui do bairro Sambaqui Rua Guáira, Sambaqui Rio Comprido ou Sambaqui Espinheiros II. Todas as lideranças entrevistadas de pronto concordam ou concordam plenamente com a afirmativa de que o patrimônio arqueológico incluiu todos os vestígios da existência humana bem como todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, incluindo os sambaquis.

Ao concordarem com a afirmativa todos realizaram de forma espontânea a associação da pergunta com o sambaqui do bairro em que residem. Diferentemente do patrimônio ambiental, o entendimento do patrimônio arqueológico se configura como algo do cotidiano, sendo Joinville é uma cidade privilegiada no que se refere a

patrimônio arqueológico, especialmente em sambaquis, pela quantidade expressiva deste tipo de sítio arqueológico existente na região.

Importante destacar ainda, que a cidade apresenta um histórico em educação patrimonial, com foco no patrimônio arqueológico dirigido aos sambaquis, com diversas ações já realizadas, dentre as quais destacam-se a criação do MASJ, do Parque Natural Municipal Caieira entre outras ações.

Quando a pergunta é se já ouviu falar sobre o patrimônio arqueológico, mais da metade (61%) dos entrevistados afirmam que sim, várias vezes, alguns inclusive citam o sambaqui do bairro, outros com orgulho dizem que inclusive já visitaram o Museu do Sambaqui. Uma demonstração de que o patrimônio arqueológico é percebido pela comunidade.

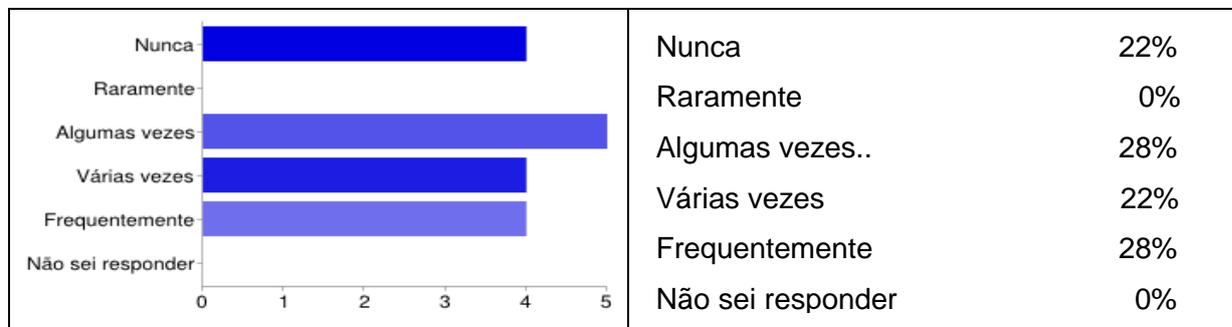
Interessante observar que algumas lideranças localizam o sambaqui através do patrimônio ambiental ao afirmarem: o sambaqui está guardado dentro daquele "mato".

No entanto não percebem o mato como sendo parte patrimonial, ou como uma forma de preservação ambiental. Esta desatenção por assim dizer, das lideranças das comunidades pesquisadas em relação ao patrimônio ambiental associado ao sambaqui, decorre por diversos fatores. A princípio pelo transtorno que estas áreas verdes "isoladas e abandonadas" causam aos moradores dos bairros Aventureiro, Comasa e Comasa/ Vila Paranaense.

Os problemas com o lixo abandonado na área do patrimônio ambiental/arqueológico, a utilização destes espaços por parte da comunidade como lugar para uso de drogas, como local de prostituição, entre outros, são percebidos por todos, moradores da comunidade, visitantes e pesquisadores. Esta dissertação tem diversos registros de imagens que demonstram um pouco destes problemas, apresentados no capítulo 2 denominado Contextualização dos bairros Aventureiro e Comasa e seus patrimônios ambientais.

A partir destas informações foram elaboradas algumas questões fechadas, que abordam de forma direta algumas destas problemáticas. A figura 45, aborda uma delas, ao questionar se o sujeito da pesquisa já presenciou pessoas utilizando a área verde do sambaqui (casqueiro) como depósito de lixo.

Figura 335: Se o sujeito da pesquisa já presenciou a utilização da área verde do sambaqui como depósito de lixo.



Fonte: Questionário da Pesquisa Patrimônio Ambiental (2013).

Mesmo sendo um dos primeiros problemas apontados pelos moradores do entorno e pelas lideranças entrevistadas, alguns inclusive fazem relato de episódios que vivenciaram com o descarte de lixo. Uma senhora do bairro Comasa/Vila Paranaense relata que “no período de fim de ano, quando as pessoas fazem limpeza nos terrenos ou em suas casas, o local escolhido para levar o lixo do quintal ou de tudo que está sobrando em casa é o sambaqui”. A mesma senhora relata ainda que é jogado todo tipo de lixo, mas o pior são os animais mortos (cachorro, gato, cavalo etc.), que são abandonados no sambaqui “quando tem bicho morto aí, ninguém aguenta o cheiro de carniça, é muito ruim, alguém precisa ir lá em cima e enterrar o bicho”.

Outra senhora do bairro Aventureiro relata que ela própria um dia entrevistou junto ao um senhor que jogava resto de construção no terreno do sambaqui.

“Quando vi o homem jogando o lixo no sambaqui fui até lá, disse que ele não podia jogar aquilo ali, o homem bem grosso me mandou chamar o dono do terreno se eu soubesse quem era. Disse que ali era um sambaqui, ele me mandou calar a boca, não me meter onde não era chamada, me mandou cuidar da minha vida, vai pra casa lavar roupa disse ele, e continuou jogando o lixo. Fui pra casa e liguei para a polícia, mas não sei se alguém foi lá. Mas sei que o lixo ficou lá por um bom tempo”.

As falas revelam apenas uma parte do cotidiano dos moradores do entorno dos patrimônios ambiental/arqueológico, o lixo é um dos problemas que a população enfrenta no dia a dia, afora a poluição do espaço, do mau cheiro, do aspecto ruim que ele causa, o lixo atrai diversos bichos como baratas, ratos e conseqüentemente

cobras. Importante ainda dizer que é através do lixo que se proliferam diversas doenças.

A figura 46 apresenta os dados referentes à pergunta você já presenciou pessoas utilizando a área verde do sambaqui (casqueiro) como lugar de prostituição?

Figura 346: Utilização da área verde do sambaqui como lugar de prostituição.



Fonte: Questionário da Pesquisa Patrimônio Ambiental (2013).

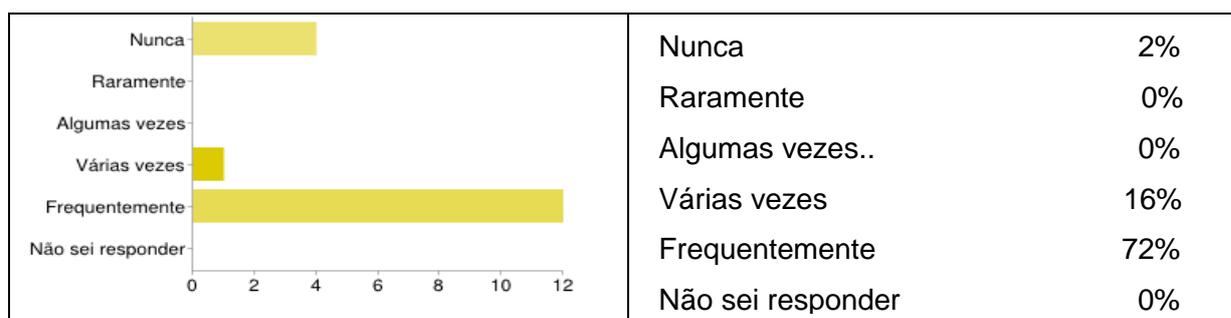
A maioria das lideranças respondeu a esta pergunta como nunca terem presenciado a utilização da área verde como um lugar de prostituição, no entanto em falas informais todos fizeram referência ao fato. No bairro Aventureiro, por exemplo, alguns moradores se referem à área do patrimônio ambiental como “mato da rola”, uma expressão que tem nos olhares e na forma de dizer certa conotação sexual que sugere que o “mato da rola” é um espaço de encontros sexuais, segundo o relato de uma das lideranças do bairro Aventureiro.

“A área verde do sambaqui da COHAB, é conhecida por mato da rola, por que durante muito tempo, aquele mato serviu como ponto de encontro, onde casais se encontravam para fazer sexo dentro do mato, não era somente os jovens, homens casados, bichas era todo tipo de gente, uma vergonha, era de dia e de noite. Então a comunidade se reuniu e de tanto pedir a polícia passou a fazer ronda na área, principalmente nos fim de semana, e agora parece que o povo parou um pouco de usar o mato para fazer isso, ou se fazem é menos. Por isso se perguntar do sambaqui nem todo mundo sabe onde fica já se perguntar do mato da rola todo mundo sabe onde é”.

Ao serem questionadas as lideranças sobre a utilização do espaço do sambaqui para o uso de drogas, em uma pergunta fechada e direta, você já presenciou a utilização da área verde do sambaqui (casqueiro) como refúgio para

uso de drogas? Na figura 47 pode se verificar que a maioria dos entrevistados já presenciaram, de forma frequente a utilização da área para uso de drogas.

Figura 357: A utilização da área verde do sambaqui para uso de drogas.



Fonte: Questionário da Pesquisa Patrimônio Ambiental (2013).

Depois do lixo, o uso de drogas no espaço do sambaqui é o maior problema apontado por todas as lideranças dos bairros Aventureiro, Comasa e Comasa/Vila Paranaense. Conforme relata uma das lideranças do bairro Comasa.

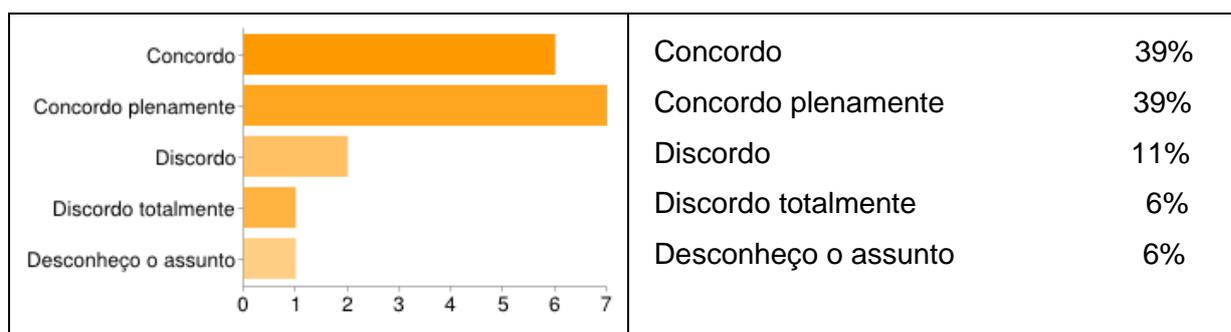
“Os maconheiros tomaram conta do sambaqui, quebram tudo, destroem tudo, não é justo que nós que pagamos os impostos, não podemos levar a nossa família para visitar o sambaqui, a gente não pode nem passar perto para ir à missa com a família, pois eles mexem com as meninas. Como vamos levar as nossas crianças para brincar no parquinho, com maconheiros fumando aquele negócio fedorento o tempo todo, temos medo de passar perto do sambaqui”

O uso de drogas é um problema social, presente nos três bairros pesquisados e não cabe nesta dissertação analisar os motivos, apenas registrar a constatação de que há um grande índice de usuários na região. Importante destacar que o uso de drogas está geralmente associado a outros problemas sociais como, por exemplo, a violência.

Mesmo que a área verde associada ao sambaqui não seja percebida como uma forma de patrimônio ambiental pelas lideranças, quando a pergunta se refere à preservação do patrimônio ambiental/arqueológico, relacionando este com o sambaqui, a maioria dos entrevistados concorda plenamente com a preservação do patrimônio ambiental/arqueológico. A figura 48 mostra os dados das respostas para a pergunta. A preservação do patrimônio ambiental/arqueológico assegura uma área verde protegida no bairro, o sambaqui (casqueiro) contribui na melhoria da qualidade

de vida. Permite ainda obter conhecimento e registro de uma população extinta e preservar a história e a memória local

Figura 368: A preservação do patrimônio ambiental/arqueológico.



Fonte: Questionário da Pesquisa Patrimônio Ambiental (2013).

As respostas da figura 48 demonstram que o tema da preservação ambiental é importante para a maioria das lideranças. Há que se destacar que após serem indagados, alguns entrevistados, paravam, pensavam e diziam: “sabe que nunca tinha pensado no nosso sambaqui como uma área ambiental para a nossa comunidade”.

Em uma sociedade que cada vez mais necessita discutir, criar e propor soluções que abarquem o desenvolvimento sustentável, nas comunidades pesquisadas para a construção desta dissertação, os problemas sociais, que se apresentam por vezes pelo descarte de lixo, pela utilização das áreas verdes como refúgio para utilização de drogas, ou como local de encontros sexuais, sufocam os benefícios, aniquilam a sustentabilidade que as áreas verdes poderiam proporcionar para as comunidades dos entornos dos patrimônios ambiental/arqueológico.

De todas as perguntas dirigidas as lideranças através do questionário a que mais causou entusiasmo nas respostas por parte dos entrevistados foi uma pergunta aberta, na qual o entrevistado deveria indicar segundo sua opinião, o que deveria ser feito com a área verde onde se localiza o sambaqui.

No bairro Aventureiro onde está localizado o patrimônio ambiental/arqueológico Sambaqui Rua Guáira, nenhuma das respostas dos entrevistados indicou de forma direta a destruição da área verde. Ao contrário, todas as respostas sinalizam o desejo de utilização da área associada à preservação,

acompanhada pela necessidade de utilização ou apropriação do espaço pela comunidade.

Isso fica demonstrado em algumas falas dos entrevistados, como a criação de “um parque que adentrasse a mata, mas que a preservasse assim como as espécies que ali moram”, ou ainda a solicitação de outra liderança “espaço para lazer (faltam esses espaços para jovens no bairro, pode-se explorar a área respeitando o patrimônio”. Uma liderança lembra a luta da comunidade em torno da área, “conservar o casqueiro é uma luta da comunidade de longa data, para que a comunidade possa utilizar esta área de forma adequada, criando espaços de lazer”.

O patrimônio ambiental/arqueológico Sambaqui Rua Guáira agrega muitos problemas sociais, no entanto, a pesquisa revela que a área não é notada como um problema na percepção das lideranças do bairro.

É interessante ressaltar que o Projeto de Musealização Sambaqui Guáira, que de fato se encontra no papel, contribuiu de forma significativa para que parte da comunidade e principalmente as lideranças, discutissem sobre a área do patrimônio ambiental/arqueológico, como uma forma de educação patrimonial e que parte da comunidade já foi incorporada.

No bairro Comasa onde se localiza o patrimônio ambiental/arqueológico, Sambaqui Rio Comprido, a fala das lideranças transborda um sentimento de insatisfação com a área verde do sambaqui, em função dos problemas sociais relacionados a este espaço, como drogas, prostituição, vandalismo etc.

O sentimento de insatisfação motivou a Associação dos Moradores do bairro Comasa, a organizar um mutirão para limpar a área do patrimônio ambiental/arqueológico, conforme relata o presidente da Associação.

“Estamos cansados de esperar por uma solução do governo, chamamos o prefeito, junto com o vereador do bairro para pedir uma solução para o abandono da área do sambaqui e o vandalismo. O prefeito prometeu resolver em 15 dias, dissemos a ele que se não resolvesse, nós iríamos fazer uma limpeza por conta própria. E assim foi feito, organizamos um mutirão e começamos a limpar a área do sambaqui, primeiro cortamos a cerca do lado da rua para tirar o entulho, capinar, roçar, cortar as árvores para ninguém mais se esconder lá dentro. Só que alguém da comunidade, não sei quem, fez uma denuncia da limpeza então veio aqui um pessoal do IPHAN e proibiu a gente de continuar a limpeza. Por isso paramos o serviço, ficou assim pelo meio, não sei quando vamos terminar”.

A figura 49 mostra onde a cerca de proteção da área foi cortada, para facilitar na “limpeza” realizada pela comunidade.

Figura 49: Limpeza realizada pela comunidade no Sambaqui Rio Comprido.



Fonte: Cedida por Cleusa Ribeiro (2013)

A seta vermelha no centro da imagem da figura 49, indica onde a 7 meses atrás havia uma cerca, conforme pode ser constatado na imagem da figura 27 desta dissertação. Segundo informação do presidente da Associação de Moradores, “a cerca foi cortada para facilitar a retirada de entulho”. Questionado sobre que tipo de entulho o presidente explica que “é o lixo abandonado na área do sambaqui, as árvores cortadas ou arrancadas, tudo aquilo que precisa ser retirado daqui para ficar limpo o espaço”.

Questionado sobre onde seriam colocado os entulhos, ou se a prefeitura iria recolher, o presidente respondeu: “não a prefeitura não ajudou em nada, é tudo por nossa conta, levamos para um terreno vazio logo ali em baixo, de um conhecido que vai aterrar o terreno”, o qual não foi possível localizar.

O presidente da Associação de Moradores do bairro Comasa informou ainda, que a limpeza foi feita “para cortar o mato. A ideia é plantar grama em tudo, para impedir que os vândalos e maconheiros se escondam no mato, se estiver limpo eles vão procurar outro lugar para se esconderem”

A figura 50 mostra como ficou o Sambaqui Rio Comprido no bairro Cosama, após o início do “multirão de limpeza” da comunidade.

Figura 370: O Sambaqui Rio Comprido depois da limpeza.



Fonte: Cedida por Cleusa Ribeiro (2013)

Como pode ser observado nas imagens da figura 53, uma grande quantidade de árvores de pequeno, médio e grande porte foram cortadas, assim como a vegetação que se desenvolvia entre as árvores.

A “limpeza” abriu uma clareira na vegetação que há 7 meses atrás se constituía em uma área verde bastante diversificada, como pode ser verificado nas

imagens das figuras 30,31e 32 desta dissertação. A figura 51, mostra mais alguns detalhes da “limpeza” no Sambaqui Rio Comprido, o corte das árvores.

Figura 381: Árvores cortadas, no Sambaqui Rio Comprido.



Fonte: Cedida por Cleusa Ribeiro (2013)

A primeira imagem da figura 51, mostra em destaque dois círculos vermelhos, o do lado esquerdo da imagem sinaliza uma enorme broméia²⁰ em uma árvore

²⁰As bromélias na natureza aparecem como epífitas (simplesmente apoiando-se em outro vegetal para obter mais luz e mais ventilação), terrestres ou rupícolas (espécies que crescem sobre as pedras) e compõem uma das mais adaptáveis famílias de plantas do mundo, pois apresentam uma

derrubada; do lado direito destacam-se alguns tocos de árvores que foram cortadas. Pela dimensão dos tocos pode imaginar-se o tamanho das árvores. É triste constatar que eram árvores de grande porte, o que significa também que eram árvores antigas, considerando o tempo que a natureza necessita para desenvolver uma árvore de grande porte a perda se torna ainda mais significativa.

A segunda e terceira imagem da figura 51, são da mesma árvore derrubada ou arrancada. A segunda imagem mostra o que seria a parte de cima do arbusto, enquanto que a terceira imagem mostra a parte do arbusto que fica enterrada no solo suas raízes; é impressionante o tamanho destas. Imagina-se que para arrancar uma árvore deste tamanho foi utilizado mais do que apenas a força humana, foi necessário dispor de uma máquina. Fato que pode em parte explicar ou justificar o corte da cerca e a construção do que parece ser uma rua para a entrada de máquinas para arrancar as árvores maiores.

A peça de roupa abandonada junto as raízes da árvore sugere que alguém já utilizou este espaço para se “abrigar”. Não foi possível verificar a data exata da limpeza, muito menos qual critério foi utilizado para escolher quais árvores seriam retiradas do espaço, mas o vereador do bairro quando questionado sobre a "limpeza" respondeu:

“A limpeza é parte de um projeto que a comunidade sonha em realizar a muito tempo, ele consiste em cortar o mato, reparar as árvores condenadas, trocando por novas, aterrar toda a parte do entorno do sambaqui que é mais baixa que a rua, que represa água e se tornou em um criadouro de mosquitos, plantar grama em toda esta área. Construir um elevado, com iluminação por cima do sambaqui, construir uma pista de caminhada com bancos no entorno e cercar toda a área do sambaqui. Para finalizar uma pista de *skate*, um ginásio coberto, uma quadra polivalente. Melhorar o parquinho das crianças”

Entende-se que a área verde do patrimônio ambiental/arqueológico do Sambaqui Rio Comprido representa para a comunidade do seu entorno um conjunto de insatisfações ou de problemas sociais, em função da apropriação indevida que parte da comunidade faz daquele espaço.

No entanto, a destruição do patrimônio ambiental realizada no Sambaqui Rio Comprido, pela própria comunidade, causa espanto e tristeza. É como se para curar uma unha encravada a pessoa resolvesse cortar o dedo.

A comunidade do bairro Comasa com a conivência e em alguns momentos estimulados por suas lideranças, resolveu abrir mão de seu patrimônio ambiental, cortando a vegetação associada ao patrimônio arqueológico, por iniciativa própria.

Cabe ainda fazer uma reflexão sobre o poder que as lideranças podem exercer sobre a comunidade, se estas são desprovidas do conhecimento, da importância ou do olhar patrimonial, acabam por convencer parte da comunidade de que para resolver um problema social existente em um espaço coletivo, a melhor solução é modificar o espaço. Mesmo que para isso seja necessário abrir mão de uma área verde isolada, preservada em meio ao desenvolvimento urbano do bairro.

No bairro Comasa/Vila Paranaense, a comunidade do entorno do patrimônio ambiental/arqueológico Sambaqui Espinheiros II, é economicamente mais carente do que a comunidade do entorno do Sambaqui Rio Comprido, porém, as formas de apropriação do patrimônio ambiental/arqueológico por parte da comunidade não diferem muito das áreas pesquisadas nos outros dois bairros, como depósito de lixo, uso de drogas, prostituição, entre outras.

Entretanto, quando as lideranças foram questionadas sobre o que deveria ser feito na área do Sambaqui Espinheiros II as falas são muitas próximas entre si, e há o entendimento de que a área precisa ser preservada, segundo o vereador do bairro:

“A área deveria ter as ruas que circundam o sambaqui, pavimentadas o sambaqui deveria ser cercado, arborizado e no alto construir um mirante que serviria como uma forma de lazer para a comunidade. Para chegar ao mirante deveria ser construído trilhas, e principalmente deveria existir um vigilante pago pelo poder público, para cuidar do local”.

As respostas abertas das lideranças do bairro Comasa/Vila Paranaense evidenciam um sentimento com relação ao patrimônio ambiental/arqueológico Sambaqui Espinheiros II, de que este patrimônio é um bem que precisa ser mantido e cuidado.

Os dados da pesquisa revelam que mesmo que a apropriação por parte da comunidade aconteça de forma semelhante entre os bairros pesquisados, suas

lideranças enfrentam de forma diferente os problemas apresentados, e que o entendimento das lideranças das comunidades é decisivo para a preservação de uma área de patrimônio ambiental.

Todos os patrimônios apresentam problemas, que são de fato questões sociais, as quais demandam políticas públicas patrimoniais, que possam inserir estas áreas no cotidiano das comunidades de forma positiva, como um bem coletivo.

Assim como é difícil alfabetizar uma criança com o estômago doendo de fome, por razões óbvias, o estômago fala mais alto do que a cabeça; a educação patrimonial precede de soluções sociais básicas, como segurança pública, que de forma figurada contribuirá para aliviar o estômago e deixar a cabeça refletir para além da necessidade imediata.

Construir um sentimento de identificação para com estes “espaços problemas”, não é uma tarefa fácil para qualquer sujeito, segundo Cuche (1999), o termo identidade está relacionado com a construção social de cada sujeito, com toda complexidade e dialética existentes nas relações sociais.

Deve-se considerar que a identidade se constrói e reconstrói constantemente no interior das trocas sociais. [...] Não há identidade em si, nem mesmo unicamente para si. A identidade existe sempre em relação a uma outra, ou seja, identidade e alteridade são ligados e estão em uma relação dialética (CUCHE, 1999, p.183).

A identidade passa a ser um elemento essencial ao se pensar na preservação do patrimônio ambiental/arqueológico, aliada ao desenvolvimento sustentável, a fim de que as gerações do presente e do futuro, possam se apropriar destas áreas, e criar vínculos de identificação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação aqui apresentada teve como objetivo geral discutir a percepção de lideranças da comunidade com relação ao patrimônio ambiental associado aos sambaquis, localizados nos bairros Aventureiro, Comasa e Comasa/Vila Paranaense em Joinville.

A metodologia aplicada durante o desenvolvimento da dissertação, possibilitou o contato com as comunidades envolvidas no projeto em mais de um momento, pois antes de aplicar a pesquisa de campo foi preciso realizar a coleta de dados, através de imagens, que contribuíram para a visualização dos problemas levantados e para a elaboração do questionário de pesquisa desta dissertação.

Este momento foi particularmente rico, pois além das imagens, a interação com os sujeitos moradores do entorno dos patrimônios ambientais/arqueológicos Sambaquis Rua Guaíra, Rio Comprido e Espinheiros II, foi de grande relevância para entender algumas respostas ou falas dos líderes comunitários.

Ao perceber que alguém estava fotografando o sambaqui, um ou mais moradores se aproximava para saber do que se tratava. A abordagem foi quase que a mesma nos três locais: o sujeito morador da comunidade indagava quem era o fotógrafo? O que iria fazer com as fotos? Para que servia a pesquisa? Respondidos os questionamentos, alguns acompanhavam a coleta das imagens e aproveitavam o momento para relatar fatos ocorridos na comunidade com relação à área, outros simplesmente se afastavam, em um gesto de concordância ou permissão para permanecer no espaço e fazer as fotos.

Importante destacar que os relatos ocorriam de forma informal, em conversas soltas, e se fosse dirigida ao sujeito uma pergunta mais objetiva ou direta, como por exemplo, A senhora já viu alguém jogando lixo aqui na área do “casqueiro”, mesmo diante do monte de lixo a resposta era “não eu nunca vi”.

Não se constitui objeto desta dissertação discorrer sobre a relação social que se estabelece entre a comunidade e o pesquisador. No entanto, é preciso registrar o quanto esta relação pode interferir no resultado da coleta de dados, inclusive na veracidade das informações fornecidas pelos sujeitos, pois o pesquisador é

percebido como um agente estranho aos olhos da comunidade, uma visita que não vivencia os problemas reais do dia a dia comunitário.

As visitas são pessoas que passam por nossa casa, mas não se envolvem com o cotidiano e não é habitual revelar as dificuldades para estranhos. Neste sentido os sujeitos não descrevem o fato na íntegra, alguns assuntos nem mesmo devem ser mencionados para estranhos.

Entretanto, este cuidado ou “medo” dos sujeitos moradores do entorno dos Sambaquis Rua Guáira, Rio Comprido e Espinheiros II, leva a refletir a importância do texto social, o qual inclui percepções que não podem ser aferidas somente através da tabulação dedados.

Em conversas informais, despidas da condição de pesquisadora, os sujeitos demonstravam de sentirem menos “invadidos” e relatavam de forma mais próxima à realidade os acontecimentos que envolvem os problemas sociais registrados nos patrimônios ambientais/arqueológicos de cada comunidade. Estes relatos contribuíram de forma significativa para apresentar a percepção da comunidade com relação aos patrimônios ambientais/arqueológicos, objetos desta dissertação.

Os relatos contribuíram na formulação do questionário, aplicado com 30 lideranças das comunidades. Outra constatação na aplicação da pesquisa de campo, diz respeito à condição de líder que parece conferir aos sujeitos uma postura de segurança e não se sentem ameaçados quando questionados, respondem as perguntas sem “medo”, como se estivessem protegidos por um escudo comunitário.

Os registros das imagens dos principais problemas sociais relacionados às áreas verdes dos patrimônios ambientais/arqueológicos, Sambaqui Rua Guáira no bairro Aventureiro, Sambaqui Rio Comprido no bairro Comasa e o Sambaqui Espinheiros II no bairro Comasa/Vila Paranaense, são praticamente os mesmos: a utilização por parte da comunidade da área verde do sambaqui como depósito de lixo, espaço de utilização de droga e prostituição.

A diferença está em como cada comunidade convive e encaminha a solução destas questões, ou em como cada comunidade se relaciona com estas áreas verdes isoladas em meio à densa urbanização do bairro. Neste sentido a percepção dos líderes é fundamental para a preservação destas áreas, que difere conforme o interesse de cada um, e sua projeção na vida “pública”.

É importante ressaltar que dos vereadores dos bairros entrevistados nesta pesquisa, apenas um vereador do bairro Aventureiro mora nas imediações da área verde, na COHAB do Aventureiro, os demais conhecem a área apenas por passarem por ela, mas não se relacionam diretamente, ou seja, conhecem os problemas, mas não convivem com eles.

Já as lideranças comunitárias que representam instituições com menos “poder” como Associação de Moradores, Conselhos Comunitários, Diretores de Escola, Grupo de idosos, entre outras, algumas inclusive residem ao lado do patrimônio ambiental/arqueológico e acabam por vivenciar os problemas relacionados nesta dissertação cotidianamente. Na maioria dos casos relacionam as causas dos problemas com agentes de fora da comunidade, de preferência o poder público e a falta de políticas que dêem conta destas questões.

É evidente que as questões ambientais e em especial as questões que dizem respeito ao patrimônio ambiental envolvem a gestão pública, no entanto é determinante que a comunidade se identifique com estes espaços, a fim de se apropriarem destas áreas verdes, as quais representam um patrimônio da própria comunidade.

A percepção dos sujeitos não difere muito de um bairro para outro, com algumas peculiaridades importantes a serem destacadas. A relação dos líderes representantes das Associações de Moradores de modo geral são permeadas por interesses de “grupos” representados por seus diretores, em sua maioria formada por homens, nas associações em que há participação das mulheres, elas ocupam lugares de menos destaque ou influência política, como secretárias, diretoras dos segmentos de clube de mães ou de grupos de idosos, ou ainda apoiadoras dos maridos que ocupam cargos de direção.

Certo de que este fato representa um avanço nas questões de gênero, entretanto, o mundo masculino é permeado por necessidades diferentes das do universo feminino. Por exemplo, foi constatado que a preocupação geral dos representantes das Associações de Moradores dos bairros Aventureiro, Comasa e Comasa/Vila Paranaense, gira em torno de garantir um espaço de lazer, os homens, como pode ser verificado na fala do diretor da Associação do bairro Aventureiro "precisamos de um espaço de lazer, para bater uma bolinha à noite e beber uma

cervejinha com os amigos", e continua "somos filho de Deus, e aqui no bairro temos carência de lugares de lazer".

Dentre as prioridades das lideranças representantes das Associações de Moradores, fica a impressão de que a área verde isolada em meio à urbanização é apenas um fato sem muita representatividade, exceto quando se relata os problemas sociais associados a estes espaços, os quais necessitam ser administrados.

Importante destacar que no bairro Aventureiro a discussão do Projeto de Musealização Sambaqui Guaíra tornou a área do patrimônio ambiental/arqueológico conhecida no bairro através das palestras educativas realizadas pelos organizadores do projeto nas escolas, conselhos locais, associações de moradores e outros espaços comunitários do bairro, com a finalidade de sensibilizar a comunidade.

O projeto contempla para muitos uma necessidade do bairro: a construção de espaços planejados para atividades esportivas e sociais que permitam o desenvolvimento físico e intelectual da comunidade. Isto acaba por resumir a percepção da comunidade do Aventureiro em relação à área verde preservada entre a urbanização do bairro como um local que pode vir a ser utilizado pela comunidade como um espaço de lazer.

Destaca-se também uma alteração no contexto político dos bairros durante o decorrer da pesquisa desta dissertação, que foi a eleição para cargos do legislativo do município ocorrida no final do ano de 2012, com novos líderes (vereadores), representantes das comunidades. No bairro Comasa houve também a eleição da nova diretoria da Associação de Moradores. O novo presidente parece ter uma boa influência junto à comunidade e aos vereadores.

Outro fato a ser destacado é que o patrimônio ambiental/arqueológico Sambaqui Rio Comprido, dentre os três patrimônios pesquisados nesta dissertação, é o que possui a melhor infraestrutura na área, composta por um bosque, a sede da Associação de Moradores do Bairro Comasa, e a Praça David da Graça, que dispõe de uma academia da terceira idade com equipamentos de ginástica, um parquinho para as crianças, com balanços, escorrega e outros brinquedos; ao lado uma quadra de areia, utilizada por parte da comunidade como campo de futebol.

No entanto, os problemas sociais são os mesmos relatados nas áreas dos patrimônios ambientais/arqueológicos Sambaqui Rua Guaíra e Espinheiros II. A apropriação indevida se apresenta da mesma maneira, e a comunidade apresenta uma forma de lidar com estes problemas bastante agressiva para com a área do patrimônio ambiental.

Por outro lado o Sambaqui Rio Comprido, na visão da maioria dos entrevistados, de alguma forma integra o espaço da comunidade, mesmo que seja para “construir um elevador sobre ele” conforme sugestão do vereador do bairro. O “mato” que representa o patrimônio ambiental necessita ser retirado, conforme encaminhamento do presidente da Associação de Moradores. Ao iniciar a “limpeza” da área verde ele tinha por objetivo “cortar o mato, plantar grama em tudo, para impedir que os vândalos e maconheiros se escondam no mato, pois acredita que se o espaço estiver “limpo” sem a vegetação, estes irão procurar outro lugar para se esconderem”.

As imagens registradas nas figuras 49/50e 51 desta dissertação sobre a destruição realizada pela própria comunidade no patrimônio ambiental/arqueológico Sambaqui Rio Comprido, são parte relevante para compor a análise da percepção das lideranças do bairro Comasa sobre área verde preservada em meio à urbanização do bairro. Há um provérbio popular que diz que “uma imagem vale mais do que mil palavras”, este provérbio se encaixa perfeitamente nesta situação.

Infelizmente as imagens não conseguem transmitir a decepção e a dor que invade os sujeitos que discordam desta visão do presidente da Associação dos Moradores do Bairro Comasa, daqueles que mesmo diante dos problemas sociais existentes na área do patrimônio ambiental/arqueológico Sambaqui Rio Comprido, conseguem se encantar com as formas das árvores do bosque (conforme pode ser verificado na figura 27 desta dissertação), com a vegetação que resiste à destruição urbana por estar associada a um patrimônio arqueológico, a qual dentre muitas funções exerce a de proteção ao próprio sambaqui.

Adentrar em uma área que pertence à comunidade, que representa uma área verde isolada em meio à densa urbanização do bairro e arrancar árvores enormes (conforme pode ser verificado na figura 27 desta dissertação), constitui-se em um ato bárbaro, inconsequente, de difícil reparação.

Dentre as muitas carências percebidas nas comunidades visitadas, o abandono representado pela falta de política pública é sempre a que se sobressai nas comunidades pesquisadas. No entanto, em relação ao patrimônio ambiental/arqueológico Sambaqui Rio Comprido, parece ser mais do que falta de política pública; falta solidariedade, o cuidado, o entendimento do que é meu e do que é de todos por parte de algumas lideranças comunitárias.

Das três comunidades que integram a pesquisa desta dissertação, a que apresenta uma população economicamente mais empobrecida, marcada por uma condição de vulnerabilidade social, é a comunidade que convive no entorno do patrimônio ambiental/arqueológico Sambaqui Espinheiros II, fato este apresentado na contextualização do item 2.4 (A localidade Vila Paranaense) desta dissertação.

Entretanto, quando as lideranças desta comunidade foram questionadas sobre o patrimônio ambiental/arqueológico Sambaqui Espinheiros II, as respostas apresentam uma percepção da área que demonstra certa identificação com o espaço, em falas como, “o nosso sambaqui”, ou “todos somos contra este abandono”.

A importância da preservação ambiental é pauta de discussão mundial e Joinville é uma cidade caracterizada pelo seu desenvolvimento industrial, sua urbanização, bem como pelo seu patrimônio ambiental formado pela mata atlântica e o manguezal.

Os sambaquis presentes em grande quantidade na região constituem uma forma do patrimônio arqueológico da cidade. Em todo sambaqui ocorre a associação com o patrimônio ambiental, em algumas regiões da cidade, devido o crescimento urbano, estes espaços se transformaram em áreas verdes preservadas isoladamente.

Esta dissertação se propôs a refletir sobre a percepção de lideranças da comunidade com relação ao patrimônio ambiental associado aos sambaquis, localizados nos bairros Aventureiro, Comasa e Comasa/Vila Paranaense em Joinville. O que sobressai como resultado da pesquisa a que se propõe esta dissertação, é o fato destes espaços não serem percebidos como áreas importantes de preservação ambiental. Para assegurar a preservação destes espaços, é de fundamental importância que o patrimônio ambiental, seja mais do que um conceito

discutido na academia ou em setores isolados da gestão pública, e possa ser um espaço de usufruto da população.

A sociedade contemporânea busca soluções através de propostas sustentáveis, com um desenvolvimento que contemple as necessidades sociais e ambientais. Nas comunidades dos bairros Aventureiro, Comasa e Comasa/Vila Paranaense em Joinville, o termo patrimônio ambiental/arqueológico incorpora o entendimento das políticas de desenvolvimento sustentável, pois estes espaços representam a garantia da preservação de áreas verdes que contribuem para a qualidade de vida dos sujeitos das comunidades assim como à cidade de Joinville.

REFERÊNCIAS

- Agenda 21 Municipal. **Compromisso com o futuro**. Joinville. 1998.
- ALMEIDA, Lucia M. A. de. **Geografia geral do Brasil**. 1. Edição. São Paulo, 2008.
- ALBERTO, Wesley Angelo. **Panoramio**. 2009. Disponível em: <http://www.panoramio.com/user/342199?comment_page=1&photo_page=9>. Acesso em 12 de ago. de 2012.
- AMARAL, M. M. V. **As oficinas líticas de polimento da Ilha de Santa Catarina**. Porto Alegre, 1995. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica
- ARRUDA, Gilmar. **“Minha terra tem palmeiras”: paisagem, patrimônio e identidade nacional**. São Paulo: Annablume, 2009.
- BANDEIRA, Dione da R. Os construtores dos montes de conchas e os mais antigos moradores da baía da Babitonga. **Joinville Ontem & Hoje**: Joinville, nº 3, março de 2005.
- BANDEIRA, Dione da R.; ALVES, Maria C.; OLIVEIRA, Elay L. de. **Patrimônio arqueológico e a cidade: problemas e estratégias na gestão**. II Encontro Cidades Novas. A construção de política patrimoniais: mostra de ações preservacionistas de Londrina, região norte do Paraná e sul do país. Centro Universitário Filadélfia – UNIFIL, Londrina PR. 13 a 16 de outubro de 2009. Disponível em: <http://web.unifil.br/docs/semana_educacao/1/completos/02.pdf>. Acesso em 15 de maio de 2011
- BANDEIRA, Dione da R. **Ceramistas Pré-Coloniais da Baía Babitonga, SC - Arqueologia e Etnicidade**. Campinas, 2004. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- BANDEIRA, Dione da R. **Sambaquianos os mais antigos habitantes da Baía Babitonga**. Itajaí, Casa Aberta Editora, 2010.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi/ZygmuntBauman**, Rio de Janeiro, Editora Jorge Zahar, 2005.
- CARDOSO, Marli de Mello, **Fotografia: acervo particular**. Joinville, 1980/1983.
- CARVALHO, Aline Vieira de. **O patrimônio natural no Brasil**. São Paulo. Annablume, Fapesp, Campinas: Nepan, 2009.
- CARELLI, Mariluci N.; MENEGASSO, Maria E. **Patrimônio ambiental: discussão de pressupostos sob a ótica da ecologia política. (Pro) Posições culturais**. Joinville: Editora da UNIVILLE, 2010.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. 1.ed. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2000.

CNPq –Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Pesquisa desvenda como habitantes viviam há 3 mil anos no Brasil**. Sala de imprensa, 2008. Disponível em: <<http://memoria.cnpq.br/saladeimprensa/noticias/2008/1031.htm>>. Acesso em 09 de dez. 2012.

CORDEIRO, Darlan Pereira. **Conhecendo a arqueologia**. Itajaí, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. Ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

DELPHIM. Carlos F de Moura. **O patrimônio natural no Brasil**. São Paulo. Annablume, Fapesp, Campinas: Nepan, 2009.

Empresa Tupy. **História**. Disponível em: <<http://www.tupy.com.br/portugues/empresa/historia.php>>. Acesso em 26 de fev. de 2012.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. 51. Ed. São Paulo, Global, 2006.

FREITAS, Eduardo de. **Industrialização no Brasil**. Disponível em: <http://www.brasilecola.com/brasil/industrializacao-do-brasil.htm>. Acesso em 05 de ago. de 2012.

FUNARI, Pedro A. PELEGRINI, Sandra C. A. RAMBELI, Gilson. **Patrimônio cultural e ambiental questões legais e conceitual**. São Paulo: Annablume, 2009.

GASPAR, Madu. **Sambaqui. Arqueologia do litoral brasileiro**. Rio de Janeiro: Descobrimdo o Brasil, 2000.

GARCIA. Hamílcar de. Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa. Caldas Aulete. Software desenvolvido por MGB Informática Ltda. Disponível em <<http://www.mgb.com.br/>>. Acesso em 08 de fev. de 2012.

GOOGLE, Mapas. **Mapa de Joinville**. Disponível em: <<https://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR>>. Acesso em 10 de jan. de 2013.

GUEDES, Sandra P. L. C. **O projeto Espinheiros e seus objetivos**. In: Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Boletim MASJ, n 3, 1991.

Guia de Santa Catarina. **Baia da Babitonga**. Disponível em: <http://www.guiasantacatarina.com.br/saofranciscodosul/pontos_turisticos.php3#baia> Acesso em: 16 de jun. de 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo. Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomáz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro. DP & A. 2003.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro**. Aeroplano. 2000.

Instituto Brasileiro de Florestas. **Energias limpas**. 2011. Disponível em <TTP://www.ibflorestas.org.br/pt/component/content/article/25-noticias/678-energias-limpas.html>. Acesso em 06 de jun. de 2012.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **História**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/supes-al/historia>>. Acesso em 05 de ago. de 2012.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em 03 de nov. De 2012.

IPPUJ – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville. **Joinville em Dados 2010/2011**. Prefeitura Municipal de Joinville. 2011. Disponível em <TTP://www.ippuj.sc.gov.br/conteudo.php?paginaCodigo=23>. Acesso em 26 de fev. de 2012.

IPPUJ – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville. **Mapas e história dos bairros**. Aventureiro e Comasa. Joinville. 2009. Disponível em <TTP://www.ippuj.sc.gov.br/vel conteudo.php?paginaCodigo=155>. Acesso em 26 de fev. de 2012.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Carta de Lausanne**. 1990. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>>. Acesso em 16 de jun. de 2012.

JATOBÁ, Sérgio U. S. CIDADE, Lúcia C. F. VARGAS Glória M. Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. **Sociedade e estado**, Brasília, v. 24, n. 1, jan./abr. 2009.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2006.

LETRA, Antonio. **Participação do Brasil na conferência de Estocolmo**. 2011. Disponível em: <<http://tribunodahistoria.blogspot.com.br/2011/07/participacao-do-brasil-na-conferencia.html>>. Acesso em 11 de ago. de 2012.

LIMA, André. **Mapas**, Grupo de estudos interdisciplinares de patrimônio cultural. UNIVILLE, Joinville, 2012.

LIMA, Ilza Carla Favaro de. **Parque Saint' Hilarie de Porto Alegre: um “lugar de memória”**. X Encontro Estadual de História – ANPUHRS, 2010. Disponível em:<<http://www.eeh2010.anpuh->

rs.org.br/resources/anais/9/1279489624_ARQUIVO_LIMAliza.pdf>. Acesso em 09 de março de 2012.

LIMA, Tânia Andrade. Em busca dos frutos do mar: pescadores coletores do centro sul do Brasil. **Revista USP**, nº 44 (2). São Paulo: Coordenadoria de Comunicação Social da USP. 1999/2000.

MAGNOLI, Demétrio. **Geografia para o ensino médio: política, economia e espaço mundial**. Volume 3. 1ª Edição. Saraiva. São Paulo.2010.

MINAYO, M. C.S., SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Caderno saúde pública**. Rio de Janeiro, nº 9 (3), jul/set, 1993. (Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993.

MORENO, Jean Carlo; VIEIRA, Sandro. **História cultura e sociedade**. Curitiba. Editora Positivo, 2010.

MEDEIROS, Marli. **Fotografia: acervo particular**. Joinville, 1980, 1993.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Projeto história. **Revista do programa de estudos pós-graduação em história e do departamento de história da PUC – SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)**. São Paulo, SP, Brasil, 1981.

OOSTERBEEK, Luiz. **Arqueologia da paisagem do Sul do Brasil**. Erechim, RS. Habilis, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. **Joinville: os primeiros habitantes**. Itajaí: Editora Casa Aberta, 2010.

PESAVENTO, Sandra J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, UFRGS, vol. 27, nº 53, junho, 2007.

PERNA, Marco A. **O sistema UTM**. Engenharia cartográfica. Disponível em <TTP://www.carto.eng.uerj.br/cgi/index.cgi?x=utm.htm>. Acesso em 29 de abr. de 2012.

PELEGRINE, Sandra C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasil História**. Vol. 26 nº 51: São Paulo, Jan./June2006. Disponível em: <TTP://scholar.google.com.br/scholar>. Acesso em 13 de jun. de 2011.

Projeto de Musealização Sambaqui Rua Guaira: Aventureiro proteção do patrimônio histórico em Joinville – Santa Catarina- Brasil. Disponível em: <http://sambaquiguaira.wordpress.com/objetivo-do-projeto/>. Acesso em: 15 de maio de 2011.

RAMOS, Hilda. **Fotografia: acervo particular**. Joinville, 1980

Rio +20. Disponível em: <http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html>. Acesso em 15 de ago. de 2012.

ROCHA, Isa de Oliveira. **Industrialização de Joinville-SC: da gênese às exportações.** Florianópolis: UFSC, 1997.

RONCAGLIO, Cynthia. **A idéia da natureza como patrimônio:** um percurso histórico. Curitiba. 2009.

ROSCITO, Dorival Junior. **Fotografias:** acervo particular. Joinville, 2012.

SACHS. Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável,** Rio de Janeiro. Garamond, 2002.

SANTOS, Valdecir dos Junior. A influência das cartas internacionais sobre as leis nacionais de proteção ao patrimônio histórico e pré-histórico e estratégias de preservação dos sítios arqueológicos brasileiros. **Revista de humanidades.** Dossiê arqueologias brasileiras, v.6. n.13, dez.2004/2005. Disponível em: <[TTP://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/pdf/mneme13/139.pdf](http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/pdf/mneme13/139.pdf)>. Acesso em 10 de jun. de 2012.

SCMIDT, Mario Furley. **Nova história crítica.** São Paulo. Nova Geração, 2007.

SÉGUIM, Maria Cristina, RAMBELLI, Gilson. Arqueologia regional e o gerenciamento do patrimônio arqueológico. **Revista de Arqueologia Americana.** N. 20 Instituto Pan-americano de Geografia e História. Jan – Dez, 2001.

SILVESTRE, Maria Elisabeth Duarte. **Código de 1934:** Água para o Brasil Industrial. 2008. Disponível em <<http://www.feth.ggf.br/%C3%81gua.htm>>. Acesso em 09 de ago. de 2012.

Sociedade Brasileira de Bromélias. **Bromélias.** Disponível em: <http://www.bromelia.org/html/ficha_tecnica.html>. Acesso em 15 de janeiro de 2013.

SOUZA, Flávia C. A. de. **A preservação do patrimônio arqueológico em Joinville:** desamontoando conchas e evidenciando memórias. Dissertação Mestrado em História, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007.

TEBALDI. Marco A. **Projeto mangue: preservação dos mangues e zonas de maré.** Joinville. Letradágua. 2008.

TERNES, Apolinário. **A economia de Joinville no século XX.** Joinville, Letradágua, 2001.

VICENZI, Herculano. Projeto Mangue visa a preservação do meio ambiente. **Jornal A Notícia.** Joinville, p. 5, 07 de jan. 1990.

WESTPHAL, Euler R. **Ciência e bioética: um olhar tecnológico**. Apud BACON, 1973. São Leopoldo: Editora da Sinodal, 2009.

WESTPHAL, Euler R. **Em busca da humanidade do ser humano**. Joinville, 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE 1: TERMO DE CONSENTIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO Você está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada “O patrimônio ambiental/arqueológico em Joinville-SC”, cujo objetivo é analisar a percepção do patrimônio ambiental/arqueológico no município. O procedimento de coleta de dados será por meio de um questionário, no qual o participante encontrará perguntas para assinalar a resposta que considerar mais adequada e para comentar sobre a existência de patrimônio ambiental/arqueológico na sua comunidade na cidade de Joinville. Sua participação é voluntária e você terá a liberdade para recusar responder às perguntas que lhe ocasionarem constrangimento de alguma natureza. Você também poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que a recusa ou a desistência lhe acarrete qualquer prejuízo. Ademais, terá livre acesso aos resultados do estudo e garantido esclarecimento antes e durante a pesquisa, sobre a metodologia ou objetivos. Você terá garantia de acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. A esse intento, o principal investigador é a Prof.^a MariluciNeis Carelli, que pode ser encontrada na Universidade da Região de Joinville - Univille, Campus Universitário sem número, telefone 3461-9223, das 8h às 12h. Também participam da pesquisa os estudantes Cleusa Margareti Ribeiro, Fernanda Salvador. É garantido o sigilo e assegurada a privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa. Os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos e revistas científicas, sem que os nomes dos participantes sejam divulgados. É importante saber que não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação. Essa pesquisa possui risco mínimo, as formas de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa são garantia das conforme Res.196/96 (IV.1.i). O benefício desse estudo é o registro das percepções sobre o patrimônio

ambiental/arqueológico de Joinville. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética em pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), Rua Paulo Malschitzki, nº 10 – Campus Universitário – Zona. Eu concordo em participar voluntariamente da pesquisa “O patrimônio ambiental/arqueológico em Joinville-SC”, conforme informações contidas neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Não há respostas certas ou erradas, o que existem são pensamentos sobre o assunto, por isso, ao responder, siga as seguintes orientações: - Seja o mais sincero possível; - Assinale a resposta que considerar mais adequada ou correta.

APÊNDICE 2: FORMULÁRIO DA PESQUISA DE CAMPO

1 - Você aceita participar dessa pesquisa, conforme informações contidas no termo acima?

() Sim

() Não

2 - Idade

() 18 a 30 anos

() 31 a 40 anos

() 41 a 50 anos

() 51 a 60 anos

() 61 a 70 anos

() acima de 70 anos

3- Gênero

() Feminino

() Masculino

4 - Naturalidade: Nome da Cidade e Estado _____

5 - Se você for natural de outra cidade a quantos anos reside em Joinville?

() de 21 a 30 anos

() de 31 a 40 anos

() de 41 ou mais

Outro: _____

6 – Escolaridade

() Ensino fundamental

() Ensino médio

() Ensino superior incompleto

-)Ensino superior completo
-)Pós-graduação latu senso/especialização
-)Mestrado
-)Doutorado
-)Nenhuma

7- Estado civil

-)Solteiro (a)
-)Casado (a) – convivente
-)Divorciado (a) - separado (a)
-)Viúvo (a)

8 - Qual sua profissão? _____

9 - O que você entende por patrimônio? _____

10- O patrimônio ambiental é o meio ambiente (a natureza) mais a ação cultural do homem.

-)Concordo
-)Concordo plenamente
-)Discordo
-)Discordo totalmente
-)Desconheço o assunto

11- O patrimônio arqueológico inclui todos os vestígios da existência humana bem como todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, incluindo os sambaquis.

-)Concordo
-)Concordo plenamente
-)Discordo
-)Discordo totalmente
-)Desconheço o assunto

12- Você já ouviu falar sobre Patrimônio Ambiental?

-)Nunca
-)Raramente
-)Algumas vezes
-)Várias vezes
-)Sempre ouço falar

13- Você já ouviu falar sobre Patrimônio Arqueológico?

-)Nunca
-)Raramente
-)Algumas vezes
-)Várias vezes
-)Sempre ouço falar

14 - Dos meios de comunicação abaixo, assinale o que mais fornece informações sobre patrimônio ambiental/arqueológico de Joinville:

-)Rádio
-)Televisão
-)Revistas
-)Livros
-)Jornais
-)Internet
-)Na escola, no ensino fundamental, médio ou superior
-)Nunca fico sabendo sobre o patrimônio ambiental

Outros:_____

15 - O patrimônio ambiental/arqueológico, os sambaquis (casqueiros) são um bem da comunidade.

-)Concordo
-)Concordo plenamente
-)Discordo

-)Discordo totalmente
-)Desconheço o assunto

16 - Você tem conhecimento de uma área verde preservada em um sambaqui (casqueiro), no seu bairro? Descreva o nome de como essa área é conhecida.

17 - Você já presenciou pessoas utilizando a área verde do sambaqui (casqueiro) como depósito de lixo?

-)Nunca
-)Raramente
-)Algumas vezes
-)Várias vezes
-)Frequentemente
-)Não sei responder

18 - Que tipo de lixo você já observou abandonado na área do sambaqui (casqueiro)?

-)Lixo comum
-)Lixo orgânico
-)Lixo reciclável
-)Descarte de objetos que a coleta seletiva ou a coleta comum não recolhem (como móveis usados)
-)Roupas usadas
-)Restos de construção civil
-)Todos os tipos de lixo
-)Não sei responder

19 - Você já presenciou pessoas utilizando a área verde do sambaqui (casqueiro) como lugar de prostituição?

-)Nunca
-)Raramente
-)Algumas vezes

-)Várias vezes
-)Frequentemente
-)Não sei responder

20 - Você já presenciou pessoas utilizando a área verde do sambaqui (casqueiro) como refúgio para uso de drogas?

-)Nunca
-)Raramente
-)Algumas vezes
-)Várias vezes
-)Frequentemente
-)Não sei responder

21 - Você já observou a utilização da área verde do sambaqui (casqueiro) como lugar de moradia para moradores de rua?

-)Nunca
-)Raramente
-)Algumas vezes
-)Várias vezes
-)Frequentemente
-)Não sei responder

22 - Há registros da utilização de parte da área verde de alguns sambaquis como local de pastagem para animais (tração). Você concorda com essa forma de utilização do patrimônio ambiental/arqueológico?

-)Concordo
-)Concordo plenamente
-)Discordo
-)Discordo totalmente
-)Frequentemente
-)Desconheço o assunto

23- Qual é a sua opinião a respeito da preservação do patrimônio ambiental/arqueológico?

-)Não deveria existir
-)Os espaços deveriam ser utilizados pela comunidade
-)Deveriam ser tombadas as áreas somente fora do perímetro urbano
-)É fundamental e necessário
-)Desconheço o assunto

24 - A preservação do patrimônio ambiental/arqueológico assegura uma área verde protegida no bairro, o sambaqui (casqueiro) contribui na melhoria da qualidade de vida. Permite ainda obter conhecimento e registro de uma população extinta e preservar a história e a memória local.

-)Concordo
-)Concordo plenamente
-)Discordo
-)Discordo totalmente
-)Desconheço o assunto

25 - Joinville tem muitos sambaquis (casqueiros), em todos, o patrimônio ambiental está presente. Alguns sambaquis estão localizados em meio urbano e representam áreas verdes preservadas isoladamente, esse fato justifica a importância ambiental dessas áreas.

-)Concordo
-)Concordo plenamente
-)Discordo
-)Discordo totalmente
-)Desconheço o assunto

26 - A preservação do patrimônio ambiental/arqueológico interessa:

-)Ao governo
-)As escolas
-)A comunidade

A ninguém

27 - Você considera importante que o Programa de Conservação e Preservação do Patrimônio Ambiental esteja incluso no orçamento municipal?

Muito importante

Importante

Pouco importante

Irrelevante

Desconheço o assunto

28 – Na sua opinião o que deveria ser feito com a área verde onde se localiza o sambaqui (casqueiro) do seu bairro? _____

29 - Você deseja receber os resultados dessa pesquisa? Se sim, deixe seu email no espaço a seguir.